

Sumário

Número de notícias: 50 | Número de veículos: 40

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça do Trabalho encontra R\$ 3 bi esquecidos em contas e procura donos..... 5

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Apagão estatístico revela prioridade real do governo (3)..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Balanços de 16 empresas mostram créditos de R\$ 24 bi de PIS e Cofins..... 8

ALÔ BRASÍLIA - DF - DISTRITO FEDERAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Debatedores descartam taxaço sobre livros em reforma tributária..... 11

JORNAL DA CIDADE - SE - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Brasileiro Lê Mais; Governo, Nem Tanto (3)..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Governo quer antecipação de 13° de aposentados ainda em maio..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Com R\$ 229 bilhões em jogo, Supremo julga principal processo tributário do país..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Encolhimento do Estado é um mito (2)..... 17

DIÁRIO DO COMÉRCIO - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto cria mercado para negociação..... 19

GAZETA DE ALAGOAS - AL - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

REFORMA AGUARDADA (3)..... 20

O TEMPO - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsonaro veta recurso para obra que lançou em dezembro..... 21

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Perdeu emprego ou parou de contribuir ao INSS? Você pode perder benefícios..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Diante da CPI, governo promete acelerar reformas..... 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
SERVIDOR PÚBLICO

Planalto trabalha pela submersão do general Pazuello..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE
SERVIDOR PÚBLICO

Dormir muito pouco após os 50 pode aumentar risco de demência, diz estudo..... 28

O GLOBO - RJ - PAÍS
SERVIDOR PÚBLICO

Delegado da PF diz que Salles legitimou ação de criminosos 30

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Arrecadações estaduais crescem no primeiro bimestre 31

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Comissão ouve secretário de Desburocratização 32

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Mudanças no serviço público saem este ano 33

ESTADO DE MINAS - MG - COVID-19
SERVIDOR PÚBLICO

PGR denuncia governador do Amazonas 34

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

PGR denuncia governador do Amazonas por desvios no SUS 35

JORNAL DO DIA - SE - POLITICA
SERVIDOR PÚBLICO

CPI da Pandemia escolhe presidente e relator na terça-feira - TRIBUNA 36

O POPULAR - GO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Juiz barra Renan na relatoria 39

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - POLÍTICA
CONGRESSO EM FOCO

Liminar impede Renan de ser relator da CPI 42

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
REFORMA TRIBUTÁRIA

CPI da Covid estreia sob embate judicial e tenta focar em atraso de vacinas 43

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arthur Lira defende a reforma tributária fatiada 45

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributos têm peso maior para os mais pobres, diz Ipea 46

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira quer parecer de relator de reforma tributária até dia 3 48

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Equipe econômica quer reforma tributária fatiada 49

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Promessa de Lira, reforma é vista como aceno ao mercado 50

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Para vencer resistências, nova contribuição pode ter até quatro alíquotas 51

Terça-Feira, 27 de Abril de 2021

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Retomada das mudanças arrisca piorar o que já é ruim..... 52

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reformas devem criar um novo modelo de estado (3)..... 53

GAZETA DE ALAGOAS - AL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

CPI: Arthur Lira afirma que congresso não é delegacia..... 54

O LIBERAL - PA - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar em queda chega a R\$ 5,44..... 55

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Orçamento irreal, de novo (3)..... 56

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Guia para Lula x Bolsonaro - PEDRO FERNANDO NERY..... 57

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Guedes e colega argentino entram em atrito em reunião do Mercosul..... 59

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil e Argentina divergem em redução de tarifa..... 61

A GAZETA - MT - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

ICMS e energia solar (2)..... 62

CORREIO DO POVO - RS - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Hora de negociar (3)..... 63

DIÁRIO DO COMÉRCIO - MG - LEGISLAÇÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STF afasta cobrança do ICMS Difal nas operações para consumidor final (2)..... 64

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Bolsonaro ignora Covid em plano orçamentário de 2022..... 66

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Alta do minério dá à Vale lucro recorde de R\$ 31 bi..... 68

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

O desmonte do Estado brasileiro (2)..... 70

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

"Bolsonaro vai escolher outro para vice"..... 72

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Para TCU, medidas do BC ampliaram liquidez e crédito na pandemia..... 74

Terça-Feira, 27 de Abril de 2021

CORREIO DA BAHIA - BA - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado já projeta inflação perto do teto da meta.....76

DIÁRIO DO COMÉRCIO - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Ingresso na OCDE pode elevar PIB per capita do País.....77

JORNAL DO DIA - SE - OPINIÃO
ECONOMIA

Desigualdade social na pandemia (2).....78

Justiça do Trabalho encontra R\$ 3 bi esquecidos em contas e procura donos

A Justiça do Trabalho localizou R\$ 3 bilhões esquecidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. O dinheiro depositado pertence a empresas e trabalhadores. Agora, procuram-se os donos.

O balanço consta do Projeto Garimpo, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. A iniciativa foi implementada em fevereiro de 2019 para regulamentar o tratamento dado a depósitos abandonados em processos.

Em fevereiro de 2020, R\$ 2 bilhões haviam sido rastreados. O levantamento foi feito pelas corregedorias locais dos 24 TRTs (Tribunais Regionais do Trabalho).

Do montante, apenas R\$ 183 milhões foram liberados para saques após a identificação dos titulares das contas. Um ano depois, foram localizados mais R\$ 1 bilhão e, desse total, R\$ 268 milhões estão disponíveis a quem de direito.

O dinheiro está parado em contas de depósitos recursais. Para questionar uma decisão na Justiça do Trabalho, a empresa precisa deixar uma garantia em contas judiciais.

A quantia localizada trata-se, em sua ampla maioria, de resíduos em contas em razão de correções monetárias após a fase de execução, quando se chega ao cumprimento da sentença. Finalizados, os processos já se encontram em arquivo.

Segundo o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, mais dinheiro pode estar esquecido nas contas. Ele diz não ter o número de pessoas jurídicas e físicas beneficiadas pela iniciativa.

O ministro destaca a relevância de se encontrar os donos dos recursos em meio à pandemia da Covid-19. "Em um momento de crise, é caixa que estaria abandonado. Isso pode ter uma repercussão econômica de destaque nesse momento de crise absurda. Muitas vezes são valores significativos para as empresas", diz.

"É um valor importante. Tudo isso em contas judiciais de empresas e trabalhadores, mas de trabalhadores em número menor, que foi esquecido nas contas

mesmo", afirma.

O projeto integra uma série de ações do ramo trabalhista que visa intensificar o uso de novas tecnologias. A intenção é acelerar a implementação do que gestores chamam de Justiça 4.0 no contexto dos 80 anos da Justiça do Trabalho, a serem comemorados no sábado (1º), Dia do Trabalho.

Nesta segunda-feira (26), a Folha mostrou que magistrados e servidores têm recebido treinamento para usar as chamadas provas digitais e reduzir a dependência de depoimentos de testemunhas e partes.

É estimulado o uso de redes sociais, rastreamento por celular, mensagens em aplicativos e biometria para produção de provas. Dados poderão ser capturados com operadoras de telefonia, aplicativos, serviços de backup e nuvens de armazenamento.

No caso das contas judiciais, o dinheiro pode ser sacado em até dez anos. Passado o período, o recurso é revertido para os cofres da União.

Se a empresa foi à falência, o montante é destinado ao juízo falimentar -o juiz natural do processo. Se a empresa ainda funciona mas tem outras dívidas pendentes em ações trabalhistas em outras varas, o dinheiro é destinado para cobri-las.

Neste ano, em razão da pandemia, valores considerados ínfimos e abandonados em contas -no total de até R\$ 150- passaram a ser destinados à União para o combate à Covid-19. Até o momento, foram revertidos R\$ 12 milhões.

"Fizemos regulamentações em convênio com a Secretaria da **Receita Federal** e criamos um código de DARF [(documento de arrecadação de receitas federais)] para que os valores pudessem se destinar para Covid ou questões sociais que a União entender necessárias", diz Veiga.

Presidente da Anamatra (associação de juízes do trabalho), Noemia Porto afirma que o projeto é uma central de informações, "de inteligência".

"Só se tornou possível porque a Justiça chegou ao patamar de 100% eletrônica, consegue fazer

rastreamento, corrigir procedimentos, encontrar o valor e ir atrás da pessoa para que venha a receber. É emocionante", diz.

Segundo a juíza, empresas, trabalhadores e sindicatos esquecem o dinheiro. Ela conta um caso concreto de busca por herdeiros para ilustrar o impacto da localização dos donos dos valores.

"Tem histórias tristes. O processo por várias razões demorou muito tempo, o trabalhador migrou para outro Estado em busca de melhores condições de vida e de trabalho e lá pelas tantas o processo finalizou e tem R\$ 30 mil líquidos."

Segundo Porto, chegou-se nesse caso à mãe do trabalhador, que "era sozinho na vida e morreu". "Aí, R\$ 30 mil para aquela família pobre no Maranhão fez muita diferença", diz.

"É aquele momento em que se pratica um ato como juíza ou como juiz que não vai para estatística nenhuma, não se produz nem mais nem menos, não vai ser considerado o juiz mais produtivo, mas, naquele momento [quando se encontra o dono do dinheiro], você se sente juiz mesmo, faz a diferença."

As informações sobre eventual direito ao recebimento de valores abandonados nas contas, por enquanto, devem ser solicitadas na vara em que o processo foi ajuizado. A Corregedoria-Geral ainda está desenvolvendo um sistema centralizado de dados, sem data de lançamento.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49509>

Apagão estatístico revela prioridade real do governo (3)

Entre todos os absurdos evidentes no Orçamento deste ano, talvez nenhum supere o despropósito de cancelar o Censo, que custaria R\$ 2 bilhões, ao mesmo tempo que um grupo de 1.800 funcionários da **Receita Federal** embarca num trem da alegria que, apenas em 2021, acarretará um gasto adicional de quase R\$ 2,8 bilhões aos cofres públicos (e, nos anos seguintes, R\$ 192 milhões anuais). Está aí, num exemplo singelo, cristalino e eloquente, a expressão de como as prioridades do Congresso e do Executivo se chocam com o interesse do país.

O Censo é uma pesquisa fundamental para traçar qualquer política pública. Serve pra conhecer os índices de violência, os indicadores da saúde, as necessidades de educação e moradia, o tamanho da miséria e da desigualdade. Por lei, os números do Censo devem ser usados para calcular os repasses da União a municípios. Sem o Censo, o país não é capaz de conhecer a si próprio, nem seu desempenho em todos os setores da economia. Mergulha num apagão estatístico. Por tudo isso, o Censo é uma obrigação do Estado, como estabelece lei de 1991. Precisa ser realizado a cada dez anos, para manter atualizado o retrato do país.

O Censo de 2020 já fora adiado em virtude da pandemia. Em 2019, o governo nomeara uma nova presidente para o IBGE, Susana Cordeiro Guerra, com a missão de reduzir o questionário e o custo da pesquisa. O ministro da Economia, Paulo Guedes, não aceitava a conta de R\$ 3,4 bilhões apresentada. Disse para o instituto "vender prédio" e cortar perguntas, alegando que "você termina descobrindo coisas que nem queria saber".

Mesmo depois de o IBGE racionalizar o questionário, tomar medidas de segurança para que pudesse ser aplicado sem risco para os recenseadores na pandemia e reduzir o total para R\$ 2 bilhões, Executivo e Legislativo não quiseram nem saber. A verba do Censo foi cortada para R\$ 71 milhões no Orçamento, depois para R\$ 53 milhões. Antes disso, Susana entregou o cargo. Depois do cancelamento em 2021, dificilmente o Censo será realizado no ano eleitoral de 2022.

O IBGE vai sendo, portanto, jogado no limbo em que o governo deixa instituições e atividades que não considera prioritárias, como Ciência, Cultura ou Meio

Ambiente.

Ao mesmo tempo que o Censo era sabotado, o Congresso derrubava um veto do tempo do governo Lula, garantindo contratações e promoções a uma corporação de auditores da **Receita Federal**, parte da elite do funcionalismo que desfruta um sem-número de privilégios na comparação com o comum dos mortais no setor privado (aposentadoria integral, promoções automáticas, licenças-prêmio etc.). Os recursos desse trem da alegria seriam mais que suficientes para bancar o Censo, como manda a lei.

Mas as prioridades são outras. Nada mais coerente com o governo Bolsonaro do que preservar no Orçamento interesses paroquiais das corporações, emendas de parlamentares e ceifar as verbas para o Censo. Como o projeto que importa são as eleições de 2022, fica em segundo plano a atualização das estatísticas. O Brasil deixa de captar as mudanças demográficas, sociais e econômicas, cujo conhecimento será fundamental para depois da pandemia. Ficamos no escuro.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Balanços de 16 empresas mostram créditos de R\$ 24 bi de PIS e Cofins

Joice Bacelo, Adriana Aguiar e Beatriz Olivon Do Rio, São Paulo e Brasília / Beatriz Olivon, Fabio Grane r e Joice Bacelo De Brasília e Rio

Um levantamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com base nos balanços das 60 maiores empresas do país mostra que 16 delas - o que corresponde a 27% - registraram ganhos referentes à exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins, a chamada "tese do século". Constam, ao todo, R\$ 24 bilhões de créditos. Essas companhias discutiam o tema na Justiça e tiveram as ações encerradas (transitadas em julgado).

Somente a Petrobras, a maior empresa do país, registrou, no ano passado, R\$ 16,9 bilhões de ganhos com essa discussão. afirmou, em fato relevante ao mercado, que o aproveitamento desses valores seria feito mediante compensações (uso de crédito fiscal para quitar **tributos** correntes).

O Valor verificou que a Petrobras Distribuidora registrou mais R\$ 1,43 bilhão. A Braskem, que também figura entre as 60 maiores empresas do país, aponta ganhos de R\$ 3,06 bilhões e a Via Varejo informa R\$ 1,4 bilhão no seu balanço. Já o Magazine Luiza teve decisão definitiva em 2019, com valor de cerca de R\$ 1,2 bilhão.

Esses números mostram a dimensão do problema para as empresas caso o Supremo Tribunal Federal (STF) atenda o pedido que foi feito, por meio de embargos de declaração, pela União: a chamada modulação de efeitos.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pede para que a decisão que determinou a retirada do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins - proferida em março de 2017 - tenha validade somente a partir do julgamento do recurso, marcado para quinta-feira.

Se isso acontecer, a União não precisará devolver os valores cobrados de forma indevida no passado. Uma decisão nesse sentido, dizem os advogados, além de prejudicar as empresas que têm ações em andamento, poderia provocar um caos na contabilidade daquelas que já encerraram a discussão, têm créditos acumulados e os utilizam para quitar **tributos** correntes.

A PGFN pode tentar reverter as decisões transitadas em julgado por meio de ações rescisórias. Segundo consta no artigo 535, parágrafo 8o, do Código de Processo Civil (CPC), a União teria até dois anos, após o julgamento do Supremo, para ingressar com essas ações.

As empresas, nesse caso, é que correriam o risco de ter que restituir os cofres públicos. E o impacto seria enorme. Uma companhia com faturamento de cerca de R\$ 300 milhões ao ano, por exemplo, poderia ter até 35% do seu patrimônio líquido comprometido.

"O resultado é impressionante. Haveria uma diminuição instantânea no valor da empresa", diz o economista José Roberto Mendonça de Barros, que foi secretário de política econômica do Ministério da Fazenda no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Essa projeção foi feita por Mendonça de Barros e Antonio Sellare, seu sócio na MB Associados. Para chegar ao resultado, eles levaram em conta uma "empresa média típica": faturamento inicial de R\$ 280 milhões, corrigido por uma **inflação** de 3,5% ao ano, que recolhe 18% de ICMS e distribui dividendos e juros sobre capital próprio correspondente a 25% do lucro líquido.

O estudo trata de uma empresa que teve o seu processo encerrado (transitado em julgado) há cinco anos. Ela parou de recolher as contribuições sociais com o ICMS embutido e vem utilizando, desde a decisão, os créditos acumulados no passado (quando recolhia de forma indevida) para quitar **tributos** correntes.

"Seria um transtorno enorme ter que rever tudo isso. As empresas ajustaram os seus preços a essa situação, distribuíram dividendos.

Haveria impacto no patrimônio e isso mexe, inclusive, na avaliação de crédito da companhia", afirma Mendonça de Barros.

Cassio Borges, superintendente jurídico da CNI, chama a atenção que a União também está ficando com uma parte desses ganhos. As empresas precisam pagar 34% de IR e CSLL sobre tais valores. A exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins está entre os 91 temas que constam na Agenda Jurídica da

entidade deste ano - que será lançada hoje. Essa agenda é utilizada para mostrar os temas prioritários para a indústria no STF.

A CNI atua como parte interessada (*amicus curiae*) na chamada "tese do século". Borges diz que, juridicamente, não haveria espaço para a modulação de efeitos. "Esse tema foi levado a julgamento em 2006 e, naquela ocasião, seis ministros, a maioria, votaram pela exclusão do ICMS.

Em 2014, o julgamento foi finalizado e a decisão confirmada. Depois, em 2017, o STF reafirmou a decisão." A PGFN considera o julgamento de março de 2017 como "disruptivo" e, por esse motivo, entende ser necessária a modulação de efeitos. Diz que o entendimento anterior, pela inclusão do ICMS no cálculo do PIS e da Cofins, constava, inclusive, em súmula do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O impacto estimado aos cofres públicos é de R\$ 258,3 bilhões.

Para o tributarista Vinícius Jucá, do escritório Tozzini Freire, nenhuma alteração em relação a esse caso é bem-vinda. Mudar o entendimento, além disso, diz, "afetaria muito a credibilidade do país", especialmente "num momento em que tantas multinacionais estão de saída".

Cristiane Romano, sócia do escritório Machado Meyer, concorda que não há espaço para a modulação de efeitos e - menos ainda - para que essa decisão venha a afetar empresas com ações finalizadas. "Isso nunca aconteceu antes", diz. A advogada entende que nem mesmo a ação rescisória seria cabível a esses casos.

Existe uma outra questão, no entanto, que também será analisada pelos ministros e, a depender do resultado, poderá respingar nas empresas que têm o direito ao crédito já reconhecido pela Justiça. Trata sobre o ICMS que deve ser retirado do cálculo: se o que consta em nota fiscal ou o efetivamente recolhido, geralmente com valor menor.

"Se a decisão transitada em julgado for vaga, se não estiver assegurada a exclusão do ICMS destacado na nota e o STF decidir pelo recolhido, poderá haver discussão. Mas a análise terá que ser caso a caso", diz Ronaldo Redenschi, sócio do escritório Vinhas e Redenschi. Ele não acredita, no entanto, que os ministros decidirão dessa forma.

Essa discussão sobre ICMS destacado ou pago não ocorreu em nenhum momento do processo - até os embargos -, observa Maria Rita Ferragut, sócia do escritório Trench Rossi Watanabe. Para ela, por esse motivo, os ministros estariam mudando o que foi decidido em 2017 se optarem pela exclusão do imposto

efetivamente recolhido aos Estados.

-

Sem reforma, caminho seria elevar contribuições

Sem uma **reforma tributária**, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins pode levar a um aumento de alíquotas das contribuições sociais, como forma de compensar a perda de arrecadação. Esse é um dos cenários levantados por especialistas caso o julgamento, que implica risco fiscal elevado, se encerre mesmo nesta semana.

Outro problema que poderá surgir está relacionado ao teto de gastos. Precatórios, no lado da despesa, e compensações tributárias, pela ótica das receitas, são os principais caminhos para o governo acertar seu passivo com os contribuintes, após a decisão final.

No primeiro caso, essa despesa competirá com os demais gastos, cujo espaço dado pelo limite constitucional já é bastante restrito. Esse efeito certamente não ocorreria neste ano, mas sim nos próximos, quando a Justiça começa a remeter para a União as dívidas a serem pagas no exercício seguinte.

Na compensação tributária, que tem limitações porque só se aplica para quem tem créditos a receber, o impacto é de redução nas receitas da União, diminuindo assim o resultado primário, mas sem afetar o limite de despesas.

O Ministério da Economia não quis se posicionar sobre os potenciais impactos. Porém, em ofício enviado ao Supremo no dia 14, assinado pelo procurador-geral da Fazenda Nacional, Ricardo Soriano de Alencar, aponta uma conta de R\$ 258,3 bilhões - que hoje seria mais que o dobro das despesas discricionárias do governo.

"Essa mensuração [sobre impacto no teto de gastos] somente poderá ser realizada com maior precisão a partir dos limites da decisão dos embargos de declaração. Os esclarecimentos da Corte quanto aos critérios de liquidação e à produção de efeitos do julgamento de março de 2017 são determinantes para esse tipo de análise", limitou-se a dizer a pasta em resposta ao Valor.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que está vinculada ao ministério, acrescentou que a questão é "profunda e bastante complexa" e levantou a dúvida sobre "como o sistema se tornará sustentável para absorver decisão com tal impacto".

Diante do impacto estimado, Jorge Rachid, ex-secretário da **Receita Federal**, que estava no governo

quando a União foi derrotada em 2017, defende que o Supremo module os efeitos da decisão, evitando a devolução de valores pela União. Para ele, é natural se esperar uma elevação das alíquotas do PIS e da Cofins.

Rachid lembra que o projeto de **reforma tributária** por meio da CBS, enviado no ano passado pelo governo, já prevê alíquota maior justamente por causa da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições sociais.

Uma das formas de devolver valores tributários cobrados indevidamente, as compensações já estão em um patamar elevado este ano. De janeiro a março foram realizadas 20.387 operações com créditos provenientes de ações judiciais, chegando ao valor de R\$ 23,35 bilhões.

Em 2020, as compensações foram um dos motivos para a queda de arrecadação. Com um total de 57.970 pedidos, o valor compensado foi de R\$ 63,61 bilhões. As ações judiciais responderam por quase 40% do total dos créditos tributários utilizados no ano passado.

"A compensação é só uma forma de fazer valer um crédito que se conseguiu por uma via. Ela é um instrumento de agilidade", afirma o consultor Everardo Maciel, e ex-secretário da **Receita Federal**. Contrário à decisão do STF no mérito, ele destaca que ainda existem muitas dúvidas, que tornam impossível prever quanto o julgamento vai custar para a União.

Para o economista-chefe da RPS Capital e especialista em contas públicas, Gabriel Leal de Barros, o impacto fiscal da decisão, a depender do caminho adotado pelo STF, pode ser "enorme". "Não está muito clara a forma de quitação, se ainda na linha da receita e usando débitos e créditos de cada parte ou se via transferência [gasto] direto do governo. Acredito que o STF vá decidir pela modulação para trás apenas para as empresas que ainda tinham causas e recursos, mitigando o efeito da repercussão geral para trás e o impacto fiscal", diz.

Se o pagamento desse débito for via gasto, acrescenta, pode gerar problemas para o teto. Porém, ele cogita a possibilidade de o governo eventualmente buscar enquadrar essa despesa como excepcional, pedindo ao Congresso licença para deixá-la de fora do teto. O julgamento, afirma, pode acelerar a pressão pela **reforma tributária**.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186827

Debatedores descartam taxaço sobre livros em reforma tributária

Parlamentares e convidados rechaçaram qualquer espécie de tributação sobre os livros ao debater na Comissão de Educação, um projeto do Poder Executivo (PL 3887/20) em análise na Câmara dos Deputados.

Desde a Constituição de 1946, por iniciativa do escritor e na época deputado constituinte Jorge Amado (1912-2001), os livros são imunes a **impostos** no Brasil. Em 2004 também se tomaram isentos de algumas contribuições sociais. A equipe econômica incluiu, em documento recém-divulgado, os livros entre itens sujeitos à incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), primeira etapa de uma **reforma tributária** a ser desenvolvida no governo Bolsonaro.

A deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS), mediadora do debate nesta manhã na Câmara e coordenadora da Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura, questionou a hipótese. "O governo que isenta armas quer taxar livros?"

Desde que surgiu o documento do Ministério da Economia, um abaixo-assinado on-line reuniu mais de 1,4 milhão de apoiadores contra a taxaço de livros, disse a estudante Julia Marina Bortolani Martins, coorganizadora do movimento. Na reunião, coube à **Receita Federal** -a partir do subsecretário de Tributação e Contencioso, Sandro de Vargas Serpa, e do coordenador-geral de Tributação, Fernando Mombelli - defender as idéias da equipe econômica, que, para a deputada Fernanda Melchionna, poderiam ser resumidas na frase: "só rico lê".

O argumento básico do governo é que a proposta seria neutra - não acarretaria aumento ou queda na arrecadação. Haveria a cobrança do tributo para as faixas de renda mais ricas, e os eventuais recursos obtidos com a CBS sobre os livros poderiam beneficiar os mais pobres mediante políticas públicas direcionadas.

Julia Martins, ex-aluna da rede pública, revelou ceticismo com essa ideia ao citar professor que pedia doações de livros didáticos - cuja oferta hoje é dever do Estado, destacou. "Em vez de taxar, o governo deveria diminuir o preço dos livros", afirmou. "Tenho o direito de escolher o que quero ler."

Site:

https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_14_edic_a_o_3174

Brasileiro Lê Mais; Governo, Nem Tanto (3)

No Dia Mundial do Livro, comemorado no último dia 23, o Brasil viu dois quadros: um positivo e outro preocupante. O muito positivo é que o brasileiro está lendo mais. Desde julho do ano passado, as vendas de livros têm crescido e continuaram crescendo este ano.

O preocupante? Nos cerca de 14 meses da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) as livrarias físicas passaram, pelo menos, metade desse tempo fechadas ou com muitas restrições, gerando forte impacto econômico- financeiro.

Os números revelados por várias pesquisas mostram todo o varejo online se movimentando para criar promoções e eventos com o objetivo de chamar as pessoas ainda mais para o livro. Não está fácil. Muitas livrarias físicas fecharam as portas.

Sobre o aumento da leitura, uma boa notícia. Isso mostra uma reconexão com o livro e com a leitura. É como se as pessoas descobrissem o prazer de ler, porque estão mais em casa, porque têm mais tempo. E ao redescobrir o prazer de ler, elas redescobrem o hábito da leitura; colocam o livro no seu hábito diário. Isso faz com que as pessoas leiam mais.

Apesar dos números mostrarem que a classe baixa está lendo mais, a **Receita Federal** recentemente apontou o baixo índice de leitura por famílias de baixa renda para justificar o fim da isenção sobre livros, prevista na proposta de **reforma tributária** do governo. Isso mesmo, mais **impostos** sobre livros!

A Receita cita dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2019, que mostra que famílias com renda de até dois salários mínimos não consomem livros não didáticos e a maior parte desses livros é consumido pelas famílias com renda superior a dez salários mínimos.

Os dados da pesquisa, divulgada pelo IBGE com base em dados do IBGE, domicílios com rendimento de até dois pisos nacionais gastavam, em média, R\$ 0,81 por mês com livros, o equivalente a 0,1% do total de gastos da família. Entre os que ganham mais de dez salários, o valor absoluto sobe para R\$ 14,95, mas representa 0,2% do total das despesas nessa faixa de renda.

No ano passado, durante audiência sobre a **reforma tributária**, o ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu a avaliação de que a isenção aos livros era

pouco eficiente e afirmou que fazia mais sentido doar obras aos mais pobres, mas não apresentou uma proposta para isso. Mas estão todos enganados, o hábito da leitura aumentou e não há espaço para a taxação de livros.

O que o governo deveria fazer é estimular o setor. A pandemia criou problemas para os livreiros, para as editoras. O funcionamento precário das lojas físicas tem efeito também no próprio hábito do leitor, uma vez que impede as livrarias de chamar o público de volta para ter o prazer do convívio, de manusear os livros, de encontrar autores nos lançamentos de obras, de conversar com outras pessoas e com os livreiros.

Embora o brasileiro esteja lendo mais em razão da pandemia, a pesquisa "Retratos da leitura no Brasil", divulgada em setembro do ano passado pelo Instituto Pró- Livro e relativa ao ano anterior, revela que pouco mais da metade dos brasileiros têm hábito de leitura (52%).

É preciso manter o livro presente na vida das pessoas.

Menos **impostos**, mais livros!

Governo quer antecipação de 13º de aposentados ainda em maio

Thiago Resende e Fábio Pupo Brasília

Após a sanção do Orçamento de 2021, o governo pretende destravar medidas que aguardavam a solução do impasse em torno das contas deste ano. Uma delas é a antecipação do 13º dos aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

Técnicos da equipe econômica trabalham para que a liberação desses recursos ocorra ainda em maio. Para isso, é necessário que a autorização seja dada nos próximos dias e a folha de pagamentos, que é gerada no meio do mês, já conte com o pagamento antecipado do benefício.

Essa medida, segundo integrantes do governo, deve injetar cerca de R\$ 50 bilhões na economia. Os recursos já seriam pagos aos aposentados e pensionistas no segundo semestre, mas a ideia é acelerar esse processo diante da crise da Covid-19.

A antecipação do 13º a aposentados e pensionistas chegou a ser prometida pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) e pelo ministro Paulo Guedes (Economia) ainda em março, mas, por causa do atraso na sanção do Orçamento, a medida foi adiada.

O assunto agora está sendo analisado pela área jurídica do governo federal para eventuais ajustes no texto que autoriza a antecipação, pois a proposta já saiu da área de Previdência do Ministério da Economia.

O dinheiro para esses pagamentos já estava previsto nas contas do ano, mas, com receio de descumprir regras fiscais, técnicos do time de Guedes defenderam que a liberação aguardasse a sanção do Orçamento.

Outra medida a ser destravada é o programa de corte de jornada e de salários de trabalhadores da iniciativa privada. A medida prevê a recriação do BEm (Benefício Emergencial), uma complementação paga pelo governo a trabalhadores que tiverem temporariamente perda de renda por causa do programa trabalhista emergencial.

O Congresso Nacional autorizou uma flexibilização em normas orçamentárias para 2021, o que também ajudou a acelerar as discussões sobre o BEm, que

não estará dentro das limitações do teto de gastos - norma que impede o crescimento das despesas acima da **inflação**.

Membros da equipe econômica esperam lançar o programa ainda nesta semana.

A sanção do Orçamento também abre caminho para o envio de mais recursos do Tesouro Nacional para o Pronampe, programa de crédito criado no ano passado para micro e pequenas empresas.

O programa concedeu R\$ 37,5 bilhões até o fim de 2020, um quarto de todo o volume de recursos emprestados em linhas de crédito ligadas à Covid no ano passado.

Neste ano, o governo prevê injetar R\$ 7 bilhões do cofre da União para servir de garantia às novas operações e estuda taxas mais altas de juros.

A sanção do Orçamento foi oficializada na sexta-feira (23). Neste ano, a previsão é de um total de R\$ 1,486 trilhão em despesas federais sujeitas ao teto.

Desse montante, o governo afirma que terá cerca de R\$ 87 bilhões em recursos discricionários, destinados a custeio da máquina pública e investimentos. Esse valor, menos de 6% do total, acaba incrementado por emendas parlamentares.

Dólar cai a R\$ 5,45, menor patamar em dois meses

O dólar segue em tendência de queda após a sanção com vetos do Orçamento de 2021. Nesta segunda (26), recuou 0,9% e fechou a R\$ 5,4490, menor patamar desde 24 de fevereiro. Colaborou para a desvalorização da moeda dos EUA a declaração do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de que um primeiro texto da **reforma tributária** será apresentado em 3 de maio. O Ibovespa fechou em leve alta de 0,05%, a 120.594,61 pontos.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49509>

Com R\$ 229 bilhões em jogo, Supremo julga principal processo tributário do país

Matheus Teixeira *brasil*

O STF (Supremo Tribunal Federal) prevê concluir nesta semana o julgamento do processo de maior impacto financeiro em curso na corte.

Está previsto para quinta-feira (29) a análise do recurso da União contra decisão de 2017 que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins.

O governo federal pede que o entendimento firmado pelo STF quatro anos atrás seja aplicado apenas daqui para a frente, sem efeito retroativo.

Caso o tribunal não concorde com os argumentos da Fazenda Nacional, o órgão diz que o julgamento deve representar um prejuízo de R\$ 229 bilhões aos cofres públicos.

Há ao menos 10 mil processos sobre o tema em curso no Judiciário à espera de uma decisão do Supremo.

Em 2017, por 6 a 4, o plenário julgou um recurso sobre o tema com repercussão geral reconhecida, o que significa que a decisão vale para todas as ações do Brasil.

O tribunal decidiu que o ICMS, um imposto estadual, não integra a base de cálculo das duas contribuições, que são de natureza federal destinadas ao financiamento da **seguridade social** e incidem sobre a receita bruta das empresas.

O STF, no entanto, não discutiu o alcance da decisão e, por meio de embargos de declaração, a União pede a chamada modulação de efeitos para que a nova interpretação seja aplicada apenas para processos futuros, sem impactar os que já estão em tramitação.

Como o Supremo não definiu a extensão do resultado do julgamento realizado quatro anos atrás, instâncias inferiores do Judiciário têm dado decisões contrárias à União.

Empresas de grande porte já afirmaram em seus balanços terem se beneficiado do novo entendimento ao conseguirem recuperar **tributos** que já haviam pagado.

Decisões nesse sentido foram responsáveis por

movimentar um mercado bilionário de créditos tributários, que deve ser impactado pelo julgamento desta semana do Supremo. A partir dessas decisões, contribuintes começaram a asar créditos para reduzir o pagamento de **tributos** por meio de compensação.

Além disso, também há caso de empresas que passaram a tentar transformar esses valores em precatórios federais, títulos considerados como "dinheiro na mão" e que podem ser vendidos a terceiros.

Mesmo quem ainda não possui o precatório -e, portanto, não tem certeza de que receberá o dinheiro- passou a receber oferta de fundos e instituições financeiras, que assumem o risco diante da expectativa de lucros de mais de 50%.

No entanto, a pressão para que o Supremo determine que a exclusão do ICMS da base de cálculo da PIS e da Cofins só valha daqui para a frente, frustrando as empresas, é grande.

O governo tem citado a crise financeira e o aumento de gastos públicos para combater a pandemia da Covid-19 para pressionar o Supremo a dar uma decisão favorável.

Mesmo que a corte fixe um entendimento contrário aos contribuintes, porém, a União não deverá conseguir recuperar todos os valores ganhos por empresas por decisões ocorridas entre 2017 e hoje em dia com base na decisão do Supremo.

O tema tem dividido o STF e é difícil prever qual será o resultado do julgamento.

Antes de 2017, o STF já havia declarado, em 2014, a inconstitucionalidade dessa inclusão. Na ocasião, porém, o julgamento não tinha repercussão geral e tratava apenas para as partes de um determinado processo.

As empresas que acionam a Justiça argumentam basicamente que o ICMS não faz parte do faturamento ou receita de uma companhia e, portanto, o cálculo do PIS/ Cofins deve ser unicamente sobre o faturamento - e, assim, não incluir outro imposto (no caso, o ICMS) para calcular novo imposto.

O caso concreto do recurso em que foi aplicada a repercussão geral e que foi analisado em 2017 trata de ação contra a União da Imcopa Importação, Exportação e Indústria de Óleos Ltda.

Relatora do caso, a ministra Cármen Lúcia votou a favor do contribuinte e foi acompanhada pelos ministros Rosa Weber, Luiz Fux, Marco Aurélio Mello, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello, que formaram maioria contrária à União.

Os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Dias Toffoli e Gilmar Mendes divergiram e ficaram vencidos.

Agora, para obter uma vitória, o governo federal espera contar com a ajuda do ministro Kassio Nunes Marques, que entrou no Supremo no lugar de Celso de Mello.

A esperança do Executivo é que, por ser o único indicado pelo presidente Jair Bolsonaro a integrar a corte, o magistrado se posicione em favor dos interesses do Palácio do Planalto e do Ministério da Economia.

O governo também já calcula o voto contrário de Marco Aurélio.

O ministro costuma se posicionar contra a chamada modulação de efeitos em todos os julgamentos por entender que, quando o Supremo fixa o entendimento de que determinada interpretação é inconstitucional, ela não pode ser aplicada em nenhuma circunstância.

ENTENDA O QUE ESTÁ EM JOGO

Em 2017, o STF decidiu que o ICMS não integra a base de cálculo do PIS e da Cofins, que incidem sobre a receita bruta das empresas

o Supremo, no entanto, não discutiu o alcance da decisão

Instâncias inferiores do Judiciário têm dado decisões contrárias à União

Caso o STF não concorde com os argumentos da Fazenda Nacional, o órgão diz que o julgamento deve levar a perda de R\$ 229 bi aos cofres públicos

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49509>

Encolhimento do Estado é um mito (2)

Ruchir Sharma

A opinião corrente sustenta que o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, está encerrando uma "era de governo atrofiado (reduzido, pequeno)" e de capitalismo de livre-mercado sem peias que remonta a Ronald Reagan e a Margaret Thatcher, na década de 1980. Mas essa era é um mito.

Desde 1980 os gastos dos governos se mantiveram estáveis e aumentaram ligeiramente como parcela do Produto Interno Bruto (**PIB**) nos Estados Unidos, no Reino Unido e em outras economias desenvolvidas. Os déficits passaram da condição de raros para a de costumeiros, tanto nos anos bons quanto nos ruins. A dívida pública, nos países desenvolvidos, disparou - nos Estados Unidos, para mais de 120% do **PIB** no ano passado. O governo continua de grande porte e mais intervencionista do que nunca.

O papel econômico, em expansão, do governo vai bem além dos déficits e da dívida. Os gastos de bem-estar social dos Estados Unidos, entre os quais o Medicaid [sistema federal de seguro-saúde para pessoas de baixa renda], do Medicare [idem, para pessoas com mais de 65 anos] e a **previdência social** subiram gradualmente a partir de menos de 10% para mais de 17% do **PIB** entre 1980 e o fim de 2020. O Estado de bem-estar social cresceu persistentemente.

O mesmo ocorreu com a esfera regulatória do Estado. Os gastos dos órgãos reguladores nos Estados Unidos subiram em todos os governos após o de Reagan. O manual federal de regulamentações cresceu, gradualmente, em termos de tamanho, antes de Donald Trump. A mesma tendência básica se desenvolveu no Reino Unido.

Os pacotes de socorro financeiro a empresas se tornaram procedimento padrão. No passado reservados a empresas específicas, esses pacotes foram ampliados para setores inteiros durante a crise de poupança e empréstimo das décadas de 80 e 90. Depois de 2008, os pacotes passaram a ser oferecidos também a grandes bancos e empresas automobilísticas. Durante a pandemia, os pacotes de socorro financeiro estão sendo concedidos a quase qualquer companhia solicitante.

Nos países desenvolvidos, os governos distribuíram mais estímulos fiscais, como parcela do **PIB**, em cada uma das crises sucessivas. Nos Estados Unidos, o estímulo fiscal alcançou um novo recorde pós-

Segunda Guerra Mundial de 4% do **PIB** após o estouro da bolha das pontas com, de 7% após a crise financeira e de 13% no ano passado.

Além disso, é difícil sustentar o discurso fictício de que os bancos centrais não são parte do governo grande (superdimensionado, inchado, grande). Eles são duas instâncias inseparáveis. Os governos não conseguem acumular déficits e dívida tão acentuadamente sem o apoio do banco central. E os bancos centrais se tornaram agressivamente assistentes, tanto ao manter o custo do dinheiro em níveis baixos quanto como compradores nos mercados de dívida mobiliária. Calculo que no ano passado o estímulo fiscal e monetário somados tenham alcançado um recorde de 28% do **PIB** nos Estados Unidos, e de 40% nas economias desenvolvidas, em média.

Por que, então, o mito do governo reduzido prospera, já que esses fatos não o sustentam? A história é normalmente contada como uma história das ideias, a começar da desregulamentação, dos cortes de **impostos** e de outras políticas anti-Estado implementadas por Reagan e Thatcher. Seus sucessores de centro, desde Tony Blair e de Bill Clinton até Barack Obama, são tidos como seguidores dessas ortodoxias de livre-mercado, que contribuíram para disseminar a ideologia "neoliberal" no mundo inteiro. Ao entrelaçarem os vários episódios nos quais o pensamento neoliberal modelou a política pública, os comentaristas criam um quadro de retração (redução, atrofia, recuo) estável do Estado.

Mas as ideias de livre-mercado não enxugaram o Estado, a não ser por uma ou outra privatização. Boa parte do restante não passou de falatório. Muitos republicanos corroboraram a opinião de Reagan de que "o problema é o governo", mas sua principal solução foi cortar **impostos**, raramente acompanhada por cortes de gastos. Desde 1980, todo presidente republicano acumulou déficits, todos os anos, e o mesmo fizeram todos os democratas, com exceção de Clinton.

A impressão de que os governos saíram de cena (recuaram, se retiraram, retrocederam) deixando os mercados correrem soltos, também é influenciada pelos preços descontrolados das ações e dos bônus. As ações e bônus mundiais, que valiam US\$ 12 trilhões em 1980, valem atualmente quase US\$ 370 trilhões. Mas essa elevação pode resultar menos da retirada, do recuo do Estado, sob a forma da desregulamentação, do que do apoio do Estado,

principalmente pacotes de socorro financeiro e crédito a baixas taxas de juros concedido pelos Bancos Centrais.

Finalmente, a ideologia do livre-mercado efetivamente transformou os governos, anteriormente socialistas, de China, Índia e Leste Europeu, onde o Estado atualmente exerce um papel econômico muito menor do que 40 anos atrás. Essa realidade, baseada no mundo emergente, pode ter estimulado a concepção equivocada de que os governos estivessem recuando em todo lugar. Os apoiadores progressistas de Biden podem elogiá-lo por pôr fim ao governo reduzido (atrofiado etc.), mas não foi isso o que aconteceu nos Estados Unidos.

As discussões sobre para onde Biden está conduzindo os Estados Unidos e o mundo têm de começar com uma compreensão clara sobre de onde ele está vindo. Seus planos - desde os pacotes de gastos de vários trilhões de dólares, novas regulamentações e outros - são descritos, com precisão, como os mais radicais propostos por qualquer presidente em várias décadas. Mas eles não marcam um fim. Sinalizam a mais recente escalada do governo grande (superdimensionado, inchado etc).

Ruchir Sharma é estrategista chefe global do Morgan Stanley Investment Management e autor de "The Ten Rules of Successful Nations".

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Projeto cria mercado para negociação

O Projeto de Lei 528/21 institui o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), que vai regular a compra e venda de créditos de carbono no País.

O texto tramita na Câmara dos Deputados. Crédito de carbono é um certificado que atesta e reconhece a redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE), responsáveis pelo aquecimento global.

Pelo projeto, um crédito de carbono equivalerá a uma tonelada desses gases que deixarem de ser lançados na atmosfera.

Os créditos de carbono estarão atrelados a projetos de redução ou remoção de GEE da atmosfera, como um projeto de reflorestamento, por exemplo. Essa redução será quantificada (em toneladas de gases) e convertida em títulos, conforme regras previstas na proposta. Os títulos gerados serão negociados com governos, empresas ou pessoas físicas que têm metas obrigatórias de redução de emissão de GEE, definidas por leis ou tratados internacionais.

A criação do MBRE está prevista na lei que instituiu a Política Nacional de Mudança do Clima (Lei 12.187/09), e é uma recomendação do Protocolo de Kyoto, tratado internacional ratificado pelo Brasil que prevê a redução da concentração de GEE no planeta.

O projeto em análise na Câmara foi apresentado pelo deputado Marcelo Ramos (PL-AM). Ele afirma que a regulação proposta garante a transparência das negociações de créditos de carbono no Brasil. Ramos avalia que o País possui "capacidade natural" para desenvolver esse tipo de mercado.

"O endereçamento adequado das políticas climáticas é algo mais que necessário para o posicionamento do Brasil como um país na vanguarda do desenvolvimento inteligente e estratégico", disse Ramos.

A proposta regulamenta os principais pontos do novo mercado, como natureza jurídica, registro, certificação e contabilização dos créditos de carbono. Também fixa um prazo (cinco anos) para o governo regulamentar o programa nacional obrigatório de compensação de emissões de GEE.

O texto prevê a criação de um mercado voluntário de créditos de carbono, que se destina à negociação com empresas ou governos que não possuem as metas obrigatórias de redução de GEE, mas desejam

compensar o impacto ambiental das suas atividades. Eles poderão investir em projetos que visam reduzir as emissões de carbono na atmosfera.

Isonção fiscal - As transações no mercado voluntário serão isentas de Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Todos os projetos de redução de GEE e as negociações dos créditos de carbono serão registrados por um sistema eletrônico, gerido pelo Instituto Nacional de Registro de Dados Climáticos (INRDC), órgão de natureza privada fiscalizado pelo Ministério da Economia, que indicará parte da diretoria.

A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-27-04-2021/>

REFORMA AGUARDADA (3)

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, afirmou ontem que o primeiro relatório da **reforma tributária** será apresentado até o próximo dia 3. Lira prometeu engajamento institucional da Câmara para fazer a proposta avançar.

Em tramitação desde 2019 em comissão especial do Congresso, a **reforma tributária** reúne uma proposta em tramitação na Câmara, outra proposta em tramitação no Senado desde 2003 e um projeto de lei do governo que unifica o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Federal. Há muito se discute a necessidade de uma **reforma tributária**, com o objetivo de redistribuir a brutal carga de **tributos** no País. Praticamente em todos os governos recentes houve a promessa de mudar essa realidade, mas as propostas sempre esbarram na resistência de algum ente da federação.

O fato é que todos concordam com a necessidade de modernizar e simplificar nosso intrincado sistema tributário. O tema é recorrente nas campanhas eleitorais, mas os governos que se sucederam avançaram muito pouco nesse sentido. O que se fez foram alguns ajustes específicos. Ideias mais ambiciosas ficaram pelo caminho. O problema é que a questão envolve muitos interesses. Nenhum ente federativo quer abrir mão de receita, e muitas vezes as propostas não deixam claro quem vai perder e quem vai ganhar.

Nosso sistema tributário é arcaico, burocrático e injusto, já que a carga acaba pesando mais sobre aqueles com menor capacidade contributiva. Além disso, prejudica o setor produtivo e favorece a sonegação. Segundo estudo do Banco Mundial, no Brasil, onde há mais de 60 **tributos** federais, estaduais e municipais, uma empresa gasta, em média, 2.600 horas para pagar os **impostos**. O Congresso agora tem mais uma oportunidade de mudar esse quadro. É preciso discutir seriamente a questão e aprovar uma reforma que possibilite dividir a carga tributária com mais equilíbrio para que mais pessoas paguem, e todos paguem menos.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=3456>

Bolsonaro veta recurso para obra que lançou em dezembro

Apenas quatro meses após o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ter lançado a pedra fundamental para a pavimentação da BR-367, entre Salto da Divisa e Jacinto, no Vale do Jequitinhonha, ele mesmo vetou os investimentos previstos no Orçamento deste ano para a rodovia. A decisão, publicada no "Diário Oficial da União" da semana passada, caiu como um balde de água fria para milhares de motoristas que trafegam pelo trecho de mais de 60 km de terra batida em uma das regiões mais pobres do Estado. Parlamentares mineiros cobram do governo uma nova fonte de recurso para a obra e prometem até mesmo uma articulação para derrubar o veto presidencial no Congresso.

Em dezembro, Bolsonaro esteve em Jacinto, município de 13 mil habitantes que fica próximo da divisa com a Bahia, ao lado de duas dezenas de políticos mineiros, para anunciar que o asfalto aguardado há mais de 50 anos chegaria à BR-367. A promessa do governo era investir R\$ 157 milhões para pavimentar o trecho que vai até Salto da Divisa e tem grande movimento de carros e caminhões (principalmente os que carregam eucalipto e abastecem as fábricas de celulose na região). A previsão do governo era que a obra durasse dois anos e fosse finalizada ainda em 2022.

"Essa obra chega em boa hora, há muito ela foi prometida e, lamentavelmente, a obra não chegou aqui. E agora vai chegar em nosso governo.

Importante concluir obras e fazer aquelas que podemos concluir ao longo do nosso mandato, não deixar para depois", afirmou Bolsonaro durante a visita.

A pavimentação da BR-367 foi prometida pela primeira vez pelo então presidente Luiz Inácio Lula (PT), em 2010. A obra chegou a ser incluída no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e os projetos executivos começaram a ser executados.

No entanto, bloqueios de verbas no Orçamento e problemas com a liberação de licenças ambientais foram adiando a chegada do asfalto por mais de uma década.

Até hoje, os motoristas que passam pelo trecho enfrentam uma rodovia em péssimas condições, de terra batida e esburacada. Em período chuvoso, o

trecho fica praticamente inviável.

Insatisfeitos com o veto presidencial, deputados mineiros falam de uma mobilização para derrubar o veto e voltar a incluir os recursos da obra no Orçamento. "Essa informação chegou há pouco tempo para a gente.

Estamos avaliando e buscando resposta. Já pedi audiência no Ministério (da Infraestrutura) para saber se o governo vai proceder com esse veto. Se proceder, não tem outro caminho que não seja derrubá-lo.

Não vamos abrir mão dessa obra, ela é importantíssima.

Passei 26 anos rodando nessa estrada, sei como é sofrido", afirma o deputado Igor Timo (Podemos).

"A promessa que ouvimos foi que a obra seria entregue até o final do ano que vem. Esperamos que ela seja cumprida e que os recursos sejam descontingenciados.

Minas tem sido sempre muito prejudicada com esses bloqueios no Orçamento", avalia o deputado Fábio Ramalho (MDB). Segundo ele, uma das opções, caso o recurso não seja liberado, é partir para a derrubada do veto de Bolsonaro.

PRIORIDADES. A reportagem procurou o Ministério da Infraestrutura para saber, após os vetos no Orçamento, se o governo federal pretende destinar algum recurso para a pavimentação da BR-367, mas a pasta não informou sobre valores ou previsão de aditivos.

"Num cenário de restrições orçamentárias, o ministério está atualizando sua planilha de investimentos considerando duas premissas: obras prioritárias, em função do seu impacto social e econômico; e a conclusão de obras iniciadas. Estamos empenhados em garantir a infraestrutura, mesmo com o contingenciamento sofrido, e não conseguimos precisar os impactos nas obras no momento", diz a pasta.

IBGE

Dúvida. O Censo demográfico, que seria feito em 2020 e foi adiado para 2021, precisou ser cancelado mais uma vez. Há dúvidas, inclusive, se será possível fazê-lo em 2022.

Governo quer antecipar o 13º de aposentados para maio

Após a sanção do Orçamento de 2021, o governo pretende destravar medidas que aguardavam a solução do impasse em torno das contas deste ano. Uma delas é a antecipação do 13º dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Técnicos da equipe econômica trabalham para que a liberação desses recursos ocorra ainda em maio. Para isso, é necessário que a autorização seja dada nos próximos dias e a folha de pagamentos, que é gerada no meio do mês, já conte com o pagamento antecipado do benefício.

Essa medida, segundo o governo, deve injetar cerca de R\$ 50 bilhões na economia. Os recursos já seriam pagos aos aposentados e pensionistas no segundo semestre, mas a ideia é acelerar esse processo diante da crise da Covid-19.

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/15850>

Perdeu emprego ou parou de contribuir ao INSS? Você pode perder benefícios

Renato Fontes

36 meses

Com a crise causada pela pandemia, muitos brasileiros deixam de pagar contribuições mensais ao **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), seja porque perderam o emprego ou porque deixaram de pagar por conta própria, como autônomos ou como segurados facultativos (donas de casa, estudantes etc).

Para recuperar a condição de segurado, é preciso apenas que a pessoa volte a contribuir com o **INSS** por um período, que varia conforme o benefício.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/27/inss-deixar-de-contribuir-perda-beneficios.htm>

O problema é que quem fica algum tempo sem fazer contribuições perde acesso a uma série de benefícios, como auxílio-doença e auxílio-acidente. Além disso, o acesso à aposentadoria no futuro fica mais difícil.

Quem para de pagar não fica sem os benefícios imediatamente. Isso só vai acontecer de três a 36 meses depois, dependendo do benefício e da situação do trabalhador.

Se o segurado tiver parado de pagar porque foi incorporado às Forças Armadas aos 18 anos para prestação do serviço militar obrigatório.

Quem é segurado facultativo, ou seja, que não têm renda ou que exerce atividade não remunerada, como estudantes, donas de casa ou desempregados.

1. Autônomos ou trabalhadores com carteira assinada que forem demitidos, pedirem demissão, tiverem contrato de trabalho suspenso ou estiverem de licença não remunerada;
2. Quem recebeu auxílio-doença ou salário maternidade e depois não retomou os pagamentos ao **INSS**;
3. Quem recebeu auxílio-doença porque teve uma doença contagiosa e não voltou a contribuir após o fim do auxílio;
4. Quem estava preso, e não voltou a contribuir após ser solto.

Via de regra, quem perde o emprego deixa de ser segurado do **INSS** após 12 meses sem pagamento. Mas o prazo pode ser prorrogado e chegar a:

24 meses (dois anos)

Diante da CPI, governo promete acelerar reformas

Israel Medeiros

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), se reuniu ontem com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para acelerar as discussões sobre a **reforma tributária** na Casa. O encontro ocorreu na residência oficial do presidente da Câmara, na semana seguinte à sanção do orçamento da União para 2021, que deixou o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) dividido entre agradar Lira, seu principal aliado no Congresso, ou Guedes, o ministro conhecido por defender política fiscal mais rígida. Prestes a enfrentar uma CPI, Bolsonaro resolveu acionar o político alagoano para acelerar a discussão das reformas que são promessas de campanha - e que Guedes ainda não conseguiu cumprir. Com a iniciativa, o governo tenta, ainda, desviar o foco da CPI. Na saída da reunião com Guedes, Lira não deu detalhes sobre o que foi conversado, mas afirmou que o relatório da **reforma tributária** - que está nas mãos do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), deve ficar pronto até a próxima segunda-feira, 3 de maio, para que as discussões comecem.

"Eu entreguei ao ministro um ofício endereçado ao relator da matéria dando o prazo máximo até 3 de maio para que nós tenhamos acesso ao relatório, para que o Brasil como um todo possa discutir esse assunto", disse Lira. Mais cedo, ele havia afirmado que a estratégia seria discutir o tema em etapas - algo que ele reforçou após encontrar Guedes, acrescentando que a ideia é vencer a resistência sobre o projeto, começando pelos tópicos onde há consenso.

"Nós vamos marchar passo a passo, discutindo essa reforma pelo que nos une, pelo que é consensual, de maneira organizada", afirmou. O presidente da Câmara acredita que tanto a **reforma tributária** quanto a administrativa - que altera as regras do funcionalismo público -, devem ser votadas ainda este ano.

Funcionalismo

Na Câmara, deputados e especialistas começaram a debater, ontem, a admissibilidade da PEC nº 32/2020, da reforma administrativa, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), que é presidida pela deputada bolsonarista Bia Kicis (PSL-DF).

Para defender o projeto na CCJ, o governo escolheu o secretário especial de Desburocratização, Caio Mario Paes de Andrade. Em sua fala, ele afirmou que a reforma administrativa vem para "dar propósito" aos **servidores públicos** "espertinhos" - referindo-se àqueles que são improdutivos.

"O que precisamos é criar mecanismos para que todos os servidores fiquem mais produtivos e ajudem o Brasil a voar. Claro que existem os espertinhos. Para esses, o ideal é cumprir o horário, se comprometer pouco e receber o bom salário no fim do mês. O que precisamos é dar propósitos para essas pessoas", disse.

Ele também defendeu que essa é a mais importante transformação que o estado brasileiro precisa realizar, fazendo alterações no regime jurídico. Para tal, o secretário argumentou que o Estado brasileiro "se casa" com o servidor público no momento em que o admite via concurso público. "São 59 anos de relação com um servidor público. Nós casamos com o servidor", afirmou. Andrade afirmou, ainda, que o governo federal gasta R\$ 8,3 bilhões por ano com cerca de 69 mil servidores que estão na ativa e trabalham em áreas que são consideradas extintas.

A fala foi rebatida pela deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL-RS), que acredita que há uma tentativa do governo de culpar os servidores pela crise nas contas públicas. "O senhor fala como se o grande problema do país fossem os servidores e fez um cálculo apontando um gasto de R\$ 8 bilhões. E o senhor não falou nada dos R\$ 30 bilhões de emendas parlamentares extrateto que podem sim causar um shutdown no orçamento da União", disparou. O raciocínio foi seguido pela também deputada Maria do Rosário (PT-RS), que disse que, ao contrário do que aponta o governo, não há superlotação de servidores na máquina pública. Para ela, o texto é resultado de uma perseguição do governo Bolsonaro contra servidores.

"Eu observo, em todos os sentidos, que a reforma administrativa está funcionando muito mais como uma punição ao funcionalismo. Se fosse bom, o governo não teria incluído os militares? Por que os militares estão fora? A reforma administrativa está funcionando como uma punição ao funcionalismo, que está sendo

perseguido de todas as formas por esse governo", disse. "Destruir o serviço público é o objetivo de quem hoje governa o Brasil", acrescentou a deputada.

Planalto trabalha pela submersão do general Pazuello

Gustavo Uribe Ricardo Delia Coletta - Brasília / João Pedro Pitombo CONCEIÇÃO do jacuípe (ba)

Com receio de um aumento ainda maior de sua rejeição e dos impactos disso sobre suas chances de reeleição, o presidente Jair Bolsonaro escalou integrantes da equipe ministerial e montou gabinete de inteligência para blindar a gestão federal na CPI da Covid.

Apesar de repetir em público que não se preocupa com a instalação da comissão, Bolsonaro tem manifestado, em caráter reservado, irritação com a possibilidade de uma devassa em contratos do governo e de que auxiliares presidenciais sejam, posteriormente, investigados pelo Ministério Público.

Ao mesmo tempo, o Planalto quer discrição por parte do general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, e um dos principais focos da CPI.

Além de nos últimos dias ter atuado pessoalmente no diálogo com senadores independentes, o presidente montou, no Planalto, um gabinete de inteligência cujo objetivo, segundo assessores, é tanto produzir material para municiar a base aliada como preparar para depoimentos integrantes do governo que forem convocados.

O bunker palaciano é coordenado pelo ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, e deve ter a colaboração de ministros como Marcelo Queiroga (Saúde), Fábio Faria (Comunicações), Flávia Arruda (Secretaria de Governo) e Onyx Lorenzoni (Secretaria-Geral).

No fim de semana, integrantes do governo já começaram a esboçar a retórica adotada pela tropa de choque nos primeiros dias da CPI da Covid. O presidente tem quatro senadores governistas contra sete independentes ou opositores.

A falta de vacinas para imunizar a população foi identificada pelo Planalto como uma das primeiras críticas que devem ser exploradas contra o Ministério da Saúde na comissão. Para responder a ela, o discurso elaborado é que a escassez de insumos e imunizantes é um problema mundial, não só do Brasil.

Para se defender no caso de mudanças recorrentes no

calendário de imunização e atraso na chegada de vacinas, a estratégia será apresentar dados gerais, sobretudo dos países do G20, para argumentar que o Brasil está na frente de outras nações em números absolutos de imunizados.

Para responder à acusação de que foi irresponsável ao recusar em 2020 três ofertas de compra de vacinas da Pfizer, o argumento é que não poderiam comprar um imunizante sem aprovação da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A tropa de choque do Planalto foi instruída a argumentar que adquirir o imunizante sem aval da agência seria irresponsabilidade.

As lentas negociações com a farmacêutica americana são consideradas pelo Planalto como um potencial flanco de pressão. O governo brasileiro rejeitou proposta da Pfizer que previa 70 milhões de doses de vacinas até dezembro de 2021. Três milhões estavam previstos até fevereiro. O contrato com a empresa - de 100 milhões de doses - só foi assinado em março.

Uma entrevista do ex-secretário de Comunicação Fábio Wajngarten à revista Veja renovou o interesse de opositores sobre as conversas com a Pfizer. Wajngarten disse que a compra no ano passado não ocorreu por "incompetência e ineficiência" por parte de Pazuello.

A Casa Civil enviou para pastas ministeriais questões que podem ser feitas a integrantes do governo, solicitando sugestões. A ideia é elaborar uma cartilha para ser distribuída para senadores e deputados governistas.

Segundo assessores presidenciais, o conteúdo também deve ser explorado nas redes sociais do Executivo. A articulação política também solicitou de maneira informal ao Ministério da Saúde que realize um pente-fino nos principais contratos envolvidos no combate à pandemia para afastar eventuais indícios de irregularidades.

Um assessor da Saúde lembra que, durante comissões de inquérito, é comum que **servidores públicos** que ingressaram em governos passados repassem cópias de contratos para deputados de oposição que possam prejudicar a atual gestão.

Apesar de a CPI da Covid ter sido proposta com o objetivo de investigar o colapso de saúde em Manaus, a aposta do governo é que o assunto seja explorado só num segundo momento. Segundo relato feito à Folha, nesta segunda-feira (26) um interlocutor do presidente contactou Eduardo Pazuello.

A ligação foi para recomendar que ele evite exposição desnecessária. Causou irritação no Palácio do Planalto vídeo do general da ativa passeando no domingo (25) em um shopping center sem máscara.

Para membros da cúpula militar, as imagens podem ser interpretadas por integrantes da CPI como uma provocação. O melhor, neste momento, é a submersão do militar para evitar comprometer ainda mais a imagem do governo. O presidente avalia acelerar nomeação de Pazuello para um cargo na Secretaria-Geral da Presidência da República.

O objetivo é mantê-lo sob o controle da Presidência e também começar a prepará-lo para depor. A orientação do presidente tem sido defender a condução da crise sanitária pelo ex-ministro.

Na Esplanada dos Ministérios, no entanto, há auxiliares do governo que não descartam a possibilidade de Bolsonaro abandonar o general caso as acusações contra o militar evoluam para uma investigação contra o próprio presidente. Nesse caso, resume um aliado do governo, Pazuello pode se transformar em bode expiatório.

-

Bolsonaro diz que CPI não preocupa e ataca governadores

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta segunda-feira que não se preocupa com a CPI da Covid e não liga para uma possível candidatura do ex-presidente Lula (PT) em 2022. Ele voltou a fustigar governadores que adotam medidas restritivas para frear a pandemia.

Em rápida entrevista à imprensa após a inauguração da duplicação de um trecho de rodovia no interior da Bahia, o presidente declarou sobre a CPI: "Não estou preocupado porque não devemos nada".

Em Conceição do Jacuípe (102km de Salvador), Bolsonaro voltou a criticar governadores e ameaçar uso dos militares para impedir a adoção de medidas restritivas. Disse que o papel das Forças Armadas é garantir o cumprimento da Constituição.

"[Os governadores] estão seguindo o artigo quinto da Constituição? Está sendo respeitado o direito de ir e vir, o direito de a pessoa ter um emprego, ocupar o

tempo para exercitar a sua fé? É só ver se isso está sendo respeitado ou não", disse.

Bolsonaro também voltou a criticar o STF (Supremo Tribunal Federal) por ter autorizado estados e municípios decretarem suas próprias medidas de restrição na pandemia sem precisar do aval do governo federal.

Questionado se usaria as Forças Armadas para impedir governadores de adotar medidas restritivas, afirmou em tom de ameaça: "Não estiquem a corda mais do que está esticada".

Em discurso durante a inauguração, também mirou os governadores e disse que está chegando a hora de a população dar o seu novo grito de independência.

"Não estiquem a corda mais do que está esticada. Não podemos admitir alguns pseudo-governadores quererem impor uma ditadura no meio de vocês, usando do vírus para subjugar-los", disse. Sobre as eleições presidenciais, Bolsonaro disse que não se preocupa com 2022 nem com o ex-presidente Lula.

"Minha preocupação é com o Brasil. Se a pessoa votar em pessoa com o passado de Lula, essa é uma pessoa que não entende nada de política e nem da liberdade dele".

-

Presidente se irrita com questão e xinga repórter de idiota

O presidente Jair Bolsonaro ofendeu uma repórter na entrevista no interior da Bahia. Driele Veiga, da TV Aratu, afiliada local do SBT, questionou o presidente sobre as críticas de que foi alvo após ter posado para uma foto em Manaus com o apresentador Sikêra Júnior, da RedeTV!, e uma placa onde estava escrito "CPF cancelado", referência a pessoas mortas.

"Não tem o que perguntar, não? Deixa de ser idiota", disse o presidente. A repórter estava ao vivo no programa jornalístico local Que Venha o Povo, da TV Aratu.

Em nota, o Sindicato dos Jornalistas da Bahia repudiou a agressão verbal a uma profissional "somente por estar exercendo seu ofício que é entrevistar aquele investido em cargo público". A Associação Baiana de Imprensa e o governador Rui Costa (PT) repudiaram o episódio.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49509>

Dormir muito pouco após os 50 pode aumentar risco de demência, diz estudo

Pam Belluck

Dormir pouco pode aumentar suas chances de desenvolver demência? Há anos pesquisadores avaliam essa e outras questões sobre como o sono se relaciona com o declínio cognitivo. As respostas foram inconclusivas, porque é difícil saber se o sono insuficiente é um sintoma das alterações cerebrais que levam à demência, ou se de fato ajuda a causar essas alterações.

Agora, um novo e amplo estudo relata algumas das conclusões mais convincentes até hoje para sugerir que as pessoas que não dormem o suficiente nas faixas de 50 e 60 anos podem ter maior propensão a desenvolver demência quando forem mais velhas.

A pesquisa, publicada na revista *Nature Communications*, tem limitações, mas também vários pontos fortes. Ela acompanhou quase 8.000 pessoas no Reino Unido durante aproximadamente 25 anos, começando quando elas tinham 50 anos. Concluiu que as que relataram constantemente dormir seis horas ou menos por noite durante a semana tinham cerca de 30% maior probabilidade do que as pessoas que dormiam regularmente sete horas (definido no estudo como "sono normal") de ser diagnosticadas com demência.

"Seria realmente improvável que quase três décadas depois esse sono fosse um sintoma de demência, por isso é um ótimo estudo ao fornecer fortes evidências de que o sono é realmente um fator de risco", disse a doutora Kristine Yaffe, professora de neurologia e psiquiatria na Universidade da Califórnia em San Francisco (EUA), que não participou do estudo.

As alterações cerebrais pré-demência, como o acúmulo de proteínas associadas ao mal de Alzheimer, são conhecidas por começar cerca de 15 a 20 anos antes que as pessoas exibam problemas de memória e raciocínio, por isso os padrões de sono nesse período podem ser considerados um efeito emergente da doença.

Isso colocou um "problema da galinha e do ovo - qual vem primeiro, o problema do sono ou a patologia? ", disse o doutor Erik Musiek, neurologista e codiretor do Centro para Ritmos Biológicos e Sono na Universidade de Washington em St. Louis, que não participou dessa

pesquisa.

"Não sei se esse estudo realmente fecha o assunto, mas ele chega perto, porque tem muita gente que era relativamente jovem", disse ele.

Usando registros médicos e outros dados de um importante estudo com **servidores públicos** britânicos chamado Whitehall 2, que começou em meados dos anos 1980, os pesquisadores rastrearam quantas horas 7.959 participantes disseram ter dormido em relatórios apresentados seis vezes entre 1985 e 2016. No final do estudo, 521 pessoas tinham sido diagnosticadas com demência em uma idade média de 77 anos.

A equipe pôde fazer ajustes para vários comportamentos e características que podem influenciar os padrões de sono das pessoas ou o risco de demência, disse um dos autores do estudo, Séverine Sabia, epidemiologista do Inserm, o centro de pesquisas de saúde pública francês. Essas incluíam fumo, consumo de álcool, atividade física, índice de massa corporal, consumo de frutas e vegetais, nível educacional, situação conjugal e condições como pressão sanguínea alta, diabetes e doença cardiovascular.

Para esclarecer ainda mais a relação sono-demência, os pesquisadores separaram as pessoas que tiveram doença mental antes dos 65 anos. A depressão é considerada fator de risco para demência e "transtornos de saúde mental são muito fortemente ligados a distúrbios do sono", disse Sabia. A análise do estudo de participantes sem doença mental encontrou uma associação semelhante entre os que dormiam pouco e um maior risco de demência.

A correlação também levou em conta se as pessoas estavam ou não tomando medicação para dormir e se tinham ou não uma mutação chamada ApoE4, que aumenta a propensão a desenvolver Alzheimer, disse Sabia.

Os pesquisadores não encontraram diferença geral entre homens e mulheres.

"O estudo encontrou uma associação modesta, mas eu diria de certa importância, entre pouco sono e risco de demência", disse Pamela Lutsey, professora

associada de epidemiologia e saúde comunitária na Universidade de Minnesota (EUA), que não participou da pesquisa.

"Dormir pouco é muito comum e, por causa disso, mesmo que seja modestamente associado ao risco de demência pode ser importante em nível social. Dormir pouco é algo que podemos controlar, é possível modificar;"

Assim como outros estudos nessa área, porém, este tem limitações que o impedem de provar que o sono inadequado pode ajudar a causar demência. A maior parte dos dados sobre sono era autor-relatada, uma medida subjetiva que nem sempre é acurada, segundo especialistas.

A certa altura, quase 4.000 participantes tiveram a duração do sono medida por acelerômetros, e esses dados foram consistentes com seus tempos de sono autorrelatados, disseram os pesquisadores. Mas essa medição quantitativa chegou tarde ao estudo, quando os participantes tinham aproximadamente 69 anos, tornando-a menos útil do que se tivesse sido obtida em idades anteriores.

Além disso, a maioria dos participantes era branca, mais instruída e saudável que a população britânica em geral. E ao contar com registros médicos eletrônicos para diagnósticos de demência os pesquisadores podem ter errado em alguns casos. Eles também podem não ter identificado tipos exatos de demência.

"É sempre difícil saber o que concluir desse tipo de estudo", escreveu Robert Howard, professor de psiquiatria de idosos no University College em Londres, um de vários especialistas que enviaram comentários sobre o estudo à Nature Communications. "Os insones -que provavelmente não precisam de mais uma coisa para ruminarem na cama", acrescentou ele, "não devem se preocupar com que estejam rumando para a demência, a menos que consigam dormir imediatamente."

Existem teorias científicas interessantes sobre por que a falta de sono pode exacerbar os riscos de demência, especialmente o mal de Alzheimer.

Estudos descobriram que os níveis de fluido cerebrospinal da proteína amiloide, que se agrupa em placas no Alzheimer, "sobem se você priva as pessoas de sono", disse Musiek. Outros estudos da amiloide e outra proteína do Alzheimer, a tau, sugerem que "o sono é importante para limpar as proteínas do cérebro ou limitar sua produção", disse ele.

Uma teoria é que quanto mais as pessoas ficam

acordadas mais tempo seus neurônios estão ativos e mais amiloide é produzida, disse Musiek.

Outra teoria é que durante o sono o fluido que corre no cérebro ajuda a limpar o excesso de proteínas, por isso um sono inadequado significa maior acúmulo de proteína, segundo ele.

Alguns cientistas também acham que dormir um tempo suficiente em certas fases do sono pode ser importante para limpar as proteínas.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Delegado da PF diz que Salles legitimou ação de criminosos

BRUNO GÓES bruno.goes@oglobo.com.br **BRASILIA**

O delegado da Polícia Federal Alexandre Saraiva disse ontem, ao ser questionado por parlamentares na Câmara dos Deputados, que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, tornou legítima a ação de madeireiros e participou de ato fraudulento para proteger criminosos. Ele foi ouvido sobre caso de exploração ilegal de madeira na Amazônia em audiência da Comissão de Legislação Participativa.

Afastado de suas funções após enviar uma notícia-crime ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o ministro e o senador Telmário Mota (Pros-RR), Saraiva falou sobre grande esquema de grilagem e exploração de terras que deveriam ser protegidas. Segundo ele, Salles atuou para minar a credibilidade da Operação Handroanthus, que realizou uma apreensão recorde de aproximadamente 200 mil metros cúbicos de madeira extraídos ilegalmente: - O senhor ministro fez uma inversão, tornou legítima a ação dos criminosos, e não dos servidores públicos (da PF que realizaram a operação).

Segundo Saraiva, Salles praticou atos que podem constituir crime. Ele mencionou as críticas feitas pelo ministro sobre a operação realizada em dezembro de 2020 - segundo ele, a postura atrapalhou a PF. No entanto, o delegado ressaltou que só recorreu ao STF após ação concreta do ministro: - Ocorre que (o ministro) não ficou só no discurso. Ele foi até a área, fez uma pseudo perícia de 40 mil toras (de madeira), olhou duas delas e disse que conferiu, que a princípio estava tudo certo, que as pessoas apresentaram escrituras.

Saraiva, então, disse que a extração comprovou-se ilegal. Afirmou ainda que quando os documentos foram reunidos em Santarém, com auxílio de Salles, foi dado um prazo de uma semana para a perícia da PF ser feita e a madeira ser liberada.

- Quando vi aquele conjunto de documentos, que foi uma reunião organizada ou pelo menos com a participação direta do ministro do Meio Ambiente e, quando aquilo se mostrou uma fraude imensa, onde se buscava erodir a autoridade policial, eu entendi que o correto seria encaminhar a notícia-crime ao Supremo Tribunal Federal apontando aquele fato.

O delegado ressaltou ainda que há 40 pontos de extração de madeira na região onde a operação foi feita, mas só em dez locais foram apresentados documentos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Arrecadações estaduais crescem no primeiro bimestre

Lu Aiko Otta

A maior parte dos Estados apresentou crescimento na arrecadação nos dois primeiros meses de 2021 em comparação com igual período do ano passado, segundo dados do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) com foco nas unidades da Federação. O relatório foi divulgado ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Com isso, o resultado da execução orçamentária no período foi melhor do que a vista em 2020. Entretanto, os Estados acumulam despesas a pagar em volumes elevados.

De acordo com dados do RREO, apenas três Estados - Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Espírito Santo - apresentaram queda na arrecadação no período. Nos três casos, a redução foi de 2%. Os demais obtiveram crescimento na faixa dos 10%, com Sergipe e Acre registrando os maiores avanços: 17% nos dois casos. Em São Paulo, a alta foi de 4%. Rio Grande do Norte não apresentou as informações no prazo.

As despesas, por sua vez, recuaram em 11 Estados, com quedas de até 18%, caso de Alagoas. Em São Paulo, a redução foi de 17%, e, no Rio de Janeiro, de 13%. Já Sergipe registrou alta de 26% nas despesas, e Maranhão, 23%.

Com isso, a mediana do resultado orçamentário, que corresponde à diferença entre as receitas realizadas e as despesas liquidadas ficou em 35% da Receita Corrente Líquida (RCL) dos Estados no primeiro bimestre de 2021. Em igual período do ano passado, a mediana foi de 29% da RCL. A mediana dos resultados primários ficou em 34% neste ano, ante 25% em 2020.

O Tesouro Nacional esclareceu que a RCL é calculada considerando-se a soma as receitas arrecadadas nos 12 meses encerrados no mês de referência. Mas, para a realização do RREO divulgado ontem, foram consideradas apenas as receitas de janeiro e fevereiro de 2021.

Os números do RREO mostram que o grosso da despesa dos Estados é com o pagamento dos próprios funcionários públicos. No Rio Grande do Sul, os gastos com pessoal e encargos consumiram 73% das

receitas no período. Em Mato Grosso do Sul, foram 67%. Essas são as maiores taxas observadas. As menores estão em Roraima (33%) e Maranhão (36%).

Os investimentos realizados no período foram muito baixos. As maiores taxas, de 4% das receitas, foram observadas no Espírito Santo e no Pará.

Há déficit no sistema previdenciário dos funcionários na maior parte dos Estados. O rombo chega a 19% das receitas no Distrito Federal e 18% no Rio Grande do Sul. O maior superávit registrado está no Piauí, com 8%.

Há volumes expressivos de obrigações financeiras pendentes nos Estados, mostra o RREO. No caso do Amapá, a soma de restos a pagar liquidados e não pagos e despesas liquidadas e não pagas no primeiro bimestre corresponde a 318% da receita total. Em Minas Gerais, são 258%. No Rio Grande do Sul chegam a 141%, e no Rio de Janeiro, a 108%. Nas demais unidades da Federação, as pendências são inferiores a 100% das receitas. As menores taxas estão no Ceará, na Bahia e no Pará, com 5%.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Comissão ouve secretário de Desburocratização

Marcelo Ribeiro

Em defesa da reforma administrativa, o secretário especial de Desburocratização do Ministério da Economia, Caio Paes de Andrade, afirmou ontem em uma audiência pública na Câmara que é preciso despertar os "propósitos adormecidos" de uma parcela dos servidores, além de se criar mecanismos de gestão que permitam acompanhar e melhorar a performance de quem trabalha na máquina pública.

Andrade participou da primeira audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre a reforma administrativa. Há previsão de outras seis audiências públicas até 14 de maio. O ministro da Economia, Paulo Guedes, também deve comparecer ao colegiado para tirar dúvidas sobre a proposta. Só depois disso, o texto deve ser apreciado pelos integrantes da comissão.

De acordo com o secretário, não se pode generalizar, pois há funcionários públicos comprometidos. No entanto, assim como ocorre na iniciativa privada, ponderou, também existem os "espertinhos".

"Para estes, o ideal é cumprir horário, comprometer-se pouco e receber um salário bacana no fim do mês. Eu acredito que o que falta para melhorar a performance desse grupo é gestão, critérios de avaliação e acompanhamento constantes, sérios e imparciais", destacou. "Precisamos é dar propósito para essas pessoas. Trabalhar sem propósito é frustrante, nivela o ser humano por baixo. No mundo da informação na palma da mão, não dá para passar a vida batendo o carimbo. Precisamos despertar propósitos adormecidos."

O posicionamento foi contestado pelo deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), que lembrou de quando Guedes comparou os servidores a parasitas. "Nós estamos numa fase depreciativa, atirando contra os **servidores públicos**, quando, na verdade, nós tínhamos que prestigiá-los, fazer com que a carreira fosse mais valorizada, melhor qualificada", disse o parlamentar.

O secretário destacou que o governo brasileiro gasta R\$ 8,3 bilhões por ano com 69 mil servidores que estão na ativa e trabalham em carreiras consideradas extintas. Ele defendeu o avanço da reforma

administrativa para corrigir distorções.

Contrário ao avanço da reforma, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape), Vicente Martins Braga, disse que alguns trechos da reforma violam a Constituição, entre eles, o que trata do fim da estabilidade. "Não se pode admitir que se utilize o discurso de que a estabilidade é utilizada como um escudo para o servidor público. Ela não é um escudo para o servidor público. Ela é um escudo para o cargo daquele servidor para blindá-lo de qualquer interesse ilegítimo por parte de quem quer que seja: um cidadão, um gestor, um superior ou qualquer outra pessoa", afirmou o procurador. "Nós não podemos acreditar que o fim da estabilidade será um benefício para este país. Muito pelo contrário. O fim da estabilidade será, sim, uma porteira aberta para mandos e desmandos e até podemos afirmar: para mais atos de corrupção. Nós não podemos admitir isso", completou.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Mudanças no serviço público saem este ano

SÃO PAULO

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que as reformas tributária e administrativa ocorrerão até o fim do ano.

Ele prevê que as mudanças no serviço público sairão primeiro, afetando os servidores que ainda ingressarem no funcionalismo, com algumas exceções entre os que já têm cargos efetivos.

"Tenho comigo que a reforma administrativa sairá primeiro, com efeito de agora para frente, com raras dificuldades e poucas situações que vão poder atingir funcionários atuais na sua estabilidade, claro que tem a cláusula do desempenho e outros fatores que os funcionários precisam estar posicionados", frisou o presidente da Câmara.

Ele ressaltou que "precisamos de Estado mais ágil, leve, mais barato, com perspectiva de contenção de despesa da máquina pública para o futuro, isso trará segurança jurídica, investimentos e dará rumo para economia brasileira", avaliou Lira ontem.

Ele ainda defendeu o diálogo entre os Poderes e afirmou que quer que o texto da **reforma tributária** seja consenso entre a Câmara, o Senado e o Executivo. A afirmação foi dada após uma reunião entre o parlamentar e o ministro da Economia, Paulo Guedes.

"Estamos ratificando que o interesse da Câmara é, justamente, voltar a discutir com serenidade, transparência, amplitude e com debate claro a **reforma tributária** que o Brasil tanto precisa. Com todos os líderes, o relator, o senado e o governo participando", afirmou o presidente da Câmara.

Ele reafirmou que o projeto será discutido com líderes partidários das duas Casas. O parlamentar não deu detalhes sobre o que foi tratado na reunião com Guedes.

Lira também informou que determinou que o relator Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) apresente seu parecer até a próxima segunda-feira.

A equipe econômica pretende insistir no fatiamento da **reforma tributária**, apesar das duas propostas de emenda à Constituição (PEC), em tramitação no Congresso há mais de um ano.

Segundo um auxiliar do ministro, a estratégia do governo é concentrar esforços para aprovar projetos de lei, focados só nos **impostos** federais, diante da dificuldade de se construir maioria para aprovar uma mudança mais ampla. Nesse cenário, as duas PECs em análise pela comissão mista poderiam ser enterradas.

Gasto de 8 bilhões de reais com carreiras já extintas

O governo federal gasta R\$ 8,3 bilhões por ano com 69 mil servidores que estão na ativa e trabalham em funções consideradas extintas pela União. A informação foi repassada pelo secretário especial de Desburocratização do Ministério da Economia, Caio Paes de Andrade, durante a primeira audiência pública da reforma administrativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na Câmara dos Deputados ontem.

"E um dado de hoje somente no Executivo federal, nós gastamos R\$ 8,3 bilhões, com 69 mil servidores que trabalham em funções que nós consideramos extintas".

O secretário destacou que essa é uma situação complexa e citou um servidor que foi contratado como operador de telex.

"O operador de telex está até hoje na nossa folha de pagamento, mas não tem mais telex e, ao mesmo tempo, não conseguimos preparar esse cidadão para outro trabalho porque caímos no desvio de função", explicou.

Ele também avaliou que o processo de digitalização e desburocratização do estado deve se aprofundar, o que vai modificar a atuação dos **servidores públicos**.

Em sua apresentação, Paes de Andrade também acenou para os atuais servidores, que não são afetados pela proposta do governo.

"É importante que os **servidores públicos** atuais que não têm seus direitos afetados pela nossa PEC entendam isso. Estamos ajustando o futuro para criar uma administração pública mais moderna e eficiente e com isso honrar todos os compromissos contratados".

PGR denuncia governador do Amazonas

A subprocuradora-geral da República Lindora Araújo enviou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) denúncia contra o governador do Amazonas, Wilson Lima, e outras 17 pessoas por supostos crimes relacionados ao uso de recursos públicos destinados ao combate à pandemia da COVID-19. De acordo com a Procuradoria-Geral da República (PGR), o governador é "chefe de uma organização criminosa" que envolve **servidores públicos** e empresários.

Na peça enviada ao STJ, Lindora afirma que o esquema foi montado para desviar recursos públicos destinados à compra de respiradores. As fraudes teriam gerado prejuízo de R\$ 2 milhões aos cofres públicos por meio do direcionamento de editais para adquirir os insumos médicos.

Além do chefe do Executivo estadual, foram denunciados o vice-governador do Amazonas, Carlos Almeida (PTB), o secretário-chefe da Casa Civil do estado, Flávio Antony Filho, o ex-secretário de Saúde Rodrigo Tobias e outras 14 pessoas, entre **servidores públicos** e empresários. As investigações começaram no ano passado, quando veio a público a denúncia de que respiradores tinham sido comprados de uma loja de vinhos. Lindora é braço direito do procurador-geral da República, Augusto Aras. A denúncia ocorre em um momento em que o governo pressiona a PGR e o Congresso para apurar supostas irregularidades na gestão da pandemia envolvendo os governadores.

De acordo com Lindora, sob o comando do governador do Amazonas foi criada "uma verdadeira organização criminosa que tinha por propósito a prática de crimes contra a administração pública, especialmente a partir do direcionamento de contratações de insumos para enfrentamento da pandemia, sendo certo que, em pelo menos uma aquisição, o intento se concretizou."

Site: <http://digital.em.com.br/>

PGR denuncia governador do Amazonas por desvios no SUS

A PGR (Procuradoria Geral da República) denunciou ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), ontem, o governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), integrantes do 1º escalão da sua gestão, servidores e empresários por supostos crimes cometidos na compra e transporte de respiradores para pacientes com covid-19.

Além de Lima, foram denunciados: o vice-governador, Carlos Almeida (PTB); o secretário-chefe da Casa Civil do Estado, Flávio Antony Filho; o ex-secretário de Saúde Rodrigo Tobias. A denúncia também envolve outras 14 pessoas, entre **servidores públicos** e empresários. A investigação começou em 2020, depois da divulgação de que 28 respiradores haviam sido comprados de uma loja de vinhos.

Lima, o ex-secretário de Saúde e mais dois servidores são alvos de uma 2ª denúncia da PGR, também apresentada ao STJ ontem. São acusados de desvio de dinheiro para favorecer duas empresas com o fretamento indevido de aeronave para transportar respiradores.

As operações foram realizadas pela PGR. Nas duas denúncias a Procuradoria Geral da República pede a condenação dos denunciados, a perda do cargo pelos **servidores públicos** e o pagamento de indenização no valor mesmo valor do montante que ter ia sido desviado.

Segundo a PGR, o governo do Amazonas instalou uma "uma verdadeira organização criminosa" em sua estrutura. A prática teria envolvido o direcionamento de contratação de insumos para o combate da pandemia. A subprocuradora-geral da República, Lindôra Araújo, assinou a denúncia.

Wilson Lima é acusado de comandar a organização, que seria voltada à prática de crimes como dispensa indevida de licitação, fraude à licitação e peculato. A PGR também acusa os envolvidos de desviar recursos. O prejuízo seria de ao menos R\$ 2,2 milhões. No caso da denúncia envolvendo as aeronaves, o prejuízo seria de R\$ 191.852,80.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

CPI da Pandemia escolhe presidente e relator na terça-feira - TRIBUNA

GILVAN MANOEL

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que vai investigar as ações do governo e o uso de verbas federais na pandemia de covid-19 se reúne pela primeira vez nesta terça-feira (27), a partir das 10h.

Com a instalação oficial, a CPI escolherá seu presidente, seu vice-presidente e seu relator.

A reunião acontecerá no Plenário nº 3, na Ala Senador Alexandre Costa, e será semipresencial, com a possibilidade de participação dos membros da CPI em pessoa ou virtualmente.

A eleição do presidente e do vice-presidente, que é secreta, será restrita aos que comparecerem no local.

O único candidato já registrado para a presidência da comissão é o senador Eduardo Girão (Podemos-CE), autor do requerimento que estendeu o foco de atuação da CPI. O senador Omar Aziz (PSD-AM) também deve concorrer ao cargo. As inscrições podem ser feitas até a hora da votação. Caberá ao presidente eleito a escolha do relator da CPI, que dará o tom das investigações a partir do seu plano de trabalho. O senador Renan Calheiros (MDB-AL) tem sido o nome mais lembrado para a função até agora.

O senador Otto Alencar (PSD-BA), como membro mais idoso entre os titulares da comissão, presidirá a reunião inaugural.

Depois da instalação e da escolha dos postos-chave, a CPI terá autonomia para decidir se os seus próximos compromissos serão presenciais, virtuais ou mistos. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, avalia que algumas atividades da comissão terão de ser realizadas exclusivamente em reuniões presenciais.

- Uma CPI impõe atos como interrogatórios, inquirição de testemunhas incomunicáveis, reunião e exame de documentos sigilosos, perícias. Tudo isso recomenda que, por ser um trabalho investigativo, seja feito presencialmente - observou ele no último dia 13, quando a CPI foi oficialmente criada.

Para a reunião de terça-feira, várias precauções sanitárias já estão estabelecidas.

O acesso ao plenário será reservado aos senadores e a um número restrito de servidores - inclusive com limitação de cadeiras no espaço físico. A captação de imagens da reunião será feita apenas pelos profissionais dos órgãos de comunicação do Senado.

A CPI da Pandemia foi criada a partir do requerimento do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e teve seu foco ampliado a partir do requerimento de CPI apresentado posteriormente por Eduardo Girão. O RQS 1.371/2021, de Randolfe, propôs uma comissão de inquérito para investigar ações e omissões do governo federal no combate à pandemia de covid-19, com foco especial na situação do estado do Amazonas, primeiro estado do país onde hospitais reportaram desabastecimento de oxigênio para pacientes.

Depois, Girão apresentou o pedido (RQS 1.372/2021) para que a CPI investigasse, também, o uso de verbas federais repassadas a estados e municípios para o enfrentamento da crise sanitária. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, incorporou os dois requerimentos em uma única CPI, por considerar o segundo tema - as verbas repassadas aos entes federativos - conexo ao primeiro.

Os senadores Alessandro Vieira (Cidadania) e Rogério Carvalho (PT) integram a CPI na condição de suplentes.

Protesto

Em votações online, convocadas pelos sindicatos em todo o país, os empregados da Caixa Econômica Federal deliberaram pela aprovação do Estado de Greve e Paralisação de 24h nesta terça-feira.

Em Sergipe, os dirigentes sindicais estão visitando as agências da Caixa mobilizando para a paralisação e entregando um novo kit de proteção à Covid-19.

Direitos

"Nesta terça, estaremos protestando contra a retirada de direitos, por mais contratações de funcionários e funcionárias e em especial defendendo o banco contra o projeto de privatização orquestrada pelo governo de Bolsonaro", afirma a presidenta do Sindicato dos Bancários de Sergipe (SEEB/SE), Ivânia Pereira.

O prefeito Marcos Santana recebe a vacina contra covid-19 Privatização A paralisação também vai protestar contra a chamada "privatização fatiada", ou venda disfarçada do único banco 100% público do país.

O mais novo alvo do governo Bolsonaro e de do ministro Paulo Guedes é a Caixa Seguridade, que terá seu capital aberto na próxima quinta- feira (29). Os recursos obtidos com a venda da Caixa Seguridade serão devolvidos ao Tesouro Nacional, por meio dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCDs).

Covid-19 Na manhã desta segunda-feira, integrantes do Movimento

Atitude Sergipe

(MOVA-SE) realizaram um ato na Praça Fausto Cardoso, em frente ao antigo Palácio do Governo, que marcou o lançamento da campanha cidadã em apoio ao requerimento de instalação da CPI da Covid em Sergipe. Com um número reduzido de integrantes, para evitar aglomeração, e ostentando grandes faixas em apoio à CPI em Sergipe, foi explicada aos presentes a finalidade do ato e divulgado o lançamento do abaixo-assinado on-line, através do qual a população pode declarar apoio e adesão à campanha em prol da CPI da Covid em Sergipe.

Objetivos

Conforme já foi anunciado na imprensa, há cerca de duas semanas um grupo de deputados vem buscando assinaturas suficientes para conseguir instalar a CPI, que irá investigar, especialmente, os gastos do Governo Estadual no enfrentamento da Pandemia de Covid-19 e a tentativa frustrada de compra de 30 respiradores via Consórcio do Nordeste, que gerou um prejuízo de quase 5 milhões para os cofres públicos do Estado.

IPTU

O perdão de dívidas do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) de Aracaju, prevista no programa Cidade Solidária, pode ser solicitado a partir de maio. O contribuinte aracajuano que atender às exigências deve requerer o direito da remissão de débitos do IPTU junto à Secretaria Municipal da Fazenda (Semfaz), apresentando todos os documentos necessários para comprovar os requisitos. A solicitação pode ser feita através do Portal do Contribuinte (fazenda.

aracaju.se.gov.br) ou presencialmente na Central do Servidor, após agendamento no telefone 3179 1100. O

Cidade Solidária é um programa, lançado pela Prefeitura de Aracaju, cujo foco é reduzir os efeitos sociais e econômicos causados pela pandemia da covid-19 na capital sergipana.

Dentre as diversas ações, destaca-se a criação do Auxílio Emergencial Municipal (AME) que beneficiará cerca de 5 mil famílias.

Pagamento

O governo do Estado inicia o pagamento da folha de abril nesta quinta-feira (29) , quando recebem, os servidores ativos da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e suas Fundações. Os demais servidores recebem na sexta-feira (30), a partir das 14h, quando será concluído o pagamento para todos os 70.702 funcionários públicos estaduais ativos, inativos e comissionados.

O governo decidiu realizar o pagamento em dois dias diferenciados, iniciando com os servidores da Saúde, com intuito de evitar o deslocamento de muitas pessoas aos bancos ao mesmo tempo, devido ao momento ainda crítico da pandemia.

Luiz Teixeira

O presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe, deputado Luciano Bispo externou votos de pesar pela morte do empresário sergipano, Luiz Antonio Mesquita Teixeira, aos 80 anos. O engenheiro e proprietário da Construtora Norcon, vinha lutando contra um câncer de garganta e morreu neste sábado (24) na residência em Aracaju. Filho do empresário Oviedo Teixeira, Luiz Antônio atuava no ramo imobiliário desde 1965 juntamente com o irmão Tarcísio Teixeira, fazendo da Norcon uma das maiores construtoras da região Nordeste. O presidente da Alese lamenta a morte do empresário sergipano e se solidariza com os familiares e amigos neste momento de dor profunda.

Consulta

A Prefeitura de Aracaju, por intermédio da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (Seplog), realiza a consulta pública para a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2022. Até o dia 20 de maio, a população pode colaborar através do questionário que está disponível no site. A consulta é mais uma ferramenta de transparência e participação popular na condução da administração da cidade.

Respondendo o questionário online, os aracajuanos têm a oportunidade de contribuir com sugestões para ações, obras, programas e projetos prioritários para as diversas localidades da capital.

Aproximação

Segundo o secretário municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão, Augusto Fábio Oliveira, essa é mais uma iniciativa da Prefeitura para buscar a aproximação com a população e a participação da sociedade na elaboração do PLDO. "Uma das diretrizes da gestão municipal é consolidar a participação popular que, inclusive, é um dos eixos do Planejamento Estratégico. Com a consulta pública, buscamos incentivar a colaboração dos cidadãos para construirmos os encaminhamentos que serão dados para as ações da gestão em 2022", afirma o secretário.

Doente

O prefeito de Itabaiana, Adailton Sousa (PL), testou positivo para a covid-19. O chefe do Executivo itabaianense também pediu que as pessoas continuem mantendo os cuidados necessários, salientando que o uso de máscaras "não é um posicionamento político, é algo essencial para cuidar da sua vida e da do próximo".

Isolamento

Na postagem, o prefeito disse que está bem, sentindo somente algumas dores no peito, "mas em repouso para que elas logo passem. Desde o primeiro momento em que me senti mal, na noite da última terça-feira, dia 20, estou em isolamento, em casa. A suspeita me veio depois de uma crise de tosse, dores de cabeça e febre. Seguindo em isolamento, fiz o teste e recebi o resultado na manhã deste domingo (25)", afirmou Adailton.

São Cristóvão

O prefeito de São Cristóvão Marcos Santana recebeu na manhã do último sábado (24) a 1ª dose da vacina contra a covid-19. O prefeito foi imunizado na Escola Gina Franco, localizada no Centro histórico da cidade, e recebeu a vacina AstraZeneca do laboratório Fiocruz da enfermeira Andréa Oliveira. O prefeito possui 61 anos e foi incluído no grupo prioritário dos idosos após a ampliação para a faixa etária de 60 anos ou mais no último sábado. "Acabei de tomar a primeira dose da vacina e estou aliviado, agora mais tranquilo. Não totalmente tranquilo pois ainda tenho de tomar a segunda dose, que será dia 24 de julho", afirmou o prefeito.

Apelo

"Quereria aproveitar e pedir a todo vocês que tomem a vacina. Nós temos pontos de vacinação em toda a

cidade, nas escolas, aqui no Centro Histórico o ponto fixo na Escola Gina Franco, no Eduardo Gomes o ponto fixo na Escola Glorita Portugal, e temos em outras escolas também.

É importante que a gente se previna contra esse mal que já levou tanto irmãos nossos.

Não deixe de se vacinar, é importante para você e para todos nós", reforçou.

Juiz barra Renan na relatoria

A Justiça Federal do Distrito Federal concedeu uma decisão liminar (provisória) para impedir que o senador Renan Calheiros (MDB-AL) seja nomeado o relator da CPI da Covid nesta terça-feira (27). A decisão é do juiz Charles Morai, da 2ª Vara Federal do Distrito Federal, e foi proferida em uma ação popular movida pela deputada Carla Zambelli (PSL-SP), uma das principais apoiadoras do presidente Jair Bolsonaro no Congresso.

O juiz afirma que a decisão vale até que o senador e a AGU (Advocacia-Geral da União) se manifestem no processo. Enquanto isso, o magistrado determina que o nome de Calheiros seja impedido de ser escolhido como relator da comissão. Nas redes sociais, Renan afirmou que a decisão é "esdrúxula" e anunciou que irá recorrer. Segundo o senador Otto Alencar (PSD-BA), o mais velho do colegiado e responsável por ter marcado a data de instalação nesta terça, a primeira sessão do colegiado está mantida.

"Amanhã (terça) é a eleição para a escolha do presidente e do vice. Vamos fazer isso às 10h. Não muda nada. Não existe eleição para relator", disse Otto à reportagem. Cabe ao presidente eleito da CPI indicar o relator - o favorito para assumir a presidência é Omar Aziz (PSD-AM).

Otto também critica a decisão da Justiça do DF. "É uma interferência indevida de um juiz. Isso favorece a candidatura do Renan para relator, porque é uma questão interna corporis", afirmou Otto. Na ação apresentada à Justiça, a deputada Carla Zambelli, aliada fiel a Bolsonaro, cita o fato de o filho do parlamentar, Renan Filho, ser governador de Alagoas. Isso, segundo ela, reforça a "expectativa de um direcionamento dos trabalhos para o mais distante possível de seu objeto secundário (em ordem de análise, não de importância), que é a fiscalização dos recursos públicos direcionados aos entes federativos para o combate da pandemia". Na petição inicial, Zambelli também afirma que Renan responde a dezenas de processos na Justiça, prejudicando, assim, "o princípio da moralidade administrativa".

"A presença de alguém com 43 processos e 6 inquéritos no STF [Supremo Tribunal Federal] evidentemente fere o princípio da moralidade administrativa", escreveu. Na decisão, o magistrado afirma que, depois de as partes terem se manifestado, irá analisar novamente o pedido de Zambelli e decidirá se mantém o impedimento de Renan ou se libera o parlamentar para relator a CPI. O juiz deu 72 horas

para Renan e a AGU se pronunciarem. O magistrado afirmou que a decisão é necessária devido à "proximidade do ato que se quer obstar" e "em prestígio ao direito de ação", o que se "soma à iminência do esvaziamento da utilidade do processo".

Bolsonaro tenta evitar que Renan assuma a relatoria da CPI. O posto é o mais importante do colegiado, uma vez que é responsável por redigir o relatório final em que são apontados possíveis crimes cometidos pelos investigados na CPI. O chefe do Executivo teme que as apurações desgastem ainda mais seu governo e reforcem as críticas à condução do governo em relação à pandemia da Covid-19. A CPI foi aberta por ordem do STF (Supremo Tribunal Federal) e tem uma composição em que os aliados do governo estão em minoria.

Diante do fracasso em impedir a escolha do emedebista para relator, o presidente procurou iniciar diálogo com o filho de Renan, o governador de Alagoas, Renan Filho (MDB). O presidente telefonou na última terça-feira (20) ao chefe do Executivo alagoano, pediu que ele avisasse ao pai que buscaria contatá-lo e avaliou que o momento é inoportuno para a CPI.

À reportagem Renan afirmou que a decisão do juiz do DF é anômala por impedi-lo de ser eleito para um cargo que, na verdade, se dá por indicação do presidente da comissão. Além disso, ele disse que a ordem é fruto de uma manobra política. "Nunca antes houve uma decisão tão descomunal como esta", afirmou o senador. Aliados do emedebista dizem até mesmo que ele poderia ser indicado nesta terça normalmente em razão do que consideram como erro da decisão judicial. Por meio das redes sociais, Renan afirmou que a decisão é "uma interferência indevida na liberdade de atuação do Senado" e disse que a medida foi "orquestrada pelo governo Jair Bolsonaro e antecipada por seu filho".

PGR denuncia Wilson Lima

A PGR (Procuradoria-Geral da República) denunciou nesta segunda-feira (26) o governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), o vice-governador, Carlos Almeida (PTB), e outras 16 pessoas, entre **servidores públicos** e empresários, por suspeita de crimes na compra de respiradores para pacientes da Covid-19. Assinada pela subprocuradora-geral da República Lindôra Araújo, uma das principais auxiliares do procurador-geral da República, Augusto Aras, a

acusação foi enviada ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) às vésperas da instalação da CPI da Covid no Senado. Segundo a PGR, uma organização criminosa se instalou na estrutura burocrática do governo do Amazonas. "Uma verdadeira organização criminosa que tinha por propósito a prática de crimes contra administração pública, especialmente a partir do direcionamento de contratações de insumos para enfrentamento da pandemia, sendo certo que, em pelo menos uma aquisição, o intento se concretizou", afirmou Lindôra. A PGR enviou duas denúncias contra Lima e os demais acusados, apontando irregularidades que somam cerca de R\$ 2,4 milhões desviados. Os crimes são de dispensa indevida e fraude à licitação, além de peculato.

A investigação começou em 2020, após a notícia de que 28 respiradores haviam sido comprados pela administração estadual de uma loja de vinhos.

As suspeitas foram foco de três fases de medidas como busca e apreensão autorizadas pelo ministro Francisco Falcão, relator do caso no STJ. Na primeira denúncia, Lima e os demais são acusados de desviar cerca de R\$ 2,2 milhões. Foi enviada ao STJ uma segunda denúncia contra Lima e mais três servidores.

Bolsonaro diz não se preocupar com CPI

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) afirmou nesta segunda-feira (26) que não se preocupa com a CPI da Covid, disse não ligar para uma possível candidatura do ex-presidente Lula (PT) em 2022 e voltou a fustigar governadores que adotam medidas restritivas para frear a pandemia do coronavírus.

Em rápida entrevista à imprensa após a inauguração da duplicação de um trecho de rodovia no interior da Bahia, o presidente foi sucinto ao comentar a CPI da Covid, que será instalada no Senado nesta terça-feira (27) em um cenário no qual os integrantes governistas serão minoria.

"Não estou preocupado porque não devemos nada", afirmou o presidente sobre a CPI, que irá investigar ações e omissões do governo federal, além de repasses para os estados, durante a pandemia.

Em Conceição do Jacuípe (102 km de Salvador), Bolsonaro voltou a criticar governadores e, mais uma vez, ameaçou usar os militares para impedir a adoção de medidas restritivas. Disse que o papel das Forças Armadas é garantir o cumprimento da Constituição.

"[Os governadores] estão seguindo o artigo quinto da Constituição? Está sendo respeitado o direito de ir e vir, o direito de a pessoa ter um emprego, ocupar o tempo para exercitar a sua fé? É só ver se isso está

sendo respeitado ou não", disse o presidente.

Bolsonaro também voltou a criticar o STF (Supremo Tribunal Federal) por ter autorizado estados e municípios decertarem suas próprias medidas de restrição na pandemia sem precisar do aval do governo federal.

"É inconcebível os direitos que alguns prefeitos e governadores tiveram por parte do STF. É inconcebível. Nem estado de sítio tem isso."

Questionado se usaria as Forças Armadas para impedir governadores de adotar medidas restritivas, afirmou em tom de ameaça: "Não estiquem a corda mais do que está esticada".

Em discurso durante a inauguração, também mirou os governadores e disse que está chegando a hora de a população dar o seu novo grito de independência. "Não podemos admitir alguns pseudogovernadores quererem impor uma ditadura no meio de vocês, usando do vírus para subjugar-los", disse.

Ao falar sobre as eleições presidenciais, Bolsonaro disse que não está preocupado com 2022 nem com uma possível candidatura do ex-presidente Lula ao Planalto.

"Eu não estou preocupado com Lula. Minha preocupação é com o Brasil. Se a pessoa votar em pessoa com o passado de Lula, essa é uma pessoa que não entende nada de política e nem da liberdade dele. Veja os outros países da América Latina onde a turma do Foro de São Paulo voltou", disse.

O presidente ainda agrediu verbalmente uma repórter da TV Aratu, afiliada do SBT, que o questionou sobre o fato de ele ter posado para uma foto em Manaus com uma placa escrito "CPF cancelado", que faz referência a pessoas que foram mortas.

"Não tem o que perguntar, não? Deixa de ser idiota", disse o presidente à jornalista. Após o encerramento do ato, que aconteceu nas margens da BR-101, o presidente visitou o Batalhão do Exército em Feira de Santana, cidade vizinha.

As críticas de Bolsonaro aos governadores acontecem no momento em que o governo federal se vê acossado pela CPI da Covid, que será instalada nesta terça com a escolha de presidente, vice-presidente e relator da comissão.

Conforme revelado pelo jornal Folha de S.Paulo, senadores que compõem a comissão afirmam que os recentes atos de Bolsonaro, saindo em defesa do ex-ministro Eduardo Pazuello e de métodos que serão

investigados, representam uma tentativa de mobilizar a base bolsonarista para compensar a vulnerabilidade do presidente no colegiado.

Para alguns parlamentares, o governo monta duas frentes de atuação: enquanto o presidente acirra sua retórica, o Palácio do Planalto tenta se municiar de informações para contra-atacar em focos de apuração da comissão.

O governo conta com apenas 4 dos 11 membros titulares. A situação de desvantagem se reflete na perda dos principais cargos: a presidência da comissão deve ser ocupada pelo independente Omar Aziz (PSD-AM) e a relatoria deve ser destinada a Renan Calheiros (MDB-AL).

O presidente chegou ao evento em Conceição do Jacuípe acompanhado de oito deputados federais da bancada baiana, além do ministro da Cidadania, João Roma (Republicanos).

Bolsonaro inaugurou um trecho de 22 km da duplicação da BR-101 no estado, obra tocada pelo ministério da Infraestrutura.

A duplicação da rodovia, que avançou na maioria dos estados do Nordeste, ainda patina em território baiano. Com a nova etapa inaugurada, o estado passa a ter duplicados 58 km dos cerca de 1.200 km da rodovia no estado.

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/27-abril-2021/1o-caderno>

Liminar impede Renan de ser relator da CPI

Ana Mendonça, do Estado de Minas Renato Souza, do Correio Braziliense

Uma liminar expedida pelo juiz Charles Renald Frazão, da 2ª Vara Federal de Brasília, ontem, impede o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) de assumir a relatoria da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que vai investigar "ações e omissões do governo federal" em meio à pandemia de Covid-19. A Justiça atendeu pedido da deputada federal Carla Zambelli, apoiadora do presidente Jair Bolsonaro.

Existe um acordo para que o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) seja escolhido relator caso Aziz assumira a presidência da CPI. Calheiros é um crítico do governo Bolsonaro, e a avaliação no Planalto é a de que ele vai usar todas as ferramentas para afundar o Executivo nas acusações e criar um ambiente de oposição aos atos do governo.

A CPI pode decidir pelo indiciamento de investigados, e o Ministério Público decide se oferece ou não denúncia. Caso o colegiado avalie que o presidente da República cometeu ato de responsabilidade, por erros ou crimes durante a pandemia, pode enviar à Câmara pedido de abertura de impeachment.

A decisão da Justiça é liminar, ou seja, provisória e pode ser derrubada por meio de recurso. A tendência é que a determinação seja revertida antes da instalação da CPI, às 10 horas desta terça-feira (27). Zambelli afirma, na petição, que Renan é alvo de "apurações e processos determinados pelo Supremo Tribunal Federal, envolvendo fatos relativos a improbidade administrativa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro, o que compromete a esperada imparcialidade que se pretende de um relator".

Ironia

Mais cedo, Renan Calheiros ironizou a iniciativa do Palácio do Planalto de montar uma lista com as 23 possíveis acusações ao governo Jair Bolsonaro. "Considero uma boa iniciativa. Assim, o governo gastará melhor suas energias, treinando o pessoal", brincou o senador em entrevista ao **Congresso em Foco**.

Segundo Renan, é mais "recomendável" fazer a lista do que "continuar tentando interferir nos poderes, tentando influir nas bancadas, delongando a instalação da comissão, tentando mudar a correlação do Tribunal de Contas com a nomeação de novos ministros,

judicializando suspeição indevida."

No documento, estão listadas a negligência na compra de vacinas, a minimização da gravidade da pandemia, a pressão sobre ex-ministros da Saúde, a ausência de incentivo às medidas de contenção e isolamento social e o tratamento precoce.

A CPI

Criada para investigar as ações e omissões do governo federal na pandemia e para fiscalizar a aplicação de recursos federais por estados e municípios, a CPI da Covid tem dois principais alvos: o presidente Jair Bolsonaro e o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello.

CPI pode decidir pelo indiciamento dos investigados, cabendo ao Ministério Público decidir se oferece denúncia

Decisão que afastou Renan da relatoria é provisória e ainda pode ser derrubada

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2021/04/liminar-impede-renan-de-ser-relator-da-cpi.html>

CPI da Covid estreia sob embate judicial e tenta focar em atraso de vacinas

Julia Chaib, Renato Machado, Matheus Teixeira e Camila Mattoso - Brasília

Principal teste político de Jair Bolsonaro, a CPI da Covid tem instalação marcada para esta terça (27), no Senado, em meio a embates na Justiça entre aliados do presidente e senadores independentes e guerra de narrativas sobre o combate à Covid-19.

Em minoria na comissão, com apenas 4 representantes dos 11 indicados, o Palácio do Planalto falhou na articulação de indicações que pudessem favorecê-lo. Por isso adotou estratégias para tentar barrar a indicação de Renan Calheiros (MDB-AL), considerado de oposição, como relator.

Na noite desta segunda-feira (26), véspera da data marcada para a primeira sessão, a Justiça Federal do Distrito Federal concedeu decisão liminar (provisória) para impedir que Renan seja nomeado para a função.

A decisão é do juiz Charles Moraes, da 2ª Vara Federal do Distrito Federal. Foi proferida em ação popular movida pela deputada Carla Zambelli (PSL-SP), uma das principais apoiadoras de Bolsonaro no Congresso. O argumento é que Renan, por ter um filho governado (Renan Filho, de Alagoas), não poderia assumir a relatoria, que conduz as investigações de uma CPI.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), no entanto, não vai cumprir a decisão, conforme antecipou a coluna Paineis, da Folha. "Trata-se de questão interna corporis do Parlamento, que não admite interferência de um juiz", afirmou por meio de nota.

À Folha Renan afirmou que a decisão é anômala por impedi-lo de ser eleito para um cargo que, na verdade, se dá por indicação do presidente da comissão. A regra está no inciso 3 do artigo 89 do Senado.

"Nunca antes houve uma decisão tão descomunal como esta", afirmou o senador. Em razão do que consideram ser um erro da decisão judicial, aliados do emedebista dizem que Renan pode ser indicado nesta terça para a relatoria da CPI.

Na nota emitida por Pacheco, o presidente do Senado

diz que "a escolha de um relator cabe ao presidente da CPI, por seus próprios critérios", e completa: "A preservação da competência do Senado é essencial ao Estado de Direito. A Constituição impõe a observância da harmonia e independência entre os Poderes".

Renan disse que recorreria, que a medida era "esdrúxula" e sem "precedente na história do Brasil" e foi "orquestrada pelo governo Jair Bolsonaro e antecipada por seu filho". "Estamos entrando com recurso e pergunto: por que tanto medo?" Com a determinação do magistrado, o governo esperava conseguir ao menos adiar a instalação da CPI, mas não funcionou. Segundo o senador Otto Alencar (PSD-BA), o mais velho do colegiado e responsável por presidir a instalação da CPI, seria "impossível" ocorrer o adiamento da primeira sessão do colegiado.

"Vai haver a eleição para a escolha do presidente e do vice. Vamos fazer isso nesta terça, às 10h. Não muda nada. Não existe eleição para relator", disse à Folha.

Renan afirmou a pessoas próximas que seu objetivo inicial é entender o que levou o Brasil a demorar a assinar contratos para a compra de imunizantes e os entraves que geraram atrasos na entrega de insumos ao país.

A oposição já pretendia colocar a questão das vacinas no centro do debate, principalmente por conta das ações do presidente relativas à Coronavac - a vacina desenvolvida em uma parceria entre o laboratório Sinovac e o Instituto Butantan, ligado à gestão João Doria (PSDB). Bolsonaro desautorizou publicamente a compra do imunizante, além de atacá-lo repetidas vezes.

O assunto ganhou nova dimensão após entrevista quem que ex-secretário de Comunicação Fábio Wajngarten que a vacina da Pfizer não foi comprada antes por "incompetência e ineficiência" do Ministério da Saúde.

Apesar do esforço do ex-secretário para afastar a responsabilidade de Bolsonaro, senadores acham que as falas trouxeram o presidente para o centro do problema, ao mostrar que manteve diálogo com o laboratório e que o próprio então secretário se engajou.

"Essa história da vacina da Pfizer, a entrevista, ela confirma muitas coisas de que nós já tínhamos suspeita, envolve mais diretamente o Planalto. É muito estranho um secretário de comunicação se envolver na compra de vacinas, e precisamos de explicações", diz Otto Alencar.

O foco na vacina deve ser uma tônica do plano de trabalho, que pode ser apresentado nesta terça. Senadores trabalham em requerimentos para convocar autoridades a explicar o atraso na vacinação e confrontar versões.

Em comum, todos colocam o general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, como peça-chave no processo.

Renan Calheiros já foi aconselhado a pedir ao STF (Supremo Tribunal Federal) o compartilhamento dos inquéritos das fake news e dos atos antidemocráticos. O objetivo é investir em outra frente de apuração que envolve discursos do presidente e ações do governo contrárias às recomendações dos cientistas.

Os parlamentares querem avaliar como se deram os disparos de mensagens que propagaram o uso de medicamentos que contrariam a ciência e avaliar a responsabilidade do governo nessa rede de mensagens, em que também foram convocados protestos.

Os senadores do grupo oposicionista pretendem se aprofundar na posição e ações do governo contra distanciamento social, possível omissão que provocou o colapso do sistema de saúde de Manaus, falta de oxigênio e omissões referentes à população indígena.

Se essa última aparenta ter menos apelo e repercussão, alguns senadores consideram que tem elementos mais concretos que as outras para responsabilizar o governo. O governo demorou e muitas vezes não construiu as barreiras sanitárias para isolar povos, contra decisão do STF.

Contra o acordo existente, o senador Eduardo Girão (Podemos-CE), apontado como governista, vai lançar sua candidatura para a presidência da comissão.

O presidente da comissão é o responsável por conduzir os trabalhos e tem o poder de colocar em votação os requerimentos. O relator constrói a narrativa dos trabalhos, e seu texto final conterá as conclusões das investigações.

Uma das estratégias dos governistas é pressionar pela criação de uma subrelatoria para investigar os

repasse federais a estados e municípios. Dessa forma, seria possível desvirtuar ou pelo menos reduzir a atenção que será dada às investigações sobre o governo federal.

CPI É PERDA DE TEMPO, DIZ LIRA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), voltou a criticar nesta segunda-feira a instalação da CPI. Ele disse que o Congresso não é "delegacia de polícia", mas "a Casa de leis", em entrevista à rádio Jovem Pan. "Neste momento, precisamos produzir leis que facilitem a vida do cidadão", citando geração de empregos e **reforma tributária**. "Reunir senadores, trancar senadores, que têm mais idade, num momento desses de recrudescimento [da pandemia]... Neste momento em nada vai contribuir para a diminuição de mortos ou aumento de vacinas, que é o que nós precisamos." Segundo Lira, "quem fez besteira, quem errou já está pego. Já se tem informações".

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49509>

Arthur Lira defende a reforma tributária fatiada

Danielle Brant *brasília*

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse nesta segunda(26) que vai conversar com o governo para analisar as convergências em torno da **reforma tributária** e discutir as mudanças em partes para facilitar a aprovação do texto ainda neste ano.

Ainda assim, Lira, líder do centrão, disse acreditar que a reforma administrativa será aprovada antes da tributária.

O presidente da Câmara falou na manhã desta segunda à rádio Jovem Pan, um dia após informar em uma rede social que a versão inicial da **reforma tributária** será apresentada na próxima segunda (3).

Lira se reuniu com o ministro Paulo Guedes para conversar sobre a reforma.

Antes do encontro, o presidente da Câmara avisou que queria olhar a situação "que o governo construiu a quatro mãos com o relator do texto na Câmara [deputado Aguinaldo Ribeiro, PP-PB], que fez parte também da comissão especial".

A ideia do encontro, segundo Lira, era entender as prioridades do governo.

Lira fez analogia entre aprovar o texto da reforma inteiro e tentar comer um boi inteiro. "Você não consegue. Mas você sai fatiando ele, você sai das partes mais fáceis para as mais difíceis, você consegue adiantar uma reforma que dê justamente simplicidade, desburocracia, um ajuste fiscal mais justo, uma riqueza de fundamentos daquela que a gente colocou aqui: quem ganha mais vai pagar mais, quem ganha menos vai pagar menos."

Segundo ele, a estratégia de basear consenso e depois partir para os pontos divergentes permitirá que a reforma caminhe neste ano.

Lira disse que vai coordenar o texto da reforma pessoalmente, junto com os líderes partidários da Câmara dos Deputados e com o relator. A decisão pode gerar desconforto com o Senado. No início de fevereiro, logo após assumir o cargo, o líder do centrão e o presidente da Casa vizinha, senador

Rodrigo Pacheco (DEM-MG), negaram qualquer disputa por protagonismo no início da tramitação da **reforma tributária**.

À noite, após reunião com Guedes, Lira disse que enviou um ofício para Aguinaldo Ribeiro dando o prazo máximo de até 3 de maio para que o relatório se tome público. O deputado reforçou que pretende avaliar, no texto, o que é consensual com o governo.

"Nós vamos marchar passo a passo, discutindo essa reforma pelo que nos une, pelo que é consensual, de maneira organizada, com os líderes da Casa, com o governo, com o relator, com o Senado, envolvendo todos os atores para que ao longo dos próximos meses nós possamos oferecer ao Brasil uma sequência de fatos, uma sequência de ações que vão dar tranquilidade, segurança jurídica, simplificação e tranquilidade fiscal para o Brasil."

Em relação à entrevista concedida de manhã, Lira desta vez incluiu o Senado no processo e disse que a Casa vizinha também participará das conversas sobre a reforma.

O deputado também disse acreditar que a reforma administrativa será aprovada primeiro nas duas Casas, "tão somente a CPI [da Covid] não consiga atrapalhar os trâmites" no Senado.

Reforma de servidor resgatará autoestima diz secretário

"Só no Executivo federal, gastamos R\$ 8,3 bilhões com 69 mil servidores que trabalham em funções que consideramos extintas" disse Caio Mário Paes de Andrade, secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, na primeira audiência pública para debater a reforma administrativa na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara. "O operador de Telex até hoje está na nossa folha de pagamento, mas não há mais Telex para ele operar, porque não existe mais Telex", disse. "Ao mesmo tempo, não conseguimos preparar esse cidadão para um outro trabalho porque caímos no desvio de função"

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49509>

Tributos têm peso maior para os mais pobres, diz Ipea

Idiana Tomazelli /BRASÍLIA

A cobrança de **impostos** sobre patrimônio (IPTU e IPVA) e de contribuições previdenciária tende a consumir uma fatia maior da renda de famílias mais pobres do que no caso dos mais ricos, segundo estudo inédito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) obtido pelo Estadão/Broadcast.

O Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), embora tenha alíquotas que aumentam quanto maior é o salário, acaba perdendo o caráter progressivo nos estratos mais elevados da população, que têm isenção sobre lucros e dividendos.

A chamada "regressividade" tributária (ou seja, quando o imposto pesa mais sobre os mais pobres) é analisada pelo pesquisador do Ipea Pedro Humberto Carvalho com base em dados de 57 mil domicílios obtidos pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), levada a campo pelo IBGE em 2008/2009 e 2017/2018.

Foram analisados quatro **tributos**: IPTU (municipal), IPVA (estadual), contribuição previdenciária e IRPF (ambos federais).

Desse grupo, o mais regressivo, ou seja, que pesa muito mais no bolso dos mais pobres, é o IPVA.

Para saber se a estrutura do tributo é regressiva ou não, o pesquisador efetuou um recorte apenas dos domicílios que eram contribuintes efetivos de cada um dos **tributos**.

No estudo, Carvalho também traz sugestões de como atacar os problemas. O diagnóstico vem a poucos dias de a proposta de **reforma tributária** em tramitação no Congresso finalmente ganhar um parecer, após mais de um ano de trabalho da comissão mista e de discussões sobre incluir ou não Estados e municípios no alcance das mudanças.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), prometeu a divulgação do relatório na próxima segunda-feira, dia 3 de maio.

Regressividade. Entre os que recolhiam IPVA, o imposto consumiu 2,2% da renda de quem ganhava até três salários mínimos, percentual que foi caindo

até atingir apenas 0,7% de quem tinha ganhos superiores a 36 salários mínimos. Segundo Carvalho, a regressividade do IPVA já existia na POF de 2008/2009, mas se acentuou no período mais recente com o aumento da aquisição de motocicletas pelas famílias de classe mais baixa. Nos 43% domicílios mais pobres, 19% tinham motocicleta ou automóvel em 2008- 2009, percentual que saltou a 38% na década seguinte.

O maior problema, diz o pesquisador, é que o Supremo Tribunal Federal (STF) entende como inconstitucional a cobrança de alíquotas conforme a capacidade contributiva ou valor do veículo, o que tornaria o imposto mais progressivo (ou seja, pesaria menos para os mais pobres). Hoje, a diferenciação é permitida apenas de acordo com a classe do automóvel.

"Hoje tem seletividade, não progressividade. E não se tributa embarcações nem jatos ou aeronaves particulares. Os ricos acabam não pagando. Então, numa **reforma tributária**, seria possível ampliar a base de cálculo do IPVA", afirma. Uma iniciativa ao alcance de governadores para tentar amenizar a incidência sobre famílias de menor renda seria elevar as alíquotas e conceder descontos fixos a todos.

Imóveis. No caso do IPTU, os domicílios com renda de até três salários mínimos destinam 1,1% de sua renda ao pagamento do imposto, ante 0,7% entre quem ganha 12 salários mínimos ou mais.

Segundo Carvalho, muitas famílias não recolhem IPTU porque moram de aluguel, estão em área rural, são isentas ou podem estar inadimplentes.

Mas o desenho do tributo acaba favorecendo de forma desproporcional aquelas que vivem em regiões valorizadas e, conseqüentemente, detêm patrimônio de maior valor.

"Para atualizar uma planta genérica de valores, o município precisa de aprovação da câmara, um processo político que ainda passa pelo crivo do judiciário. é muito difícil politicamente.

Além de uma cobrança defasada, acaba sendo injusta", afirma. Para ele, uma solução seria prever na constituição reajustes periódicos na planta genérica de

valores, a cada quatro anos, por exemplo.

A contribuição previdenciária também se mostrou regressiva, segundo o estudo. Famílias com renda de até três salários destinavam 4,5% à previdência, mais que os domicílios com renda superior a 36 salários (3,4%).

O IRPF é o único imposto que não mostrou estrutura regressiva.

Até três salários mínimos, não há sequer incidência do tributo. Acima disso, o percentual da renda destinada ao pagamento é de 2,9% até 12 salários mínimos, chegando a 9,1% acima de 36 pisos.

No entanto, há uma estagnação nessa progressividade quando se atinge o 1% mais rico da população. as principais causas, segundo o pesquisador, são a pejotização (profissionais liberais com ganhos elevados e que pagam imposto como pessoa jurídica), isenção de lucros e dividendos, prevalência de rendimentos que não vêm do trabalho (aluguéis, ganhos de capital, investimentos financeiros) e maior facilidade em sonegar.

Carvalho ainda chama a atenção que o 1,2% mais rico do Brasil tem uma alíquota efetiva de 7,2% no IRPF, enquanto nos estados unidos esse percentual é de 26,8%. Para ele, a correção das distorções passa pela tributação de lucros e dividendos e pela regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, que poderia ser cobrado em alíquotas pequenas (1% a 2,5%) com a declaração anual de ajuste.

I Desigualdade

"Hoje tem seletividade, não progressividade. E não se tributa embarcações nem jatos. Os ricos acabam não pagando." Pedro Humberto Carvalho PESQUISADOR DO IPEA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lira quer parecer de relator de reforma tributária até dia 3

/ ADRIANA FERNANDES, IDIANA TOMAZELLI E ANNE WARTH

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deu um ultimato ao relator da **reforma tributária**, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), para apresentar o seu parecer até o dia 3 de maio.

Na véspera do início da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, Lira sinalizou ao mercado que quer acelerar a reforma como estratégia para desviar o foco e agradar o governo. O movimento foi bem-recebido pelos investidores, apesar das incertezas que rondam a proposta.

A proposta de reforma vai tramitar pela Câmara depois do fim dos trabalhos da comissão mista de reforma. No fim de semana, Lira conversou com o relator e cobrou a apresentação do relatório, mas Aguinaldo não quer apresentar o parecer se não for para ficar no cargo depois de mais de um ano e meio de trabalho.

Segundo apurou o Estadão, Lira vai trocar o relator se o parecer não for apresentado. O presidente da Câmara já fez consultas a deputados para a substituição.

Um dos cotados é o deputado Hugo Legal (PSD-RJ).

Como revelou o Estadão há duas semanas, o presidente da Câmara não assinou a prorrogação por mais um mês da comissão mista de reforma, criada há um ano para buscar uma convergência entre as propostas de reforma da Câmara (PEC 45), do Senado (PEC 110) e o projeto do governo que cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), projeto do governo que unifica PIS e Cofins nos moldes de um Imposto sobre Valor Agregado.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, havia assinado a prorrogação, mas, sem a assinatura de Lira, a decisão ficou em suspense. O presidente da comissão mista, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), defende a prorrogação dos trabalhos por mais um mês.

No Senado, a leitura é de que Lira quer atrair os holofotes para a Câmara no momento em que a CPI começa os trabalhos.

A avaliação entre os senadores é de que a reforma não tem como avançar porque o tema mais importante hoje é conseguir aumentar o ritmo da vacinação.

Além disso, vários setores empresariais já avisaram que não querem a reforma agora.

Lira se reuniu ontem com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o secretário da Receita, José Tostes. Guedes defende uma reforma dual - aprovação primeiro da fusão dos **impostos** federais e depois dos Estados e municípios que quiserem se juntar ao tributo federal.

"Entreguei ao ministro ofício endereçado ao relator da matéria dando prazo máximo de 3 de maio para que tenhamos acesso ao relatório", afirmou Lira após o encontro. Ele fez um breve pronunciamento e não respondeu a perguntas.

Em meio à tentativa de retomada da reforma, a assessora especial do Ministério da Economia para **reforma tributária**, Vanessa Canado, vai deixar a equipe de Guedes. Segundo uma fonte, a saída será "em paz" após o trabalho de Vanessa na elaboração da proposta da CBS. A missão dela é dada como cumprida.

I Ultimato

"Entreguei ofício ao relator dando prazo máximo de 3 de maio para que tenhamos acesso ao relatório. Essa é uma demonstração clara de que vamos voltar a focar nesse assunto importante." Arthur Lira (PP-AL)
PRESIDENTE DA CÂMARA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Equipe econômica quer reforma tributária fatiada

GERALDA DOCA, MANOEL VENTURA E FERNANDA TRISOTTO

A equipe econômica pretende insistir no fatiamento da **reforma tributária**, apesar das duas propostas de emenda à Constituição (PEC) em tramitação no Congresso há mais de um ano, segundo fontes. Ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o relatório sobre os dois textos será apresentado até o dia 3 de maio.

-Eu entreguei ao ministro um ofício endereçado ao relator da matéria, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), dando um prazo máximo até o dia 3 de maio para que nós tenhamos acesso ao relatório. Para que possamos, o Brasil como um todo, discutir esse assunto -disse Lira, após se reunir com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Guedes não falou sobre o encontro. A reforma relatada por Ribeiro foi apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP), adversário de Lira na disputa pela presidência da Câmara e do grupo do ex-presidente da Casa Rodrigo Maia (DEM-RJ). Técnicos do Ministério da Economia temem que essa reforma represente alta de **impostos**.

FOCO EM **IMPOSTOS** FEDERAIS

Segundo um auxiliar do ministro, a estratégia do governo é concentrar esforços para aprovar projetos de lei, focados apenas nos **impostos** federais, diante da dificuldade de se construir maioria para aprovar uma mudança mais ampla. Nesse cenário, as duas PECs em análise pela comissão mista poderiam ser enterradas.

Um dos textos prevê a unificação do PIS e da Confins com alíquota de 12%, criando a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). Para destravar a proposta, o governo aceitaria discutir até quatro alíquotas diferenciadas para o setor de serviços. O segmento resiste à proposta por não ser beneficiado pelo sistema de compensações.

As mudanças tributárias fazem parte da agenda de medidas defendida por Guedes como prioritária, ao lado da reforma administrativa, que mexe com as regras do funcionalismo. Ontem, em audiência pública na Câmara dos Deputados, o secretário especial de

Desburocratização do Ministério da Economia, Caio Paes de Andrade, disse que o governo gasta R\$ 8,3 bilhões por ano com 69 mil servidores que estão na ativa e trabalham em funções consideradas extintas pela União.

- Esse é o tipo de distorção que nosso sistema criou. Se isso já não faz nenhum sentido nos dias de hoje, imaginem daqui a dez anos com tantas tarefas se tornando automáticas e digitais-afirmou.

O texto da reforma administrativa está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Promessa de Lira, reforma é vista como aceno ao mercado

Renan Truffi e Marcelo Ribeiro

A promessa do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), de apresentar uma "versão inicial" de **reforma tributária** no mês de maio foi vista, dentro do Congresso Nacional, como um aceno ao mercado financeiro. Prestes a completar três meses no cargo, o líder do Centrão quer mostrar que os compromissos assumidos junto aos investidores estão de pé. O movimento também serve ao governo Jair Bolsonaro, que busca apoio de setores da economia para as eleições de 2022 e, por isso, depende de uma melhora no ambiente de negócios.

As declarações surpreenderam, inclusive, outras lideranças da cúpula do Congresso, que não esperavam essa ofensiva. Na prática, Lira recolocou a proposta de alteração tributária no horizonte político. O objetivo, dizem interlocutores, é mandar um sinal de que o plano liberal continua em voga, o que pode beneficiar principalmente o presidente da República. Desde o ano passado, Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, vêm enfrentando certa perda de credibilidade junto a atores econômicos e empresários, o que enfraquece o cenário para uma reeleição.

Além desse aceno, parlamentares do Centrão atribuem a iniciativa a uma contribuição do parlamentar alagoano para embaralhar o tabuleiro da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia, que está prevista para ser instalada hoje. A avaliação é que o resgate de uma agenda que pode contribuir com a retomada da economia dividirá as atenções do mundo político e, conseqüentemente, da sociedade brasileira.

"Há o compromisso com a agenda de reformas, mas o momento talvez não seja dos melhores. Há quem acredite que o movimento serve para criar uma pauta paralela à da CPI", reconheceu um interlocutor de Lira na Câmara.

Ainda que esteja entusiasmado com a retomada dos trabalhos, Lira já foi alertado sobre as dificuldades de tramitação. Alguns aliados apontam que "o calendário é fantasioso" e que o risco de se chegar ao fim do ano sem nenhuma das reformas aprovadas "não é pequeno".

Diante do prazo apertado, o próprio presidente da Câmara também sugeriu um fatiamento da **reforma tributária**, para tentar conseguir uma aprovação mais rápida da medida. Ele indicou que conversará com integrantes do governo federal para levantar os pontos convergentes da PEC e, assim, destravar o cronograma da proposta.

Neste sentido, o deputado do PP reuniu-se ontem com Paulo Guedes na residência oficial da presidência da Câmara. Após o encontro, ele defendeu um "debate amplo" sobre o assunto, envolvendo governo, lideranças e senadores, e destacou que retomada da proposta é "um engajamento institucional".

"Vamos marchar passo a passo para discutir essa reforma pelo que nos une, pelo que é consensual, de maneira organizada, com governo e líderes, com o relator, com o Senado, envolvendo todos os atores para que ao longo dos próximos meses possamos oferecer ao Brasil uma sequência de ações que vão dar tranquilidade fiscal, segurança jurídica e simplificação ao país", disse Lira, em pronunciamento depois do encontro.

O líder do Centrão afirmou ainda que entregou a Guedes o mesmo ofício que endereçou ao relator da **reforma tributária** na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). No documento, ele estabelece o prazo máximo para entrega do parecer: dia 3 de maio. Nesta data, o colega de partido terá que tornar público o parecer sobre a proposta de emenda constitucional.

Nos bastidores, interlocutores de Aguinaldo comemoraram a retomada dos esforços pelo avanço do texto, mas ponderaram que alguns caminhos defendidos por Lira, como o eventual fatiamento da proposta, podem ser considerados inconstitucionais. "Falar em fatiamento é uma loucura. **Reforma tributária** constitucional não tem como fatiar", defendeu uma fonte próxima ao relator.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Para vencer resistências, nova contribuição pode ter até quatro alíquotas

Lu Aiko Otta, Fabio Graner

O governo estuda estabelecer alíquotas diferenciadas para a Contribuição de Bens e Serviços (CBS), de forma a reduzir a resistência do setor de serviços em relação à proposta e aumentar as chances de aprovação, informou fonte ao Valor. Essa seria a primeira fase da **reforma tributária** desejada pelo governo, objeto de articulação com o Congresso Nacional.

Há sinais que a reforma ocorrerá de forma fatiada, como prefere o ministro da Economia, Paulo Guedes. Ontem, em entrevista à rádio Jovem Pan, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) comparou as mudanças a um boi, que deve ser comido aos bifes.

A criação da CBS corresponde à reforma do PIS-Cofins. A proposta estabelece uma alíquota única de 12%. Bancos, seguradoras e planos de saúde continuam no sistema cumulativo de cálculo do tributo, com alíquota de 5,85%. A mudança está num projeto de lei apresentado em julho do ano passado.

A avaliação na área econômica, porém, é que a alíquota única não tem chances de aprovação pelo Congresso. O setor de serviços, já duramente afetado pela pandemia, tende a ser o mais prejudicado por essa proposta. Por isso, está contra.

Para contornar essa resistência, estuda-se a criação de novas alíquotas, para um total de até quatro.

A alíquota única só seria viável para o setor de serviços se viesse combinada com a desoneração da folha salarial. Mas essa política não tem perspectiva de avançar no momento, pois depende da criação do tributo sobre transações, cuja discussão foi interdita pelo presidente Jair Bolsonaro.

Na estratégia de Guedes, há outras três "fatias" para avançar ainda este ano: a do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), que reduziria a alíquota "gradualmente" e estabeleceria taxa sobre dividendos, e a do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para simplificá-lo.

A reforma do ICMS, avalia o governo, poderia ser feita com a implementação da nota fiscal eletrônica. Mas não é hora de alterações mais profundas, que trazem

ganhos ou perdas de receitas para as unidades da Federação.

Essa estratégia, defendida desde sempre pelo Ministério da Economia, foi travada o andamento da **reforma tributária** na gestão do ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), que preferia a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45. Agora, ao falar em reforma fatiada, Lira sinaliza outro andamento para as discussões.

Guedes via dois problemas na PEC 45: uma alíquota muito elevada, na faixa dos 35%, e a necessidade de compensar Estados por perdas na arrecadação, utilizando para isso recursos da União. Nesse segundo ponto, estabeleceu-se um impasse insuperável.

As propostas para mudanças restritas aos **tributos** federais, por sua vez, já foram exaustivamente discutidas. Segundo um interlocutor de Guedes, já maturaram ao ponto de contar com uma camada de bolor, como um queijo brie de boa qualidade. Estão prontas para serem consumidas, conclui.

Alterações que estão em projetos de lei têm mais chances de sucesso, por serem votações que dependem de maioria simples de votos. Lira já deu demonstrações que possui 280 votos para aprovar esse tipo de matéria. Com a proximidade do ano eleitoral, o espaço para votar reformas acaba, na prática, no fim deste ano.

Com essa perspectiva para a **reforma tributária**, há rumores que a assessora **especial** de Guedes Vanessa Canado poderá deixar a equipe. Ela foi incorporada ao time por ter sido uma das formuladoras da PEC 45.

Paralelamente, o governo aposta na tramitação e aprovação da reforma administrativa. Trata-se de uma matéria menos controversa do que uma **reforma tributária** que envolva o ICMS, segundo se avalia. O governo aumentou a pressão sobre o avanço das reformas para dividir as atenções com a pandemia e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da pandemia.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Retomada das mudanças arrisca piorar o que já é ruim

Maria Cristina Fernandes

A decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de ressuscitar as reformas tributária e administrativa num momento em que o governo está nas cordas e o Congresso, atomizado, pode mudar para pior a gestão estatal e o sistema de arrecadação de **impostos** do país.

A percepção de lideranças que já lidaram com ambos os temas na Casa é a de que não há, no Executivo, ou no Congresso, clareza sobre as reformas, capacidade de liderança e firmeza de propósitos capazes de resistir aos lobbies que, ao longo da tramitação, podem vir a desvirtuar os projetos. Teme-se o efeito "passar a boiada", celebrado pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na reunião ministerial de abril de 2020.

A disposição da Mesa da Câmara em levar à frente essas reformas, na opinião de parlamentares que já se debruçaram sobre os temas em gestões anteriores, dá-se menos pelo desconhecimento daquilo que pode resultar de sua tramitação nesse momento e mais pela necessidade de a Casa adquirir algum protagonismo frente a um Senado eletrizado pela Comissão Parlamentar de Inquérito da pandemia.

Esta percepção extrapola o salão verde da Câmara. Autora, na companhia de Armínio Fraga e Carlos Ari Sundfeld, de uma proposta de reforma administrativa, a economista Ana Carla Abrão teme que a proposta acabe por engessar privilégios e blindagens que hoje estão na legislação infraconstitucional.

A proposta do governo divide os servidores em classes. Ao constitucionalizar essa divisão, diz, corre-se o risco não apenas de manter as prerrogativas para as carreiras de Estado como estendê-la para outras categorias de servidores, como os policiais. Foi o que sugeriu, por exemplo, o relator da reforma administrativa Darci de Matos (PSD-SC). O texto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e passou ontem pela primeira audiência pública. Em vez de se discutir sua constitucionalidade, os parlamentares já se debruçaram sobre o mérito, o que denota a ansiedade por mudanças que agreguem e não retirem privilégios.

O mesmo pode acontecer com a **reforma tributária**,

cuja retomada foi anunciada neste fim de semana por Lira. O relator, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), já sinalizou um relatório favorável à simplificação do sistema tributário com a unificação de cinco **impostos** para a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O temor, no entanto, é o de que, ao longo da tramitação, prevaleçam pressões de varejistas que tem relações estreitas com a atual mesa diretora e se opõem à proposta por considerá-la benéfica para bancos e algumas indústrias e prejudicial para o setor de serviços. Um desses varejistas, o dono da Riachuelo, Flavio Rocha, chegou a criar um movimento, o Brasil 200, para pressionar contra a reforma.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Reformas devem criar um novo modelo de estado (3)

Em meio aos desgastes e as consequências da pandemia do novo coronavírus e do avanço da covid-19, o Congresso Nacional terá neste ano, o desafio de colocar em pauta, discutir e aprovar duas reformas que ficaram na gaveta. A reforma da tributária e a reforma administrativa, essenciais para o reequilíbrio econômico piorado pela pandemia, e para dar o tão sonhado enxugamento da máquina pública. A expectativa é que essas reformas sejam aprovadas, em definitivo, no mais tardar em outubro deste ano.

Existem razões para que esses projetos caminhem. O País vive atolado num sistema tributário que não estimula os investimentos privados. Tanto que, recentemente, grandes fábricas fecharam as portas por não suportar a política econômica brasi-

leira. O comportamento do setor industrial é indicador de que a competitividade brasileira não suporta a produção estrangeira. Para a economia avançar, a **reforma tributária** precisa ser atraente e eficaz. São **muitos tributos** sobre a mesma operação e não se esgotam os interesses de arrecadações da Federação, Estados e Municípios. Um dos pontos mais debatidos é a unificação de cinco **impostos** (ICMS, PIS, COFINS, ISS e IPI) convertendo-os em apenas um único tributo.

Com a mesma dimensão de importância, a reforma administrativa ecoa como forma de brejar o sistema público inchado e pesado. Os cofres públicos estão sempre no limite do pagamento de pessoal. O projeto prevê a solvência e não a eficiência. Desse

modo, o governo reduzirá custos e terá condições de obedecer ao teto dos gastos. Como não se pode mexer em direitos adquiridos, a reforma terá efeitos apenas para novos servidores, mesmo assim, causará reações.

As duas reformas precisam acontecer num mesmo período para que tenham os resultados esperados. Uma está relacionada a outra. Essa interdependência é que poderá causar um impacto positivo na retomada do crescimento econômico. Essas reformas devem provocar 'menos estados e mais iniciativa privada', o que de certo modo tornará o serviço público menos expansivo, e, com o tempo, a máquina pública se tornará mais leve.

As reformas devem provocar a de-sestatização com a transferência para a iniciativa privada de alguns gargalos para o setor público. É claro que o consumidor final pagará por isso, mas se a relação custo-benefício compensar, a angústia será rápida e logo todos estarão aceitando o novo modelo de estado.

CPI: Arthur Lira afirma que congresso não é delegacia

Por DANIELLE BRANT - FOLHAPRESS

Brasília, DF - O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), criticou novamente nesta segunda-feira (26) a instalação neste momento de uma CPI para apurar o enfrentamento da pandemia da Covid-19 e disse que o Congresso não é delegacia de polícia, e sim uma Casa de leis. Eleito para o comando da Câmara com apoio do presidente Jair Bolsonaro, principal alvo da CPI da Covid no Senado, Lira afirmou que o momento atual exige a busca de soluções para a pandemia, e não que se paralise uma das Casas para encontrar culpados pelos erros no combate à crise sanitária.

"Eu acho, é minha opinião, e ela é pública, é perda de tempo neste momento se instalar uma CPI porque o Congresso não é delegacia de polícia neste momento, é a Casa de leis", disse em entrevista à rádio Jovem Pan, em compromisso que não constava de sua agenda oficial. "Neste momento, nós precisamos produzir leis que facilitem a vida do cidadão, que cuide do emprego, de quem gere renda, e que dê uma perspectiva melhor para a administração pública, como a reforma tributária."

O deputado disse que a CPI vai funcionar com 10%, 15% dos senadores, mas vai ocupar espaço na mídia, exigir informações de órgãos do governo e usar estruturas do Senado em um momento em que o foco deveria ser na busca de soluções para a crise. "Quem fez besteira, quem errou já está pego. Já se tem informações", disse. "Reunir senadores, trancar senadores, que têm mais idade, num momento desses de recrudescimento [da pandemia]...além do que neste momento em nada vai contribuir para a diminuição de mortos ou aumento de vacinas, que é o que nós precisamos."

INVESTIGAÇÃO

A CPI da Covid deve ser instalada nesta terça-feira (27), quando serão escolhidos oficialmente presidente, vice-presidente e relator da comissão. Ela irá apurar ações e omissões do governo federal na pandemia, além de repasses federais a estados e municípios. As investigações deverão ajudar a compreender o envolvimento de Bolsonaro nas políticas do governo de combate à pandemia e fornecer elementos para sua eventual responsabilização. O governo conta com apenas 4 dos 11 membros titulares. A situação de

desvantagem se reflete na perda dos principais cargos, com a presidência caindo nas mãos do independente Omar Aziz (PSD-AM). O maior temor do Planalto, no entanto, é a relatoria destinada a Renan Calheiros (MDB-AL).

IMPEACHMENT

Nesta segunda-feira, o presidente da Câmara falou ainda sobre os pedidos de impeachment contra o presidente Bolsonaro protocolados na Câmara. Até sexta-feira (23), eram 116, sendo 50 só na gestão Lira, há menos de três meses no cargo. O deputado qualificou o movimento de normal e democrático e afirmou que traduzia a divisão na qual o Brasil se encontra. "Cabe ao presidente da Câmara, de acordo com a Constituição, oportunidade e conveniência para apreciação desses casos", disse. "90%, 95% dos que eu já vi não tem absolutamente nenhuma razão de ter sido apresentado, a não ser um fato político que queira se gerar." Lira afirmou que neste momento não é "conveniente" tratar de um assunto desta gravidade.

"Qualquer pedido de impeachment precisa ser oportunizado, é uma mudança drástica na sociedade brasileira. O ex-presidente Rodrigo Maia [DEM-RJ] passou cinco anos na presidência, dois anos de governo Bolsonaro, com mais 66 pedidos de impeachment, e não teve sequer um minuto de pressão para avaliação deste quadro." Segundo ele, os pedidos serão analisados no tempo adequado e de forma responsável. "Mas eu considero lícito, absolutamente normal e democrático que qualquer entidade ou grupo político se mobilize para pressionar o presidente da Câmara neste momento. É democrático."

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=3456>

Dólar em queda chega a R\$ 5,44

SÃO PAULO AGÊNCIA ESTADO

O dólar teve novo dia de queda firme no Brasil, apesar do ambiente de maior cautela na Bolsa e na renda fixa, testando mais uma vez as mínimas em dois meses. A sinalização de avanço de reformas e privatizações pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ajudou a valorizar o real, em dia também marcado por queda da divisa americana nos mercados desenvolvidos e em alguns emergentes, como a Turquia. A perspectiva de fluxo comercial mais forte e nova emissões de empresas, como a Natura, captando US\$ 1 bilhão em títulos no exterior, e vendas de ações na B3, como a da Caixa Seguridade, ajudam a retirar pressão do câmbio, fazendo o real devolver parte das perdas acima de seus pares das últimas semanas, destacam profissionais das mesas. No fechamento, o dólar à vista terminou o dia em baixa de 0,88%, a R\$ 5,4487. No mercado futuro, o dólar para maio, que vence na sexta-feira, cedia 0,66%, a R\$ 5,4410 às 17h35.

A expectativa dos investidores financeiros de que a agenda de reformas voltasse a andar após a resolução da novela envolvendo o Orçamento de 2021 foi renovada no final de semana e nesta segunda-feira com postagens de Lira no Twitter, além de declarações à imprensa. O parlamentar prometeu apresentar a primeira versão da **reforma tributária** na próxima segunda e falou da possibilidade de aprovar ainda este ano o texto e também a reforma administrativa, além de avançar com a privatização da Eletrobras.

As declarações de Lira ajudaram o real a ter ontem um dos melhores desempenhos no mercado internacional de moedas, considerando uma lista de 34 divisas mais líquidas. "A aprovação do Orçamento teve efeito de diminuir o risco fiscal e também voltou a destravar a pauta do Congresso", comentou o economista-chefe da Genial Investimentos, José Marcio Camargo, em live nesta tarde. Esta sinalização aliada a uma expectativa de comércio exterior forte pela frente pode levar o real a alguma valorização mais consistente, avalia ele, mas depende de como for resolvidas outras questões.

Para o diretor do ASA Investments, Carlos Kawall, se na Câmara o ambiente parece mais livre para as reformas caminharem, no Senado não é possível dizer o mesmo. "Na Câmara vemos Lira querendo retomar a agenda de reformas. As dúvidas são no Senado, onde vemos uma pauta um pouco diferente", disse ele na

mesma live, citando a intenção de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) de fazer novo Refis (programa de parcelamento de débitos tributários), além de maior resistência na casa na venda da Eletrobras e o início amanhã da CPI para investigar a atuação do governo na pandemia. "É a janela final que temos para fazer reformas de maior vulto", disse ele.

Dados da balança comercial brasileira continuam mostrando força das vendas externas. Somente na quarta semana de abril houve superávit de US\$ 2,718 bilhões, levando o saldo acumulado no mês para US\$ 8,9 bilhões. Já a conta corrente teve déficit em março de US\$ 4 bilhões, pior que o previsto, mas a avaliação é que a conta pode fechar 2021 com rombo muito pequeno ou mesmo superávit. O JPMorgan espera superávit comercial de US\$ 69 bilhões este ano e saldo na conta corrente de US\$ 18 bilhões

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/40>

Orçamento irreal, de novo (3)

O governo de Jair Bolsonaro acreditava piamente que a pandemia de covid-19, chamada pelo presidente de "gripezinha", acabaria no ano passado, e essa imprudência se refletiu no projeto de Orçamento encaminhado pelo Executivo para vigorar neste ano e sancionado apenas na quinta-feira passada.

Na versão original dessa peça de ficção, não há previsão específica sobre os gastos necessários para reforçar a estrutura hospitalar e o atendimento a doentes de covid-19 no caso de um recrudescimento da pandemia, a despeito de inúmeros alertas de especialistas de que a doença estava fora de controle. Tampouco há menção a uma possível reedição do auxílio para os que perderam renda na pandemia e do programa de ajuda a empresas. Por fim, no momento em que estudantes se viram impedidos de ir à escola em razão de medidas de restrição, o Orçamento de 2021 não prevê o financiamento de nenhuma ação voltada para ajudar esses alunos a ter aulas remotas, o que deveria ser prioridade absoluta do Ministério da Educação.

Trocando em miúdos, o Orçamento deste ano, aprovado com três meses de atraso, não reflete em nenhum momento a necessidade de investimentos pesados para enfrentar os múltiplos efeitos da pandemia, o que demonstra grosseiro erro de planejamento. Pior do que ter cometido esse erro, no entanto, é cometê-lo de novo - como o governo acaba de fazer.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2022, encaminhado ao Congresso pelo governo no dia 15/4, não faz qualquer previsão concreta sobre os efeitos da pandemia nas contas nacionais. "A pandemia continua se alastrando em 2021, aumentando as incertezas sobre o cenário das finanças públicas em 2022", advertiram as Consultorias do Orçamento da Câmara e do Senado em nota a respeito da proposta.

O PLDO não expressa preocupação especial com a necessidade evidente de investir em educação, para que os estudantes de escolas públicas que não conseguem ter aulas regulares há mais de um ano possam tentar recuperar um pouco do tempo perdido. A julgar pela degradação progressiva do Orçamento do Ministério da Educação no governo Bolsonaro - que ademais, por incompetência e falta de rumo, não consegue executar as verbas de que dispõe -, seria esperar demais que houvesse um planejamento decente para o ano que vem.

O PLDO também não faz menção específica à urgência de criar empregos nem de auxiliar os mais pobres, embora a fome já seja uma realidade. Tampouco prevê investimentos extraordinários em saúde, setor que certamente continuará sobrecarregado, tanto pela covid-19 propriamente dita como pelo previsível aumento de internações por outras doenças.

As consultorias alertam ainda que o PLDO menciona apenas de passagem os riscos fiscais relativos à pandemia. Quando muito, o texto do governo sublinha que, "no atual estágio da crise, ainda se observa a presença de elevada incerteza que impede a previsão da extensão de seus efeitos".

Entre os fatores a considerar, as consultorias destacam "a dificuldade de rolagem da dívida pública em prazos mais longos, o aumento da **inflação** que levou ao aumento da taxa básica de juros e o possível aumento do desemprego decorrente das restrições ao comércio impostas em diversos Estados", o que terá reflexo "na gestão e no custo da dívida pública, no poder de compra dos consumidores e na dimensão da massa salarial".

As consultorias advertem ainda que as projeções do governo a respeito dos indicadores econômicos para o ano que vem são bem mais otimistas do que as previsões do mercado, apuradas pelo Boletim Focus, do Banco Central. Não é possível fazer um bom planejamento só com base no pensamento positivo.

De novo, o governo age a reboque dos fatos, sem capacidade de preparar o País para os desafios **impostos** pela pandemia - assim como já era incapaz antes da doença. Bem de acordo com a irresponsabilidade de Bolsonaro, fará tudo de cambulhada, ao sabor das conveniências políticas e eleitoreiras do presidente e do Centrão.

Nesse meio tempo, o único investimento sólido do governo será, como sempre, em desculpas esfarrapadas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guia para Lula x Bolsonaro - PEDRO FERNANDO NERY

PEDRO FERNANDO NERY

Já começam as comparações descabidas de indicadores dos governos Lula e Bolsonaro. As comparações enganosas entre candidatos que governaram em períodos diferentes são populares em anos eleitorais, com cada grupo de apoiadores usando da falácia que melhor lhe cabe. Nesta coluna proponho um guia para o leitor não se perder por aí.

Vários indicadores relevantes do Brasil são afetados por tendências de longo prazo. Assim, diferenças entre o governo A e o governo B podem ter menos a ver com qualidades ou defeitos dos governantes e mais com a mera passagem do tempo.

Um tipo particularmente popular - e irritante - é a comparação nominal de preços. Ela não faz sentido porque há a tendência de preços crescerem no tempo, e a inflação impede que simplesmente se compare reais em um período com reais muitos anos depois.

Começemos essa análise sem ajustar valores pela inflação, o que economistas chamariam de valores nominais.

Esses valores serão maiores no governo Bolsonaro do que no governo Lula - como era no governo Lula em relação ao governo FHC (objeto preferido de comparação de petistas em eleições passadas). Inevitavelmente, Bolsonaro sairá melhor nas comparações em que mais é mais, e Lula nas comparações em que menos é mais.

Por exemplo, apoiadores de Lula vão gostar de difundir os dados sobre preços de gasolina ou gás, cesta básica ou carne. O tiro sai pela culatra para as variáveis em que valores maiores são positivos. Defensores de Bolsonaro poderão comparar os valores do salário mínimo e do Bolsa Família - nominalmente maiores, até porque foram reajustados para contemplar a inflação.

Mesmo quando se desconta o efeito da inflação, o que chamamos de valores reais, ainda há razão para desconfiança nas comparações. Há um progresso natural em várias políticas públicas, além de uma tendência de aumento do gasto público ao longo dos anos. Dessa forma, a campanha de Bolsonaro poderá apresentar um valor real maior para o salário mínimo

(R\$ 1.100 x R\$ 900) ou para o Bolsa Família/ auxílio.

O gasto público como um todo também é maior no governo Bolsonaro - seja em termos absolutos ou seja em relação ao PIB. Isso vale mesmo para antes da pandemia: em Lula em geral esteve abaixo de 17% do PIB, em Bolsonaro sempre acima de 19%. O gasto social (Seguridade) aumentou: R\$ 960 bilhões em 2019 x R\$ 670 bilhões em 2010. Ao contrário dos estereótipos, o governo Lula apresentava gasto total menor, a dívida era mais baixa e se produziam superávits primários (economia de impostos para abater a dívida).

Mesmo antes da pandemia, a projeção era de déficits para todo o "austero" governo Bolsonaro.

Chegamos a um outro tipo de tendência: as demográficas. O envelhecimento da população, que aumenta o gasto com Previdência, explica parte da alta do gasto entre os governos Bolsonaro e Lula (ou entre Lula e FHC, ou até entre Temer e Dilma). A mudança do número de jovens tem impacto ainda no número de homicídios, com tendência de queda (44 mil em 2020, 50 mil em 2010).

Na demografia ainda se observou nesse íterim o crescimento da população em idade ativa. Por conta dessa tendência, por enquanto ainda é normal haver cada vez mais pessoas trabalhando (população ocupada), o que permite a um governante dizer que criou X milhões de empregos em relação a um antecessor. É possível que, mesmo com a pandemia, ao fim do governo Bolsonaro haja mais empregos em relação ao governo Lula, inclusive com carteira assinada. O mesmo para o PIB, espécie de agregado de trabalhadores.

Há outros avanços na sociedade relacionados ao progresso da ciência e tecnologia, da queda da mortalidade infantil ao aumento de acesso à celular.

Como comparar então governos diferentes?

A leitura pode ser melhor usando taxas (para a variação de uma variável, como o salário mínimo, ou para uma proporção, como o desemprego).

Para parte do eleitorado taxas são menos interessantes, e é então improvável que campanhas

abram mão dos paralelos menos sofisticados.

Nesse tipo de análise, economistas se preocupariam também com a influência de fatores externos (como os preços das commodities que exportamos ou os juros internacionais), que podem ajudar ou atrapalhar um governo e responder por muito do seu êxito ou fracasso (como uma correnteza para um remador).

Há assim, na academia, os estudos que tentam isolar dos resultados econômicos de um país diversas influências, na busca pelo "contrafactual" de um conjunto de políticas (para o responder o que teria acontecido se um governo agisse diferente).

Um tipo de análise em voga é o chamado "controle sintético", em que um país é comparado em um período com um grupo de países semelhantes, para conjecturar o que teria acontecido de qualquer jeito ou o que decorre das ações, por exemplo, da política econômica ou do negacionismo em uma pandemia.

Preços aumentam, nosso país envelheceu, a tecnologia progride.

Boa sorte ao (e)leitor: a temporada das comparações impertinentes está começando.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guedes e colega argentino entram em atrito em reunião do Mercosul

Sylvia Colombo e Ricardo Delia Coletta BUENOS AIRES E BRASÍLIA

O ministro Paulo Guedes (Economia) teve nesta segunda (26) um atrito com autoridades do governo argentino durante negociação sobre corte de tarifas do Mercosul. Além de discordarem sobre as tarifas, entrou em pauta a função do Estado na economia.

Segundo altas fontes do governo argentino, o desencontro começou quando o ministro da Economia, Martin Guzmán, fez críticas ao modelo liberal, afirmando que "a mão invisível de Adam Smith é invisível porque não existe". Guedes então respondeu, segundo interlocutores, que "metade dos Prêmios Nobel foi ganha por economistas da Universidade de Chicago".

Guedes estudou nessa universidade, berço do neoliberalismo e de onde saíram economistas conhecidos como Chicago Boys.

O brasileiro deu como exemplo de países que vêm tendo êxito aqueles que conseguiram fazer aumentar o comércio, especialmente do leste asiático e a China.

Guzmán respondeu que em todos eles o Estado teve um papel importante, do centro de políticas comerciais ao centro das políticas econômicas, fixando meios para um maior crescimento de produtividade e geração de emprego.

"E menciono isso justamente porque o caminho que esses Estados-nação, e que nós também devemos construir, se contrapõe à ideia de uma mão invisível do mercado que por si só irá resolver os problemas que nossos povos enfrentam", afirmou.

Os atritos não foram apenas sobre teorias econômicas, e decorreram da negociação sobre corte das tarifas do Mercosul, que também opôs Brasil e Argentina. O bloco, formado ainda por Uruguai e Paraguai, discute a reforma da TEC (Tarifa Externa Comum) e a flexibilização das regras de negociação.

A diferença de posições renovou o impasse sobre o principal debate em curso no âmbito do Mercosul

Guedes defende uma redução de 20% da tarifa em duas etapas, num corte unilateral e transversal que

seja concluído até o final do ano.

Os argentinos, por sua vez, têm uma contraproposta de redução média de 10,5%, que incidiria principalmente sobre bens intermediários -produtos finais teriam as tarifas na sua maioria preservadas.

O governo Jair Bolsonaro considera a proposição argentina pouco ambiciosa e mais uma mostra da linha protecionista do presidente Alberto Fernández.

Buenos Aires, por sua vez, acha que o corte defendido por Guedes é profundo e amplo demais, constituindo um risco para a indústria do país.

A proposta brasileira conta com simpatia do Uruguai e Paraguai, mas a oposição de um governo com o peso da Argentina tem força suficiente para bloquear as negociações.

Segundo interlocutores, Guedes defendeu ao longo da reunião que os **impostos** poderiam começar a valer de forma independente entre os países do bloco.

Ele destacou que o Brasil respeita as necessidades da Argentina e entende o atual contexto de dificuldade econômica do país, e que portanto os vizinhos não precisariam acompanhar imediatamente o Brasil e os demais sócios na aplicação de uma nova TEC.

A fala de Guedes incomodou e provocou reações nos negociadores argentinos, que destacaram que uma aplicação em momentos diferentes de um novo imposto só aprofundaria as já existentes distorções no Mercosul.

Ainda de acordo com relatos, o chanceler da Argentina, Felipe Solá, afirmou no que as regras atuais do Mercosul impedem que um país aplique de forma independente uma nova tarifa.

Ele reconheceu que a TEC atual tem falhas, mas destacou que a proposição de Guedes significaria transformar as exceções que existem nas tarifas em regra.

Após a reunião, um interlocutor na administração Fernández queixou-se da fala de Guedes e afirmou que buscar um consenso não é "cada um faz o que quiser".

Já membros do governo brasileiro consideram que os argentinos atuam para impedir que uma redução de fato na TEC ocorra.

Sem solução para o impasse, os ministros dos quatro países decidiram realizar uma reunião presencial em maio, em Buenos Aires -a Argentina está na presidência pró-tempore do bloco -, para tentar um acordo.

Também houve um desencontro de ideias sobre a necessidade de haver um encontro presencial. Guzmán foi a favor, e Guedes teria afirmado que "não via sentido", segundo a fonte do governo argentino.

Na ocasião, os membros do Mercosul também devem se debruçar sobre a proposição uruguaia de reformular as regras de negociação do bloco com terceiros países.

Com o apoio do Brasil, o Uruguai quer que os sócios estejam livres para assinar tratados comerciais sem o consenso dos quatro integrantes, numa ideia que conta com a oposição da Argentina e do Paraguai.

Os argentinos argumentam que, aliada à reforma da TEC proposta por Guedes, a flexibilização das regras de negociação significaria na prática o fim da união **aduaneira** tal qual ela existe hoje.

Já o Paraguai, em razão de sua frágil economia e reduzido peso político, tem medo de ficar de fora de futuras negociações comerciais.

No início da noite, o chanceler Solá divulgou um vídeo dizendo que "houve diferenças grandes" na reunião do Mercosul, que discutiu o futuro das TECs no Mercosul.

A mão invisível de Adam Smith é invisível porque não existe

Martin Guzmán

ministro da Economia da Argentina

Metade dos Prêmios Nobel foi ganha por economistas da Universidade de Chicago

Paulo Guedes

ministro da Economia, em resposta ao colega

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49509>

Brasil e Argentina divergem em redução de tarifa

Daniel Rittner

Os países do Mercosul avançaram nesta segunda-feira em discussões para reduzir unilateralmente as tarifas de importação do bloco e permitir acordos de livre-comércio mais flexíveis, sem a necessidade de negociar juntos com outros parceiros, mas ainda não conseguiram superar diferenças internas e farão nova tentativa de conciliar suas posições em um encontro presencial que deverá ocorrer no fim de maio.

Em reunião virtual, com a presença dos ministros de Relações Exteriores e da Economia dos quatro países, o Brasil levou uma proposta de corte linear de 20% das atuais alíquotas da Tarifa Externa Comum (TEC). Pelo plano brasileiro, haveria duas etapas de redução: uma agora (10%) e outra daqui a seis meses (10%). Uruguai e Paraguai se mostraram dispostos a seguir esse mesmo caminho.

A Argentina colocou outra proposta-menos ambiciosa-sobre a mesa. Buenos Aires sugere derrubar para zero, ou próximo de zero, as tarifas sobre cerca de dois mil produtos. O corte se concentraria em bens intermediários, ou seja, insumos importados usados no processo produtivo de cadeias industriais. Deixaria sem mudanças, no entanto, as alíquotas de setores considerados "sensíveis".

Usando o argumento de que pretende evitar uma guerra entre segmentos "ganhadores" e "perdedores" das reduções tarifárias, o Brasil defende um corte igual para todos. Notou positivamente, porém, o fato de que o governo Alberto Fernández pela primeira vez apresenta um plano mais sólido de revisão da TEC. Na prática, afirma-se em Brasília, abriu-se uma janela para encontrar o meio do caminho - embora esse ponto intermediário não seja muito do agrado do ministro da Economia, Paulo Guedes, que insiste numa abertura mais ousada.

Uma possibilidade ouvida pelo Valor é que os três países - Brasil, Uruguai e Paraguai - tenham concordância da Argentina (decisões no bloco são por consenso) para baixar as tarifas em 20% e permitam a Buenos Aires chegar nesse patamar de corte com mais prazo, a seu tempo.

Mas isso tornaria ainda mais imperfeita a união **aduaneira** do Mercosul, já com amplas listas de

exceções e regimes próprios para segmentos específicos, impedindo a TEC de ser uma tarifa verdadeiramente "comum". Hoje a média para produtos industriais é de 13,6%.

A reunião virtual também serviu para discutir uma proposta uruguaia de dar mais flexibilidade às negociações comerciais do bloco. Desde 2002 os quatro sócios decidiram discutir novos acordos de livre-comércio apenas em conjunto, como foi o caso do tratado com a União Europeia. Duas alternativas estão na mesa. Uma é mais modesta: continuar negociando juntos, mas com cronogramas diferentes de redução tarifária dos próprios mercados, quando chegarem a um acordo com terceiros países ou blocos.

A outra opção é mais abrangente: se alguém resolver negociar, por exemplo, com os Estados Unidos ou com a China, sem o consentimento dos outros, estaria liberado. O Brasil se aliou ao Uruguai nesse ponto e quer a flexibilização em alguma medida. Argentina e Paraguai rejeitam a ideia.

Em ambas as discussões, tanto na questão da TEC quanto na flexibilização para novos acordos, ninguém fechou as portas para contornar as divergências. Os ministros determinaram que esses assuntos sejam aprofundados pelas áreas técnicas, a fim de aproximar as posições, e manifestaram o objetivo de encontrar-se presencialmente, em Buenos Aires, na segunda quinzena de maio. Enquanto isso, os coordenadores nacionais do Mercosul (autoridades máximas na instância técnica) ficaram incumbidos de explorar soluções.

"O segredo agora é resolver as diferenças", disse o secretário de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas do Itamaraty, embaixador Pedro Miguel Costa e Silva, que é o coordenador brasileiro no Mercosul. "Ressalto a importância de que todos reafirmaram o compromisso de usar o bloco como projeto de inserção competitiva internacional", completa o diplomata, afastando temores de eventual rompimento entre os sócios.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

ICMS e energia solar (2)

VICTOR HUMBERTO MAIZMAN é advogado, consultor jurídico tributário e professor em Direito Tributário

Num primeiro momento por se tratar de energia denominada como limpa do ponto de vista ambiental, houve o fomento para que fosse produzida a energia a partir da utilização de placas que captam a energia solar.

Instaladas na residência de um consumidor de energia, por exemplo, transformam a luz solar em energia elétrica a ser utilizada exclusivamente para o consumo de quem o adquiriu e instalou.

Não por isso, já é fácil avistar do alto de um edifício várias unidades residenciais e comerciais fazendo uso de tal sistema, posto que além de contribuir para o meio ambiente, também resulta em economia na energia elétrica consumida.

Portanto, a unidade consumidora de energia, quando dotada de um microgerador, passa a consumir bem menos da energia elétrica fornecida pela respectiva concessionária de serviços públicos, por conta da energia gerada para si, o que representa economia significativa, especialmente em nosso Estado onde o sol costuma bater de frente!

O interessante é que, caso a energia gerada por uma unidade equipada com um microgerador supere a quantidade consumida naquele instante, o excedente é injetado na rede pública, e o medidor 'roda ao contrário', ou seja, se durante o dia uma casa com diversos painéis solares em seu telhado está desocupada, gerando muito mais energia do que consome, todo o excedente é inserido na rede pública, podendo ser por meio dela transmitido para outros usuários.

Pois bem, numa residência geralmente à noite o consumo aumenta e a quantidade gerada passa a ser inferior à consumida. Nesse sentido, a residência, que está também ligada à rede pública de fornecimento de energia, consome a energia fornecida por essa rede e o medidor volta a girar no sentido normal. Ao final do mês, a concessionária de energia elétrica fatura e cobra de referida unidade consumidora apenas o saldo devedor, se houver.

Vale dizer, cobra pela energia correspondente à diferença entre aquela que foi produzida pelo microgerador e a que foi consumida a partir da rede pública.

Caso o saldo seja positivo em razão de ter sido gerada uma quantidade superior à consumida, transfere-se o saldo para o mês seguinte, quando se retoma a sistemática.

Ocorre que alguns Estados, com a intenção de conceder uma benesse ao consumidor, editaram leis isentando de ICMS a referida energia gerada, repita-se, pelo próprio consumidor.

Aliás, é importante ressaltar que a lei matogrossense concedeu ainda a isenção apenas para um determinado período, comemorando com isso o fato de ter beneficiado o consumidor contribuinte.

Todavia, do ponto de vista jurídico tributário, tal operação não é passível de ICMS, não por causa da isenção, mas sim porque não incide o imposto na geração própria, uma vez que não houve compra e venda da energia, mas sim produção própria.

Não há, assim, circulação de mercadoria, cuja hipótese é fato gerador do ICMS.

Ora, a concessionária de energia não paga pela energia gerada na casa do consumidor. Ao contrário, apenas compensa o excedente conforme acima demonstrado.

De todo o exposto, pela complexidade da **legislação tributária**, não resta dúvida de que a exigência de ICMS sobre a energia solar gerada resultará em novo embate a ser dirimido de forma definitiva pelo Supremo Tribunal Federal.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10540>

Hora de negociar (3)

Os efeitos da pandemia sobre os pequenos negócios têm sido extremamente danosos. Dentro desse contexto, há muitas arestas a serem aparadas e medidas deverão ser tomadas para amenizar a situação e proporcionar um fôlego para esses empreendedores. Entre elas, algumas já estão sendo encaminhadas, como a oferta de crédito com baixo custo e auxílio para os casos que impliquem alteração nos contratos de trabalho, como suspensão ou redução de jornada. Também a parte relativa ao pagamento de **tributos** demanda ajustes, pois existem cobranças de **impostos** em períodos nos quais as empresas ficaram sem funcionamento, portanto, sem auferir ganhos.

Se há uma expectativa do que deve ser feito pelo poder público, igualmente é lícito esperar que os agentes econômicos realizem tratativas entre si visando minorar prejuízos e permitir que o maior número de estabelecimentos continue funcionando. Assim, é fundamental a negociação de devedores e credores visando a equacionar dívidas de aluguel, de estoque, de equipamentos, entre outras. Esse tipo de acordo, evitando a judicialização de conflitos, é uma saída que preserva a harmonia entre as partes e mostra que a coletividade está imbuída de um verdadeiro desejo de superar um quadro adverso de recessão. A constatação de que os bens são finitos e as necessidades infinitas, como diz aquela máxima, evidencia que a hora é de empatia e de apelo ao bom senso.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-356dc40642abeb3a437e7e06f178701c.pdf

STF afasta cobrança do ICMS Difal nas operações para consumidor final (2)

LEANDRO VIEIRA

No dia 24/02/2021, o STF analisou o Recurso Extraordinário nº 1.287.019 e a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.469, concluindo que os estados não podem exigir o diferencial de alíquotas do ICMS (ICMS Difal) nas operações interestaduais destinadas a consumidores finais, até que seja editada lei complementar federal para disciplinar essa exigência. Com isso, as micro e pequenas empresas destinadas ao comércio eletrônico de mercadorias têm, agora, uma boa oportunidade para recuperar o imposto eventualmente pago de forma indevida.

No julgamento das ações mencionadas, esteve em discussão as cláusulas do Convênio nº 93/15 do Confaz.

Com base na Emenda Constitucional nº 87/15, mas sem a edição de lei complementar prévia, esse Convênio criou para os contribuintes vendedores do e-commerce, inclusive as micro e pequenas empresas, a obrigação de recolher o ICMS Difal para o Estado de destino das mercadorias vendidas em operações interestaduais, além do ICMS que já é recolhido para o Estado de origem.

O ICMS Difal sobre essas operações surgiu em meio ao avanço do comércio eletrônico no Brasil e teve o objetivo de frear os negativos efeitos da guerra fiscal do ICMS, pois os maiores vendedores de mercadorias pela internet estavam, em grande parte, estabelecidos nos Estados mais desenvolvidos, que ficavam com toda a arrecadação do imposto gerado pelas vendas. O ICMS Difal, portanto, foi criado com o objeto de balancear a arrecadação entre os estados de origem (vendedor) e destino (consumidor) das mercadorias, promovendo a justiça fiscal.

Assim, de acordo com a cláusula nona do Convênio nº 93/15 do Confaz, a micro e a pequena empresa que, por exemplo, estivesse situada em Minas Gerais e efetuasse a venda de mercadoria para consumidor final situado no Espírito Santo, deveria recolher, além do ICMS "normal" devido a Minas Gerais (calculado pela alíquota interestadual), o ICMS Difal para o Espírito Santo (calculado pela diferença entre a alíquota interestadual e a alíquota interna aplicada à mesma mercadoria pelo estado capixaba).

No entanto, como adiantamos, o STF concluiu pela inconstitucionalidade da aplicação da nova sistemática criada pelo Convênio nº 93/15, sem que antes seja editada lei complementar para estabelecer as normas gerais dessa tributação, tal como exige o art. 146, III, 'a', da Constituição.

Em vista disso, os Ministros julgaram inconstitucionais, entre outras, a cláusula nona do citado Convênio, cuja aplicação às micro e pequenas empresas já havia sido suspensa desde 19.02.2016, por meio da liminar concedida nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5464.

Nessa linha, embora o STF tenha modulado os efeitos da decisão proferida no RE nº 1.287.019 e na ADI nº 5.469, para que ela somente passe a valer a partir de 1º/01/2022 e os Estados possam pressionar a União quanto à edição da lei complementar, essa modulação se aplica apenas à declaração de inconstitucionalidade das cláusulas 1ª, 2ª, 3ª e 6ª do Convênio nº 93/15, não afetando, portanto, o afastamento imediato da cláusula 9ª, cuja aplicação há havia sido liminarmente suspensa.

Embora o dispositivo aplicável às micro e pequenas empresas tenha sido suspenso desde 2016, fato é que essa categoria, por sua própria simplicidade, geralmente não tem acesso a esse tipo de informação no dia a dia e, por isso, acaba prejudicada em relação ao tratamento tributário favorecido assegurado pela Constituição Federal, ao recolher **tributos** indevidamente. E este é o caso do ICMS Difal tratado neste artigo, que, se tiver sido recolhido de forma indevida, pode agora ser recuperado por meio de ação própria.

Cabe salientar ainda, no tocante à recuperação do ICMS Difal, não se aplicar às micro e pequenas empresas a disposição do art. 166 do CTN, que exige do vendedor a prova de que assumiu o encargo financeiro do imposto, ou, se o tiver repassado ao consumidor final, a autorização deste para poder recuperá-lo.

Uma vez que esse "repasso" do imposto é fenômeno exclusivamente jurídico (e não econômico), ou seja, está atrelado à própria não cumulatividade operada pela sistemática de créditos x débitos do ICMS, não há dúvida de que o encargo financeiro do ICMS Difal é

assumido inteiramente pelas micro e pequenas empresas vendedoras das mercadorias, porquanto a Lei Complementar nº 123 (art. 23) lhes veda de adotar a sistemática de créditos x débitos do imposto.

Dessa forma, a decisão proferida pelo STF abre para as micro e pequenas empresas destinadas ao e-commerce uma boa oportunidade para recuperarem o ICMS recolhido indevidamente, mas elas devem se atentar para a adoção imediata dos procedimentos destinados a isso, pois a prescrição já está incidindo mês a mês sobre os pagamentos porventura realizados a partir de fevereiro de 2016.

* Integrante da Comissão de Apoio Jurídico às Micro e Pequenas Empresas da OAB/MG. Advogado tributarista

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-27-04-2021/>

Bolsonaro ignora Covid em plano orçamentário de 2022

Fábio Pupo Brasília

O presidente Jair Bolsonaro entregou ao Congresso as diretrizes, as metas e as prioridades para o Orçamento de 2022 sem apresentar um plano ligado à Covid-19 e efeitos no próximo ano ou cálculos sobre o impacto da pandemia nas contas públicas.

É a terceira vez seguida desde a chegada da Covid que o governo formula uma peça orçamentária sem previsões de efeitos sobre os números.

Esse tipo de omissão foi notado recentemente por técnicos do Congresso e questionado pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

A proposta de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que guia a formulação do Orçamento do ano seguinte, foi apresentada dessa forma pelo governo enquanto especialistas alertam para o risco de a doença e seus efeitos continuarem no ano que vem.

Margareth Dalcolmo, pneumologista e pesquisadora da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), afirma que a crise sanitária vai continuar em 2022. "Não há dúvida de que a epidemia não terá se extinguido em 2022" afirmou à Folha.

"A se manter esse ritmo de vacinação tão lento e um patamar de transmissão ainda muito alto, sobretudo contaminando camadas da população mais jovem e falta de medidas restritivas, não tenho ilusão de que teremos a epidemia controlada em 2022."

O alerta é feito também pela OMS (Organização Mundial da Saúde). Michael Ryan, diretor-executivo da entidade, afirmou em março que é "premature e irrealista" falar em fim da pandemia em -2021.

O governo citou a Covid na proposta de LDO apenas para relembrar efeitos e medidas dos anos anteriores e para mencionar certos riscos, como a possível deterioração fiscal dos estados e a diminuição do colchão da dívida pública -embora sem quantificar os possíveis impactos.

"O PLDO [projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias] 2022 não aborda, de forma separada, os riscos que podem afetar receitas, despesas e dívida pública em razão dos efeitos da Covid-19", afirmaram servidores

das comissões de Orçamento de Câmara e Senado, em relatório conjunto.

"Apesar da expectativa do Executivo de um crescimento do PIB de 3,2% neste ano e de sua projeção de 2,5% para 2022, a pandemia continua se alastrando em 2021, aumentando as incertezas sobre o cenário das finanças públicas em 20-22", disse o documento.

As omissões do governo em relação à Covid no rito orçamentário viraram alvo de análise também de Benjamin Zymler, ministro do TCU.

Zymler apresentou relatório neste mês apontando a ausência de recursos para a Covid no Orçamento de 2021 -recém-sancionado por Bolsonaro- mesmo após constatado o agravamento da pandemia neste ano. Isso demandou discussões para criar brechas e liberar despesas fora das regras fiscais.

Zymler vê a situação como resultado da falta de planejamento do governo para enfrentar a crise. "Possivelmente, como bem salientou a unidade técnica, a razão [para a falta de previsões orçamentárias] é que o Ministério da Saúde vem atuando de forma reativa e não planejada", afirmou Zymler em relatório.

"A SecexSaúde [unidade do TCU] está acompanhando as ações do Ministério da Saúde desde o mês de março de 2020 e nunca conseguiu acesso a planos ou documentos afins que identifiquem e formalizem claramente a estratégia de enfrentamento à crise e sua operacionalização pelo Ministério da Saúde."

Zymler demandou do governo um planejamento orçamentário para a Covid em 2021 considerando testes, leitos de UTI, medicamentos e outras despesas relacionadas. O julgamento foi suspenso após um pedido de vistas no tribunal.

Sem serem contempladas no Orçamento, medidas na área econômica foram interrompidas na virada do ano. O principal exemplo é o auxílio emergencial, que ficou sem respaldo legal e deixou de ser pago até o começo de abril.

O ministro Paulo Guedes (Economia) chegou a discutir no ano passado a revisão de outros gastos sociais

para criar no Orçamento um programa que substituiria o auxílio emergencial e seria mais robusto que o Bolsa Família -o Renda Brasil. Mas Bolsonaro barrou a iniciativa.

O país ficou sem novo programa e sem o auxílio enquanto a Covid avançava pelo país. As mortes diárias pela doença subiram de 793 por dia na primeira semana do ano para 2.752 por dia na primeira semana de abril.

Os pagamentos à população só recomeçaram após governo e Congresso incluírem na PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial a suspensão das regras fiscais para R\$ 44 bilhões do programa.

A proposta de LDO do governo também não incluiu a pandemia no grupo de despesas que poderão ser executadas mesmo com um eventual atraso no Orçamento em 2022, elevando os riscos de entrave de recursos para a crise sanitária no início do ano.

O tratamento especial, por outro lado, foi dado a obras em rodovias-que, pela proposta, poderão ser executadas livremente em 2022 mesmo sem os números aprovados e sancionados.

Procurado, o Ministério da Economia argumenta que, nesse trecho, a proposta preservou a blindagem para o mínimo constitucional da saúde, como em anos anteriores. Mas tais recursos não têm sido suficientes para enfrentara Covid.

A pasta afirmou em nota que, em caso de necessidade, o governo pode adotar os mecanismos previstos na PEC Emergencial -texto que prevê o estado de calamidade pública, que Guedes não quis acionar neste ano por considerá-la um cheque em branco para despesas.

Especialistas ponderam que a lei não obriga a apresentação de medidas na LDO, mas que ignorar a Covid tem reforçado o caráter ficcional dado às peças orçamentárias nos últimos anos e mostrado falta de planejamento de longo prazo por parte do governo.

"A questão é planejar aonde queremos chegar. A gente não vê nada disso, o que dificulta até a construção de cenários para a economia por parte do setor privado. Não tem nenhum tipo de planejamento", disse Bráulio Borges, pesquisador-associado da FGV e economista-sênior da LCA.

Segundo Felipe Salto, diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente, do Senado), o governo ainda pode prever ações para a Covid no Orçamento de -2022.

O prazo para isso (agosto), no entanto, é curto, e propostas que respaldam as mudanças tomam tempo para discussão. "O que se espera é que não se repitam os mesmos erros do ano passado. Em agosto e setembro, poderia ter sido discutida [por exemplo] uma reserva no Orçamento para a pandemia neste ano", afirmou. "Mas o tempo foi gasto para discutir emendas", disse.

Não há dúvida de que a epidemia não terá se extinguido em 2022

Margareth Dalcolmo

pneumologista e pesquisadora da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49509>

Alta do minério dá à Vale lucro recorde de R\$ 31 bi

Beneficiada pela escalada na cotação do minério de ferro e pelo fim de restrições a operações de minas no Brasil, a Vale fechou o primeiro trimestre com lucro de R\$ 30,5 bilhões, o maior lucro trimestral já registrado pela companhia.

O resultado foi possível pela retomada de operações em minas que haviam sido interditadas após a tragédia de Brumadinho (MG), que deixou 272 mortos em janeiro de 2019. A produção de minério de ferro da Vale cresceu 14% no trimestre, em relação ao início de 2020.

A alta ocorre em um momento de escalada nas cotações internacionais do minério, que atingiram nesta segunda-feira (26) o maior patamar em 13 anos. No primeiro trimestre, diz a empresa, sua produção foi vendida a US\$ 155,5 (cerca de R\$ 845) por tonelada, em média, 19% acima do quarto trimestre de 2020.

Estou confiante de que nossos resultados financeiros positivos refletem nossa consistência no cumprimento de nossas promessas do de-risking [redução dos riscos] da Vale", disse o presidente da companhia, Eduardo Bartolomeo, no balanço divulgado nesta segunda (26).

No primeiro trimestre de 2020, a Vale havia lucrado R\$ 637 milhões, resultado ainda com fortes impactos da tragédia de Brumadinho e já refletindo a queda no preço das commodities no início da pandemia do novo coronavírus.

O desempenho, porém, evoluiu ao longo do ano e a mineradora fechou 2020 com lucro de R\$ 26,7 bilhões, revertendo prejuízo de R\$ 6,672 bilhões registrado no ano da tragédia.

Segundo a consultoria Economática, o maior lucro trimestral já registrado pela mineradora, em valores nominais, eram os R\$ 15,6 bilhões do terceiro trimestre de 2020. Considerando a **inflação**, a companhia chegou a lucrar R\$ 17 bilhões em 2011.

A Vale, porém, divulga seu balanço em dólares e diz que os US\$ 5,5 bilhões registrados no primeiro trimestre de 2021 ainda são inferiores ao resultado de US\$ 6,4 bilhões do segundo trimestre de 2011.

O Ebitda, indicador que reflete o potencial de geração

de caixa da companhia, também foi recorde para um primeiro trimestre, chegando a R\$ 46,4 bilhões no primeiro trimestre de 2021. No período, a Vale teve receita de R\$ 69,3 bilhões, mais do que o dobro dos R\$ 31,2 bilhões registrados no mesmo período do ano anterior.

O aumento na produção foi garantido pela retomada gradual das operações paradas nos complexos Timbopeba, Fábrica e Vargem Grande, ao melhor desempenho de suas operações no Pará e ao aumento das compras de terceiros.

Por outro lado, a produção foi impactada negativamente pelo menor desempenho no complexo de Itabira, em Minas Gerais, que enfrenta restrições à disposição de rejeitos de mineração.

Após o resgate de 750 milhões de euros (cerca de R\$ 5 bilhões pela cotação atual) em títulos da dívida, a empresa terminou o trimestre com dívida bruta de US\$ 12,1 bilhões (R\$ 66 bilhões), US\$ 1,2 bilhão (R\$ 6,5 bilhões) inferior a 31 de dezembro de 2020.

Com o caixa cheio pelo novo superciclo do minério de ferro, a Vale vem distribuindo elevados dividendos e, no início de abril, aprovou um programa de recompra de ações, operação que tem o potencial de reduzir o desconto na negociação dos papéis em relação a empresas equivalentes.

A empresa recomprará o equivalente a até 5,3% de seu capital social, reduzindo o volume de ações disponíveis no mercado, em operação vista por analistas como um bom destino para a folga de caixa da companhia.

Nos dois anos que se seguiram à tragédia de Brumadinho, a Vale já anunciou o pagamento de R\$ 34,2 bilhões em dividendos a seus acionistas. Com a retomada da produção que foi paralisada após o rompimento da barragem, a expectativa é que a remuneração permaneça em alta.

A remuneração dos acionistas ocorre enquanto vítimas dos atingidos pelas duas tragédias em barragens relacionadas às empresas reclamam de atrasos em indenizações e da ausência das vítimas nas negociações para o acordo fechado pela empresa com o governo de Minas Gerais para compensar os danos.

No início de fevereiro, a empresa fechou acordo com o governo de Minas Gerais prevendo o desembolso de R\$ 37 bilhões em medidas de reparação pela tragédia de Brumadinho. A previsão para 2021 é desembolsar US\$ 1,5 bilhão (cerca de R\$ 8 bilhões) em pagamentos referentes ao acordo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49509>

O desmonte do Estado brasileiro (2)

Felipe Salto

É sintomático que o Orçamento de 2021 tenha sido sancionado em bases irrealistas. Os cortes promovidos pelo Poder Executivo devem permitir o cumprimento do teto, mas ao preço de desmontar o Estado brasileiro.

Na ausência de mudanças estruturais no gasto obrigatório, reduz-se cada vez mais a despesa essencial para o funcionamento da máquina pública.

O chamado shutdown não acontece da noite para o dia.

Na verdade, políticas públicas essenciais estão sendo desidratadas ao longo dos últimos anos. Dada a opção pelo teto de gastos, mas sem avanços para conter a despesa mandatória, a fatura vai recaindo sobre o gasto discricionário (mais exposto à tesoura).

Em 2021, o caso do censo demográfico é emblemático. Em pleno ano de pandemia, quando se processam mudanças sociais e econômicas profundas, o Ministério da Economia anunciou que a pesquisa não será realizada. Motivo? Falta de orçamento.

O último censo realizado foi em 2010 e custou R\$ 1,1 bilhão.

Atualizado pelo IPCA e pelo aumento do número de domicílios, o orçamento do programa deveria ser de R\$ 2,8 bilhões em 2021. O censo fundamenta a análise, o planejamento e a formulação de uma miríade de políticas sociais, econômicas, educacionais, etc. Os cortes anunciados levaram o orçamento dessa pesquisa a cerca de R\$ 53 milhões. Na verdade, esse gasto não será sequer suficiente para preparar a realização do censo em 2022.

As despesas discricionárias do Executivo estão orçadas em R\$ 74,6 bilhões para 2021.

É o menor nível da série. O Ministério da Educação ficou com R\$ 8,9 bilhões. Somando as emendas de relator-geral, vai a cerca de R\$ 10 bilhões.

Em 2016 as despesas discricionárias executadas nessa área totalizaram R\$ 21,8 bilhões. Isto é, o valor de 2021 corresponde à metade do observado cinco anos atrás. Isso sem considerar a **inflação** do período.

Isto é, uma redução brutal.

Na pasta da Saúde, as discricionárias do Executivo ficaram em R\$ 15,5 bilhões, apenas meio bilhão acima do valor observado em 2016. Somando as emendas de relator-geral remanescentes (após os cortes do presidente da República), esse valor sobe para R\$ 23,3 bilhões. Ainda assim, é um patamar muito baixo, sobretudo quando comparado a 2020 (o dobro), que também foi um ano de pandemia.

O governo argumenta que os recursos adicionais necessários à saúde serão executados por meio dos chamados créditos extraordinários, que de fato estão sendo autorizados por medidas provisórias.

Aliás, alterou-se o texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para deixar essas e outras despesas novas de fora da meta fiscal de déficit primário fixada em lei (receitas menos despesas, exceto juros da dívida).

Em benefício da transparência, o ideal seria ter mudado a meta de déficit (R\$ 247,1 bilhões).

A outra regra fiscal, o teto de gastos, já estaria resolvida, porque todo crédito extraordinário - desde que justificadas a imprevisibilidade e a urgência - não é contabilizado nas despesas sujeitas ao limite constitucional. Estimo, preliminarmente, que o déficit primário efetivo, o que afeta a dívida pública, poderá ficar em torno de R\$ 290 bilhões neste ano.

Mais um exemplo da situação crítica das despesas de custeio e manutenção da máquina e de programas essenciais está no Ministério das Relações Exteriores. Após os cortes e bloqueios, o Itamaraty contará com despesas discricionárias de R\$ 551 milhões.

Em 2016, o orçamento foi quase três vezes maior (R\$ 1,5 bilhão).

Na verdade, o remanejamento de verbas promovido via vetos ao Orçamento e bloqueios de despesas por decreto promoveu um corte geral de cerca de R\$ 29 bilhões. Esse valor é próximo das contas feitas pela Instituição Fiscal Independente (IFI), R\$ 31,9 bilhões, em março. No início da semana passada o governo soltou na imprensa que R\$ 20 bilhões seriam suficientes para cumprir o teto de gastos. Errou.

Os cortes realizados mantiveram um orçamento elevado para áreas como Desenvolvimento Regional,

cuja discricionária total (Executivo) será de R\$ 1,5 bilhão mais R\$ 6 bilhões em emendas de relator geral não atingidas pelos vetos presidenciais. Em 2016 gastou-se R\$ 1,3 bilhão e em 2020, R\$ 4,4 bilhões.

Se o risco de paralisação de políticas essenciais se materializar, como é provável que continue a ocorrer, o governo sofrerá pressões para desbloquear o que foi tesourado por decreto. Os vetos, vale dizer, só poderiam ser revertidos pelo Congresso. Esses cortes deverão preservar o teto, mas de maneira perigosa e ineficiente.

No ano passado o governo não planejou o Orçamento público de 2021 para um cenário de recrudescimento da crise pandêmica. O plano deveria ser realista e coerente com a responsabilidade fiscal. Já se sabia das dificuldades a serem enfrentadas neste ano, dos riscos de novas ondas da covid-19 e da precariedade social, econômica e fiscal.

O "deixa como está para ver como é que fica" custou caro.

Após os cortes, pode-se até cumprir o teto, mas não sem um desmonte do Estado brasileiro.

Ou isso ou vão acumular uma montanha de contas a pagar para 2022.

Reduz-se cada vez mais a despesa essencial para o funcionamento da máquina pública

DIRETOR EXECUTIVO DA INSTITUIÇÃO FISCAL
INDEPENDENTE (IFI)

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Bolsonaro vai escolher outro para vice"

Maria Cristina Fernandes, Ana Conceição e Cristiane Agostine

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão (PRTB), afirmou ontem que o presidente Jair Bolsonaro tem procurado outro nome para a vice em 2022 e, com isso, não disputará a reeleição. Ao analisar o cenário para a próxima eleição presidencial, durante "live" do Valor, Mourão disse que os partidos de centro devem superar vaidades, se unir e lançar um nome de consenso, que empolgue o eleitorado. Para o vice-presidente, o candidato de centro deve defender reformas que gerem emprego, renda e o crescimento do **PIB**. Mourão reforçou que não concorrerá contra Bolsonaro e afirmou que pretende disputar o Senado pelo Rio Grande do Sul.

O vice-presidente disse não ter sido consultado por Bolsonaro sobre a composição da chapa para a reeleição. "O que tenho visto em diversas declarações de Bolsonaro é que ele precisaria de outra pessoa no meu lugar, apesar de ele nunca ter dito isso pessoalmente para mim", disse. "Mas a interpretação que tenho feito dos sinais que têm sido colocados é a de que ele [Bolsonaro] vai escolher outra pessoa para acompanhá-lo na sua caminhada para a reeleição", afirmou, na "live".

Mourão disse que seu perfil é mais adequado para o Senado e afirmou que "a princípio" sua candidatura deve ser pelo PRTB. O vice, no entanto, disse que vai esperar a reestruturação da sigla, depois da morte do fundador da legenda, Levy Fidelix, na sexta-feira, dia 23.

Questionado sobre a viabilidade de uma terceira via em 2022, entre as candidaturas de Bolsonaro e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Mourão avaliou que é preciso ter união das forças de centro para viabilizar um nome comum, que defenda reformas.

"A terceira via, para surgir, teria que se valer da união desses partidos de centro, centro-direita, centro-esquerda, que largassem suas vaidades e se unissem em torno de um nome factível, que empolgue o eleitorado", disse. "Tem que ser um nome que o eleitorado reconheça como alguém capaz de levar adiante com clareza, com determinação, paciência todas as reformas que a gente sabe que têm ser feitas no nosso país". Em seguida, listou como metas o aumento do **PIB**, e a geração de emprego e "renda decente, para que a vida das pessoas melhore".

Sem citar pré-candidatos, Mourão afirmou que tem que haver união na busca de um nome. Na opinião do vice, o escolhido tem que ter penetração nacional. "Hoje eu sinceramente não vejo esse nome ainda, mas pode surgir", disse.

Mourão descartou concorrer contra Bolsonaro. "Por uma questão ética, como vice-presidente jamais concorreria contra ele", disse.

Durante a "live", o vice-presidente disse que o Exército não pode ser julgado pelas ações do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello - general da ativa - na Pasta. "Não se pode tomar uma instituição por um de seus integrantes", disse, ao ser questionado se a atuação do ministro não prejudicou a imagem do Exército.

A única ponderação feita por Mourão sobre Pazuello no ministério foi a de que o general deveria ter deixado a ativa e ido para a reserva, ao assumir a Pasta. Assim, evitaria desgastes à imagem do Exército. O vice, no entanto, preferiu elogiar Pazuello como um "camarada de valor" e "planejador logístico".

Mourão evitou também fazer uma auto-crítica das ações do governo no combate à pandemia, que já matou mais de 391 mil pessoas no país e tem mais de 14,3 milhões de contaminados. A gestão é alvo da CPI da Pandemia, que começará a funcionar hoje no Senado, e investigará Pazuello.

Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal, Mourão minimizou também as críticas à política ambiental do Brasil, que ganharam destaque internacional na semana passada, com a Cúpula de Líderes sobre o Clima. Para o vice-presidente, a reunião se transformou numa "grande carta de intenções" sobre sustentabilidade e ambiente. "Uma reunião de cúpula com 40 chefes de Estado, cada um com três minutos para falar é mais uma carta de intenções", disse. Durante a reunião, Jair Bolsonaro teve a oportunidade de falar após quase duas horas e no momento da fala o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, não estava presente na sala. Mourão não considerou ambas as situações uma falta de prestígio do Brasil.

"Tentamos ver qual a forma em que os americanos colocaram a sequência da fala dos chefes de Estado. Foi uma ordem aleatória, então fica difícil dizer se foi descortesia. Sobre a saída de Biden, não sabemos se ele tinha outro compromisso urgente. Há uma sala de situação instalada na Casa Branca."

Sobre as metas ambientais do país, disse que o governo tem objetivo de reduzir o desmatamento da Amazônia até julho, o que poderá destravar o Fundo Amazônia, financiado por Noruega e Alemanha. O vice defendeu que os recursos doados ao fundo por Noruega e Alemanha fiquem fora do teto de gastos.

Com um dos maiores reservatórios hídricos do mundo, Mourão convergiu com a afirmação da vice-presidente americana, Kamala Harris, de que se as guerras, no passado, se deram pelo óleo, as futuras se darão pela água. Apostou ainda que o Brasil "venderá água", diante da escassez do recurso em outros países.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Para TCU, medidas do BC ampliaram liquidez e crédito na pandemia

Estevão Taiar De São Paulo

As medidas adotadas pelo Banco Central (BC) durante a pandemia surtiram o "efeito esperado" ao ampliar a liquidez e estimular o crédito, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU). A análise faz parte do terceiro acompanhamento (relatório) a respeito da atuação do Banco Central durante a crise.

"De uma forma geral, observa-se que as medidas adotadas têm surtido o efeito esperado de ampliação de liquidez e estímulo ao crédito", diz a ata do acompanhamento. O relator é o ministro Bruno Dantas.

Entre os pontos destacados, estão as medidas de injeção de liquidez e alívio temporário das exigências de capital - cujo potencial era equivalente a 17,5% e 18,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), respectivamente.

Mas o tribunal lembra que, na época dos acompanhamentos anteriores, "o segmento das micro e pequenas empresas estava severamente desassistido", ainda que "o crédito estivesse fluindo para a economia". Medidas como o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), destaca o TCU, tornaram a distribuição dos recursos mais equilibrada. Dos R\$ 271 bilhões de empréstimos concedidos durante a pandemia a micro e pequenas empresas, R\$ 147 bilhões, ou 54%, contaram "com algum tipo de intervenção estatal, seja concedendo funding aos bancos ou provendo garantias adicionais aos bancos".

Para o TCU, a autoridade monetária "tem se resguardado adequadamente, ao atuar de forma tempestiva e eficaz, considerando as limitações inerentes" às suas funções.

Mas o tribunal alerta que o "poder público, em sentido amplo", tem hoje "menos instrumentos de intervenção na economia do que detinha em 2020". Esse menor poder de ação se dá justamente "em um momento em que o retorno de medidas mitigadoras, como o auxílio emergencial, voltarão com menor impacto". O TCU também lembra que houve o retorno de "medidas restritivas" implantadas por governos estaduais, "com possíveis impactos severos à economia".

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186827

Mercado já projeta inflação perto do teto da meta

Os economistas do mercado financeiro alteraram a previsão para o IP-CA - o índice oficial de preços - em 2021.0 Relatório de Mercado Focus divulgado ontem pelo Banco Central mostra que a mediana para o IPCA este ano foi de alta de 4,92% para 5,01%. Há um mês, estava em 4,81%. A projeção para o índice em 2022 permaneceu em 3,60%. Quatro semanas atrás, estava em 3,51%.

O relatório Focus trouxe ainda a projeção para o IPCA em 2023, que seguiu em 3,25%. No caso de 2024, a expectativa permaneceu em 3,25%. Há quatro semanas, essas projeções eram de 3,25% para ambos os casos.

A projeção dos economistas para a **inflação** está acima do centro da meta de 2021, de 3,75%, sendo que a margem de tolerância é de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%). A meta de 2022 é de 3,50%, com margem de 1,5 ponto (de 2,00% a 5,00%), enquanto o parâmetro para 2023 é de **inflação** de 3,25%, com margem de 1,5 ponto (de 1,75% a 4,75%).

Os economistas do mercado financeiro alteraram suas projeções para a Selic (a taxa básica da economia) no fim de 2021.0 relatório mostrou que a mediana das previsões para a Selic neste ano foi de 5,25% para 5,50% ao ano.

Há um mês, estava em 5,00%. No caso de 2022, a projeção foi de 6,00% para 6,13% ao ano, ante 6,00% de um mês antes. Para 2023, seguiu em 6,50%, igual a quatro semanas atrás. Para 2024, foi de 6,13% para 6,50%, ante 6,38% de um mês atrás.

O Boletim Focus divulgado ontem também mostrou manutenção no cenário para a moeda norte-americana em 2021. A mediana das expectativas para o câmbio no fim do período seguiu em R\$ 5,40, ante R\$ 5,33 de um mês atrás.

Para 2022, a projeção para o câmbio passou de R\$ 5,26 para R\$ 5,40, ante R\$ 5,26 de quatro pesquisas atrás. A projeção anual de câmbio publicada no Focus passou a ser calculada com base na média para a taxa no mês de dezembro, e não mais no valor projetado para o último dia útil de cada ano.

A mudança foi anunciada em janeiro pelo BC. Com isso, a autarquia espera trazer maior precisão para as

projeções cambiais do mercado financeiro. A expectativa para a economia este ano passou de alta de 3,04% para elevação de 3,09% no Produto Interno Bruto (**PIB**).

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Ingresso na OCDE pode elevar PIB per capita do País

A entrada do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) poderia impulsionar o crescimento econômico per capita em 0,4% ao ano, segundo um estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A adesão do Brasil à OCDE estimularia os fluxos de capital, investimento e comércio internacional, impulsionando o crescimento do Produto Interno Bruto em cerca de US\$ 7 bilhões por ano, disse o Ipea em um relatório.

O **PIB** per capita do Brasil tem caído drasticamente nos últimos anos, pois a economia não conseguiu se recuperar totalmente da recessão de 2015 a 2016, enquanto a moeda brasileira tem se desvalorizado em relação ao dólar.

De acordo com dados do Banco Central, o **PIB** per capita a preços constantes em dólares no ano passado foi de 6.819,97 dólares, mínima desde 2006 e cerca de metade do que foi em seu pico, em 2011, de mais de US\$ 13 mil.

A queda foi notavelmente acentuada no ano passado, quando o real perdeu quase 30% de seu valor em relação ao dólar.

Os números do BC mostram que o **PIB** per capita em 2019 ficou em quase US\$ 9 mil.

Em termos locais, o **PIB** per capita da maior economia da América Latina no ano passado ficou em R\$ 35.172, um pouco abaixo da máxima recorde de 2019, de R\$ 35.247, de acordo com o Banco Central.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já havia dito que espera que o Brasil se junte à OCDE até o final deste ano, enquanto o presidente do BC, Roberto Campos Neto, disse que a recente autonomia da autoridade monetária deve ajudar no processo.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-27-04-2021/>

Desigualdade social na pandemia (2)

Rosalvi Monteagudo

A desigualdade social é entre as pessoas, tomando como comparação o econômico, dentro de uma sociedade. A consequência da desigualdade social é: educação, trabalho informal, salários baixos, dificuldade de acesso aos serviços básicos: saúde, transporte público e saneamento básico. Esta é uma questão não solvida que em grande parte diz respeito aos piores IDH"s (Índice de Desenvolvimento Humano) do Brasil.

A pandemia trouxe consequências desastrosas para a desigualdade social como demonstra vários indicadores sociais. Reduzir as desigualdades sociais que têm sido agravadas desde o ano passado como consequência da pandemia será uma grande incitação para luta no mundo. As taxas de crescimento afastam progressivamente o desempenho das economias emergentes, incluindo a brasileira. Além disto, a vacina avança de forma inconstante, o desemprego permanece fora de controle e a pobreza aumenta. A busca de um novo "auxílio emergencial" demonstra a desigualdade social. A pandemia demanda mais investimento na saúde e auxílio emergencial, num ambiente de grave crise fiscal.

"O mercado de trabalho formal demonstrado pelo Pnad, na média móvel trimestral dessazonalizada, de janeiro 2021, apurou a destruição de 139 mil vagas de acordo com o IBGE, a situação do emprego no Brasil impressiona negativamente, fato confirma a queda expressiva do consumidor". (Estadão 05/04/21/ economia B2). Ao redor de 40% dos ocupados trabalham no mercado informal e a taxa do desemprego atingiu 14,7% até janeiro de 2021. As estatísticas tornam agressivos demais o desemprego criando um episódio contundente de grandes proporções, aumentando a desigualdade social.

Como consequência da má distribuição de renda a desigualdade social é afetada pelo seguinte: favelização; pobreza; miséria; desemprego; desnutrição; marginalização e violência. Enquanto os tipos de desigualdade social são:- desigualdade econômica; desigualdade regional; desigualdade social e desigualdade do gênero.

Com a pandemia, Covid 19, a desigualdade social e a pobreza têm soluções difíceis para a maioria dos países, no momento. A principal causa da desigualdade social é a pouca oportunidade de trabalho; além de concentração de renda e poder; má

administração dos recursos públicos, falta de investimento cultural. O programa emergencial é responsável pela desigualdade no país, pois atualmente o valor é muito baixo e o problema do desemprego tem aumentando.

Precisa-se resolver o problema de desemprego e da falta de aprovação de reformas, como a tributária e a administrativa.

Outro grande problema é a falta de distribuição de renda e investimento na área social, como educação e saúde. Isto provoca a concentração de renda numa minoria que detém os recursos e a maioria dá origem à desigualdade social. As causas mais comuns são:- má distribuição de renda; má administração dos recursos; lógica de acumulação do mercado capitalista; falta de investimento nas áreas sociais, culturais, saúde e educação; falta de oportunidade de trabalho e corrupção. Sem condições de saúde e educação será impossível obter oportunidades de empregos.

Segundo relatório da ONU (2010) as principais causas da desigualdade social são: falta de acesso à educação de qualidade; política fiscal injusta; baixos salários; dificuldade de acesso aos serviços básicos: saúde, transporte público e saneamento básico.

No Brasil existem seis ações práticas para reduzir a desigualdade social:- Vacinação para todos igualmente; estar sempre muito bem informado; comprar do pequeno, das lojas de bairro; pressionar as políticas públicas; repensar o capitalismo; investir mais em negócios sociais. Diante disto, infelizmente os ricos ficaram mais ricos durante a pandemia do corona vírus. A maior vítima do covid 19 é o homem negro e pobre, o País ultrapassa a marca das 370 mil mortes, e a maioria tem cor e estão sem emprego, etc, segundo o SUS (sistema único de saúde) A retomada do auxílio emergencial ocasiona a diminuição do problema da fome, apesar de insuficiente. Isto obriga-nos a aumentar a solidariedade, devido a essa onda que estamos vivendo ainda maior da covid.

A favelização é um dos grandes problemas da desigualdade social, são comunidades que têm uma vida precária e não dispõem de um mínimo de infraestrutura, além de não terem posse do terreno em que moram. Estas são resultados da desigualdade social e consequência de um grande número de pessoas que vivem de forma desumana criando a miséria e baixas condições de vida. Na pandemia as

favelas têm tido escalada de contágio, diminuição de medidas restritivas, redução das oportunidades de trabalho e renda, **inflação** da cesta básica e um auxílio emergencial insuficiente. A desinformação é um dos fatores da grande desigualdade na saúde, também.

A população já é acometida de quadro de desnutrição e agora com o covid 19 aumentou, além da fome que assola as favelas que vivem de doações, 82%; além do prolongamento da pandemia que passaram a depender das doações que infelizmente, atualmente caíram dramaticamente. É preciso, repensar essa desigualdade social que têm aumentado com a segunda onda, senão teremos muitos problemas. A organização socioeconômica é um meio de resolver, mudanças de políticas públicas de inclusão social, política econômica para população de baixa renda e solidariedade são ações a ser tomadas com urgência.

Rosalvi Monteagudo é contista, pesquisadora, professora, bibliotecária, assistente agropecuária, funcionária pública aposentada e articulista na internet.